



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Criar capacidades e quebrar círculos de pobreza

Análise de implementação de um projeto de
intervenção social no centro histórico do Porto

Trabalho Final na modalidade de Dissertação
apresentado à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Economia Social

por

Inês Vouga Vaz Ferreira

sob orientação da Professora Doutora Liliana Fernandes

Faculdade de Economia e Gestão

Março 2015

À Inês, à Ana, ao Zé, à Sofia, à Tânia e à
Bárbara, por me deixarem ver o mundo
através dos seus olhos.

Aos meus irmãos.

Agradecimentos

À minha orientadora, a Professora Liliana Fernandes, pela inesgotável paciência e atenção aos detalhes que demonstrou ao longo destes meses; pela disciplina e pelo rigor que me transmitiu e que eu não saberia aprender sozinha; pelo equilíbrio que soube encontrar entre orientar de perto este trabalho e permitir que eu fizesse o meu próprio caminho e gostasse de o trilhar. Sem as suas qualidades pessoais e profissionais, teria sido muito mais difícil cumprir esta missão.

Ao Professor Américo Mendes, pela valiosa oportunidade que me deu de começar e acabar este percurso no tempo certo e por ter contribuído para o seu enriquecimento. Por acreditar que vale a pena lutar por aquilo de que o mundo precisa, mesmo quando temos de começar caminhos sozinhos e esperar que alguém se junte a nós.

Ao “Catapulta”, por me ter dado a possibilidade de desenvolver esta análise, cedendo-me toda a informação disponível sobre o projeto e os participantes. A todos os professores que me mostraram o lugar que a escola pode ocupar na vida das crianças que crescem em contextos vulneráveis, mesmo que exista insucesso escolar. Porque quando tudo o resto falha, a escola está sempre lá e pode ser um porto seguro e um lugar de crescimento.

À minha família e amigos, por me perdoarem as ausências e as semanas menos boas. Aos meus pais, por me terem ensinado muito do que me levou a seguir este caminho e por terem aprendido a aceitar e confiar nas minhas escolhas. Ao Tiago, à Luísa e à Leonor, por acompanharem sempre, de perto ou de longe e de formas tão diferentes e especiais, as minhas “missões” e desafios. Porque quem tem pessoas assim ao seu lado não precisa de muito mais nesta vida.

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo central avaliar o “Catapulta”, projeto de intervenção social direcionado para crianças e jovens em situação de exclusão social no centro histórico do Porto. Pelas suas características, este é um tipo de intervenção que faz sentido enquadrar na literatura relativa à pobreza - aqui entendida como privação de capacidades – sua perpetuação e sua transmissão intergeracional.

A análise aqui concretizada tem, então, como ponto de partida a Metodologia de Análise de Implementação desenvolvida por Mendes (2006). Com este trabalho pretende-se, pois, identificar e explicar eventuais falhas do projeto, com base na ideia de que a sua implementação pode estar condicionada por três tipos de restrições: restrições de viabilidade, de racionalidade individual ou de compatibilidade de incentivos.

Foram diversos os métodos de pesquisa utilizados: recorreremos à análise de dados estatísticos, foram conduzidas entrevistas a responsáveis pelo projeto e a participantes, foram também realizados inquéritos aos colaboradores da instituição responsável, tendo-se ainda recorrido ao método da observação para retirar algumas conclusões sobre aspetos não refletidos nos dados estatísticos ou nas entrevistas e inquéritos.

A análise conduzida permitiu-nos concluir que, embora o projeto esteja a cumprir os objetivos traçados para os primeiros 18 meses da sua execução, existem algumas falhas de implementação. Não obstante estas limitações, a intervenção social que o projeto tem vindo a realizar com os jovens, crianças, famílias e a comunidade local poderá vir a revelar-se importante para uma eventual quebra de círculos viciosos de pobreza instalados.

Abstract

The present study aims at evaluating "Catapulta", a social project directed to children and youth in social exclusion in the centre of Porto. Due to its nature, this is a type of intervention that falls into the literature on poverty - here understood as capability deprivation - its perpetuation and intergenerational transmission.

The analysis here implemented has, as starting point, the Implementation Analysis Methodology developed by Mendes (2006). The present study is intended, therefore, to identify and explain any failure of the project, based on the idea that the implementation may be conditioned by three types of restrictions: feasibility constraints, individual rationality constraints or incentive compatibility constraints.

Several research methods were used in this analysis, in particular the statistical data analysis, interviews with the project leaders and participants in the project were conducted, questionnaires to employees of the promoting entity were also carried out, and we also used the observation method to draw some conclusions about aspects not reflected in statistics or in the interviews and questionnaires

The analysis conducted within the present study allowed us to conclude that although the project is meeting the goals set for the first 18 months of implementation, there are some implementation failures. Despite these limitations, the social intervention that the project has been carrying out with the youth, children, families and the local community might be critical for a possible break of any installed poverty traps in the future.

Índice

AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	IV
ABSTRACT	V
ÍNDICE GERAL	VI
ÍNDICE DE GRÁFICOS E FIGURAS	VIII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	5
1. Conceito de pobreza: a abordagem de Amartya Sen	5
1.1 A pobreza como privação das capacidades básicas	6
1.2 Conceito de pobreza adotado	10
2. Círculos viciosos de pobreza: o espaço e a comunidade como fatores explicativos da recorrência da pobreza	11
2.1 Os efeitos de vizinhança	15
3. A educação como fator de transmissão intergeracional da pobreza	20
4. Pobreza, recorrência da pobreza e educação	24
5. Análise de implementação do projeto “Catapulta” – Intervenção junto de jovens em situação de exclusão social na zona histórica do Porto	25
CAPITULO II	27
1. Projeto Catapulta	27
Introdução	27
Programa Escolhas	28
Descrição do projeto	34

Contexto geográfico e social do projeto “Catapulta”	35
Breve caracterização da população alvo	38
Diagnóstico inicial: problemas base	39
2. Análise de implementação do projeto “Catapulta”	43
Processo de recolha e tratamento de dados	47
Seleção da amostra	49
Caraterização da amostra	50
3. Metodologia de análise de implementação de Mendes (2006) aplicada ao projeto “Catapulta”	56
Análise preliminar do projeto “Catapulta”	56
Objetivos, resultados e indicadores do projeto	58
4. Desvios de Implementação	93
5. Restrições de Implementação	97
Restrições de viabilidade	98
Restrições de racionalidade individual	108
Restrições de compatibilidade de incentivos	119
Restrições de Implementação – Conclusões	130
6. Discussão e conclusões	133
CONCLUSÃO	138
BIBLIOGRAFIA	142
ANEXOS	145

Índice de gráficos e figuras

Gráfico 1. Nível de escolarização da população da Sé	36
Gráfico 2. Idades dos participantes diretos 2013	51
Gráfico 3. Nível de escolarização dos participantes diretos 2013	52
Gráfico 4. Idades dos participantes diretos 2014	52
Gráfico 5. Nível de Escolarização dos Participantes Diretos 2014	52
Gráfico 6. Sexo dos Jovens “Residentes” do projeto	53
Gráfico 7. Idade dos Jovens “Residentes” do projeto	53
Gráfico 8. Nível de Escolarização dos Jovens “Residentes”	54
Gráfico 9. Freguesia de Residência	54
Gráfico 10. Situação Profissional do agregado familiar	55
Figura 1. Objetivo geral e objetivos específicos do projeto	60
Figura 2. Resultados da execução do projeto (2013/2014)	93
Figura 3. Resultados de execução do projeto em 2014 e previsão para 2015	94

Introdução

Os novos paradigmas de intervenção social, em particular os que se referem à prevenção de comportamentos desviantes nos jovens em situação de exclusão social, têm vindo a propor que os projetos sociais que atuam nestes contextos implementem medidas de promoção da resiliência destes jovens, isto é, da sua capacidade de se adaptarem e lidarem com a adversidade e com os desafios que a vida lhes coloca (Calado et al, 2012). Pretende-se, pois, que programas, medidas e projetos sociais encarem esta população com um olhar crítico, mas construtivo, que destaque os problemas destes jovens, mas também as oportunidades que lhes podem ser concedidas, apostando no seu desenvolvimento integral e na concretização de experiências e interações que se revelem positivas (Calado et al, 2012).

Neste sentido, o Escolhas, programa governamental de âmbito nacional, promove, através dos seus projetos, a inclusão social em várias instâncias - crianças e jovens, famílias, escolas, grupos de pares e comunidade em geral - fazendo um aproveitamento dos recursos existentes em cada comunidade. Os projetos sociais do Programa Escolhas assumem-se como potenciadores de desenvolvimento e de criação de oportunidades para comunidades que foram perdendo a sua capacidade de mobilização e de participação ativa na sociedade. Falamos aqui de indivíduos (e também de comunidades inteiras) que não têm meios para desenvolver as “capacidades internas” de que falam Sen (1999) e Nussbaum (2011), e ainda menos para projetá-las (Nussbaum, 2011), criando oportunidades.

Nestes contextos sociais, tendem a instalar-se dinâmicas de círculos viciosos de pobreza, onde se verifica a transmissão intergeracional deste *status*.

Estas condicionam, mais do que a capacidade de fazer escolhas de uma população, o seu conhecimento sobre as diversas possibilidades existentes.

No âmbito deste trabalho, entendemos que seria relevante analisar as dinâmicas subjacentes a estes círculos viciosos de pobreza num contexto que, tanto em termos geográficos como institucionais, poderia ser de inclusão: o do centro histórico do Porto, concretamente a zona da Sé. Com efeito, neste território existe uma enorme variedade de recursos disponíveis, bem como a oportunidade de contactar com diferentes ofertas da cidade: a cultura, o turismo, os serviços. Porém, a situação da população e do território é de exclusão: encontramos uma comunidade fechada em si mesma e que revela, por isso, pouca abertura à novidade e à mudança.

Com o objetivo de procurar perceber quais os obstáculos e condicionantes que se impõem a um projeto social que trabalha domínios de intervenção relacionados com algumas questões relevantes da literatura - como a privação das capacidades básicas (Sen, 1999), que limita as escolhas e o futuro das crianças e jovens, bem como a influência das famílias e do contexto social neste condicionamento – iremos analisar a implementação do projeto “Catapulta”.

O “Catapulta” é um projeto da 5ª Geração do Programa Escolhas que visa contribuir para a construção de percursos escolares/profissionais sustentáveis de jovens em situação de exclusão social na zona histórica do Porto.

Cientes das dificuldades que existem na avaliação de programas e projetos sociais, pelas mais variadas razões, procuraremos desenvolver uma análise que complemente o tipo de avaliação realizada pelo Programa Escolhas.

Interessa-nos, acima de tudo, perceber a realidade que não é possível transmitir apenas através de dados estatísticos, explorando as opiniões dos

jovens, da equipa técnica e dos parceiros sobre o projeto, e analisando as atividades desenvolvidas. Assim, partiremos de objetivos numerais definidos pelo projeto em conjunto com o Programa, mas o nosso foco estará na análise das dificuldades encontradas pelo projeto na sua implementação e no cumprimento dos objetivos a que se propôs – na metodologia de análise que vamos utilizar, a Metodologia de Análise de Implementação de Mendes (2006), estas dificuldades podem estar relacionadas com diferentes tipos de “restrições de implementação”.

Consideramos importante fazer esta análise para perceber o que condiciona o cumprimento de objetivos como a diminuição do insucesso escolar ou o desenvolvimento das competências pessoais dos beneficiários, que em muito estão dependentes da adesão dos jovens e das famílias às propostas de mudança lançadas pelo projeto, mas cujo sucesso não é da sua exclusiva responsabilidade. Neste tipo de iniciativas, existem dois lados de interação (Calado et al, 2012) – os beneficiários e os projetos de intervenção social – pelo que os últimos devem ter a preocupação de desenhar uma estrutura de incentivos que acautele a adesão dos participantes (Mendes, 2006). Assim, a preocupação com a relação que os jovens estabelecem com as iniciativas que lhes são dirigidas não é negligenciável (Calado et al, 2012).

A privação das capacidades básicas e os círculos viciosos de pobreza limitam, em grande medida, o futuro destes jovens e condicionam gerações e comunidades. Os projetos sociais como o Catapulta procuram desenvolver as potencialidades e capacitar os jovens para serem participativos e dinâmicos, promovendo em cada um o pleno potencial (Calado et al, 2012).

Nas palavras da equipa do Programa Escolhas, trata-se, afinal, de dar sentido prático à conceção de liberdade de Amartya Sen (1999): “A forma de

obter a liberdade passa por eliminar as restrições que limitam a capacidade de fazermos escolhas livres”.

Assim, neste trabalho começamos por abordar alguns conceitos que poderão contribuir para enquadrar a situação dos beneficiários do projeto analisado, como a pobreza como privação das capacidades básicas, a sua transmissão intergeracional e os fatores e mecanismos que contribuem para a criação e perpetuação dos círculos viciosos de pobreza.

Em seguida, apresentamos a metodologia utilizada para avaliar a implementação do projeto e fazemos um breve enquadramento do Programa Escolhas, no qual se insere o projeto “Catapulta”. Neste ponto são também identificados os problemas a que este projeto vem dar resposta e é descrito o processo de seleção da amostra utilizada, bem como os métodos utilizados na recolha e tratamento de dados.

Na fase seguinte, analisamos a implementação do projeto “Catapulta” segundo a metodologia proposta por Mendes (2006). Começamos por definir os critérios de desempenho do projeto e descrever as ações desenvolvidas para atingir os objetivos e resultados traçados pelo “Catapulta”. Posteriormente, é avaliado o seu cumprimento e são identificados os três tipos de restrições de implementação que podem justificar as falhas encontradas.

Por último, são apresentadas as conclusões finais do presente trabalho e delineadas algumas possibilidades para futuras investigações.

Capítulo I

“We live in a world of unprecedented opulence, of a kind that would have been hard even to imagine a century or two ago. (...) And yet we also live in a world with remarkable deprivation, destitution and oppression. There are many new problems, as well as old ones, including persistence of poverty and unfulfilled elementary needs (...). Many of these deprivations can be observed, in one form or another, in rich countries, as well as poor ones.” (Sen, 1999, p. xi)

1. Conceito de pobreza: a abordagem de Amartya Sen

É hoje amplamente reconhecido que a pobreza é um fenómeno multidimensional e que, como tal, não pode ser medida apenas em função do rendimento ou das condições de vida objetivas de um indivíduo, ainda que seja esse o aspeto mais diretamente observável desta complexa e ampla realidade (Bruto da Costa, 2008). Concentrar a análise da pobreza apenas nesse fator afigura-se uma forma redutora de tratar este problema social (Bruto da Costa, 2008; Sen, 1999). Em todo o caso, pode revelar-se um bom ponto de partida, na medida em que o rendimento assume uma grande influência naquilo que um indivíduo pode ou não fazer na sua vida (Sen, 1999).

Neste sentido, e considerando a multidimensionalidade e complexidade da pobreza, Sen (1999) propõe-nos uma abordagem deste fenómeno em que defende que a satisfação das necessidades básicas de um indivíduo não deve ser vista como um fim em si mesmo, mas antes como um meio para que este

adquira as capacidades de que precisa para funcionar (Bruto da Costa, 2008) e construir o tipo de vida que idealiza para si (Sen, 1999). Nesta perspetiva - diferente, em grande medida, daquela que tradicionalmente é adotada, onde se consideram essencialmente fatores como o rendimento e a riqueza, ao invés de se destacar as características das vidas dos indivíduos e as suas liberdades substantivas (Sen, 1999) - a pobreza surge associada à falta de liberdade, sendo configurada como uma negação dos direitos humanos (Bruto da Costa, 2008). A definição adotada pela Comissão sobre Direitos Sociais, Económicos e Culturais das Nações Unidas (2001) aponta no mesmo sentido: “[...] a pobreza pode ser definida como uma condição humana caracterizada por privação sustentada ou crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais” (Bruto da Costa, 2008).

No pensamento de Sen (1999), encontramos, então, uma base factual que se foca nas liberdades substantivas, que são a combinação das habilidades de uma pessoa com as oportunidades de que esta goza em função do contexto político, social e económico em que se encontra inserida (Nussbaum, 2011). Esta combinação determina as capacidades daquele indivíduo, isto é, aquilo que ele será capaz de fazer e de ser. Assim, as capacidades de cada um de um de nós mais não são do que o meio para atingirmos o fim que é o nosso desenvolvimento como pessoa (Sen, 1999).¹

1.1 A pobreza como privação das capacidades básicas

Na perspetiva de Sen (1999), existem, então, boas razões para vermos a pobreza como privação das capacidades básicas, ao invés de a identificarmos

¹ Nussbaum (2011) sublinha a importância de distinguirmos as “*capacidades internas*” de uma pessoa da sua “*combinação de capacidades*” (isto é, as suas capacidades internas combinadas com as condições sociais, económicas e políticas do meio em que vive), uma vez que uma sociedade pode até ser bem sucedida no desenvolvimento das capacidades internas dos seus indivíduos, mas falhar na criação de condições para que estes as exerçam.

apenas com a insuficiência de rendimento – sem prejuízo de se considerar, como referido no início deste capítulo, que essa é uma das principais causas da pobreza, uma vez que os baixos rendimentos podem estar na base de situações de privação das capacidades (Sen, 1999). Com efeito, a privação das capacidades individuais está estreitamente ligada ao baixo rendimento, em duas direções: por um lado, o baixo rendimento pode conduzir a situações de iliteracia, saúde fraca, fome e subnutrição; por outro lado, melhor educação e saúde contribuem para que as pessoas tenham maiores rendimentos.

Isto não significa, porém, que as estatísticas sobre a distribuição do rendimento reflitam a privação causada, por exemplo, pelo desemprego, pois a análise da desigualdade com base no rendimento pode ser muito diferente daquela que tem por base as capacidades². Uma situação de desemprego é uma fonte de efeitos debilitadores duradouros na liberdade, iniciativa e habilidades de cada um (Sen, 1999) e a distribuição dos rendimentos em nada informa sobre estes aspetos. O desemprego não é apenas uma falta de rendimento que pode ser resolvida através de transferências de dinheiro do Estado - veja-se o exemplo ilustrativo do desemprego na Europa, que atinge níveis extremamente elevados (Sen, 1999) e é compensada por apoios ao rendimento. A perda do rendimento causada pelo desemprego pode, dentro de um certo limite, ser compensada por apoios ao rendimento, mas por o desemprego ter diferentes efeitos nocivos na vida dos indivíduos, causando outros tipos de privação, a ajuda ao rendimento tem aqui um papel limitado, como aliás se tem verificado (Sen, 1999).

Segundo Sen (1999), o principal contributo da perspectiva das capacidades para a análise da pobreza é, então, o de permitir um melhor

² Também em Portugal, a pobreza não está ligada apenas ao rendimento: em 1997, o país tinha a taxa mais alta de pobreza da Europa e uma das mais baixas em desemprego. Este paradoxo justificava-se pelo nível dos salários, pelas dificuldades de inclusão na sociedade ativa e na concorrência do mercado, pelo insucesso escolar, pelo nível cultural baixo e pela falta de organização social (REAPN, 2003).

entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação ao tirar o foco dos meios (em especial do rendimento) para dar um lugar de destaque aos fins que o indivíduo pretende alcançar e, conseqüentemente, às liberdades substantivas de que este dispõe para o fazer. Assim, as privações são analisadas a um nível mais fundamental – mais perto das exigências da justiça social (Sen,1999).

Em suma, segundo o autor, faz sentido aplicar a perspectiva das capacidades à avaliação da pobreza, na medida em que esta abordagem concentra-se no tipo de privação que é intrinsecamente importante (ao contrário do baixo rendimento, que é apenas instrumentalmente significativo). Por outro lado, existem outras influências na privação das capacidades – e, portanto, na pobreza real³ - para além da insuficiência de rendimento: este não é o único instrumento que permite gerar capacidades. Por fim, a relação instrumental entre baixo rendimento e baixas capacidades varia de comunidade para comunidade, de família para família e de indivíduo para indivíduo – o impacto do rendimento nas capacidades é contingente e condicional, isto é, é variável⁴.

No que diz respeito a este último ponto, cumpre referir que *handicaps* como a idade, a doença ou a deficiência podem ser fatores determinantes no que diz respeito ao indivíduo ter capacidade para garantir um rendimento, mas também no que toca à conversão desse rendimento em capacidades (Sen, 1999).

Por outro lado, a “privação relativa” em termos de rendimento pode conduzir à privação absoluta em termos de capacidades, isto é, ser-se relativamente pobre num país rico pode significar um grande *handicap* em termos de capacidades, ainda que esse mesmo indivíduo tenha um rendimento

³ A pobreza real é uma situação de privação que vai muito para além da privação material: diz respeito à privação de capacidades, que impede um indivíduo de construir o tipo de vida que idealizou para si (Sen, 1999).

⁴ Varia em função dos vários grupos populacionais a que uma pessoa pode pertencer, classificados de acordo com idade, género, localização geográfica, entre outros elementos, e estas variações não estão dentro do controlo dos indivíduos (Sen, 1999).

absoluto alto em termos de padrões mundiais. Em países mais ricos, será necessário um rendimento mais alto, que permita a aquisição de bens suficientes para se alcançar o mesmo *social functioning* (Sen, 1999).⁵

Fazer parte da vida da comunidade, por exemplo, é considerado um parâmetro essencial em qualquer estudo sobre exclusão social (Sen, 1999). Contudo, esta participação pode implicar que a pessoa tenha determinados bens (televisão, automóvel, entre outros), por tal ser considerado “normal” na sociedade em questão, e tornar-se, assim, mais difícil para alguém que seja pobre num país rico participar na vida comunitária, ainda que essa pessoa seja considerada rica quando comparada com outros indivíduos de países mais pobres (Sen, 1999).

A abordagem de Sen (1999) não se concentra em preferências subjetivas para analisar o bem-estar dos indivíduos, mas sim em funcionamentos objetivos, que podem ser definidos como aquilo que a pessoa é ou faz (Martins, 2013). Assim, segundo Sen (1999), as capacidades são combinações de funcionamentos e os funcionamentos são as várias coisas que um indivíduo pode pretender fazer na sua vida. As capacidades são, então, um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de alcançar combinações alternativas de funcionamentos. Por outras palavras: a liberdade de ter diferentes estilos de vida. Assim, mesmo que o indivíduo que tem possibilidade de comer escolha passar fome, terá sempre mais capacidades do que aquele que passa fome mas não teve hipótese de escolher (Sen, 1999). Como explica Nussbaum (2011), as capacidades significam possibilidade de escolha.

⁵ Como refere Sen (1999), esta ideia foi avançada pela primeira vez por Adam Smith na obra “A Riqueza das Nações”, onde o autor explica que o conjunto de bens que determinada soma de dinheiro permite comprar constitui um melhor indicador da riqueza do indivíduo do que o volume de moeda correspondente. Assim, o rendimento da pessoa que o recebe não consiste no dinheiro em si, mas sim naquilo que, graças a ele, o indivíduo consegue obter (Smith, 1999), e que varia de sociedade para sociedade.

Embora as capacidades, pela liberdade de escolha que proporcionam ao indivíduo, tenham valor intrínseco, também é verdade que assumem maior importância quando permitem que este alcance um determinado funcionamento, isto é, que utilize essas capacidades, que as projete (Nussbaum, 2011). A pessoa tem, então, vários vetores de funcionamento alternativos à sua escolha; e enquanto a combinação dos diferentes funcionamentos reflete as conquistas reais da pessoa, o seu conjunto de capacidades representa a liberdade de alcançar. (Sen, 1999). Assim, o foco avaliativo desta abordagem das capacidades pode estar nos funcionamentos realizados (aquilo que uma pessoa é capaz de fazer) ou no seu “*capability set of alternatives*” (as oportunidades reais da pessoa). Cada uma das opções dará tipos de informação diferentes: a primeira sobre as coisas que a pessoa faz e a segunda sobre as coisas que a pessoa é (substantivamente) livre de fazer (Sen, 1999).

1.2 Conceito de pobreza adotado

Na linha do que acabamos de expor, o conceito de pobreza adotado neste trabalho é, então, aquele que perspectiva a pobreza como a privação das capacidades básicas que garantem a um indivíduo a liberdade de escolher o tipo de vida que pretende para si. Esta situação de privação pode ter na sua base vários tipos de fatores (entre eles, mas não só, a insuficiência de rendimentos). A privação das capacidades assume-se, então, como uma falta de “*poder*”⁶: poder para levar um determinado modo de vida, que seja fruto de sucessivas opções conscientes entre diversas possibilidades/oportunidades.

⁶ Para a pergunta “O que é que um pobre pode fazer para iniciar a sua inclusão na sociedade?” podem ser ensaiadas várias respostas - desde ver quais os recursos disponíveis na comunidade em que o pobre se insere e trabalhar as suas competências pessoais e sociais até ao recurso ao microcrédito (REAPN, 2003). A esta pergunta, Bruto da Costa responde o seguinte: sozinho, o pobre nada pode fazer, pois é uma pessoa que perdeu todas as suas formas de poder (REAPN, 2003). Há que devolver ao pobre o poder para exercer

Ao longo deste trabalho, procura-se identificar e analisar eventuais ligações entre a privação das capacidades básicas, os círculos viciosos de pobreza e a transmissão intergeracional deste *status* socioeconómico, dando-se especial relevo ao papel da educação na quebra ou perpetuação destes círculos. No presente capítulo são apresentados alguns fatores que condicionam o desenvolvimento das capacidades de um indivíduo, reduzindo a sua liberdade de escolha e sendo, assim, potenciadores

2. Círculos viciosos de pobreza: o espaço e a comunidade como fatores explicativos da recorrência da pobreza

O reconhecimento de que os fatores sociais têm um papel fundamental na perpetuação da pobreza é, fora das discussões académicas, um dado adquirido: o espaço e a comunidade influenciam perceções individuais, aspirações e oportunidades (Bowles, Durlauf & Hoff, 2006). Contudo, só recentemente esta perspetiva passou a ser característica-chave das análises económicas - dominadas, até então, pelo sucesso dos modelos de desigualdade económica de base individual para explicar muitos aspetos da desigualdade de rendimentos (Bowles, Durlauf & Hoff, 2006).

Com efeito, a pobreza e a exclusão social são fenómenos marcadamente sociais (isto é, que devem ser abordados como uma questão que tem subjacente a sociedade e o seu modo de funcionamento), que não têm só a ver com o indivíduo - embora a questão de como é que cada um de nós rentabiliza ou desperdiça uma oportunidade seja também determinante (REAPN, 2003).

plenamente a sua cidadania – e aqui falamos mesmo de uma função redistributiva do próprio poder, isto é, aqueles que têm qualquer forma de poder, seja socioeconómico, político, social, cultural, de informação (e todos temos alguma forma de poder), devem colocá-lo ao serviço daqueles que não têm nenhuma forma de poder. Este é um dos vetores indispensáveis da mudança social (REAPN, 2003). Bruto da Costa considera que uma das razões por que não há mudança é porque cada um utiliza o poder que tem para o aumentar em benefício próprio. (REAPN, 2003)

Como referem alguns autores, nos sistemas sociais instalam-se dinâmicas de círculo vicioso que podem revelar-se prejudiciais para um grupo de indivíduos ou para toda a sociedade (Mendes et al, 2012).

Estas dinâmicas, quando referentes à pobreza, são identificadas na literatura como *“poverty traps”*: mecanismos que funcionam em espiral e mantêm indivíduos, grupos ou países numa situação de pobreza da qual se torna difícil sair. Este conceito foca, tipicamente, a questão da transmissão intergeracional do *status* económico (Durlauf e Shaorshadze, 2014). As *“poverty traps”* são, como explicam os autores, o caso-limite de um contexto onde a pobreza tende a persistir ao longo das gerações.

As *“poverty traps”* são categorizadas por Durlauf e Shaorshadze (2014) em três tipos: família (associadas à formação do capital humano: pais em situação de desvantagem socioeconómica vão transmitir esse *status* aos filhos); sociais (dizem respeito aos fatores sociais que determinam situações de desvantagem); e nacionais (relativas a países/populações como um todo) (Durlauf e Shaorshadze, 2014). Para o tema deste trabalho assumem especial relevância as *“poverty traps”* relativas à família e as sociais.

No que se refere às *“poverty traps”* sociais, é importante considerar dois tipos de mecanismos que podem estar na sua base:

- mecanismos institucionais: as crianças provenientes de agregados familiares pobres tendem a frequentar escolas (ou aceder a outros bens públicos) de baixa qualidade;

- mecanismos sociais: nas situações onde existem *“poverty traps”* do tipo social, verifica-se, por norma, a existência de efeitos de pares negativos (*“peer effects”*) e/ou a ausência de *“role models”*.

É nesta perspectiva social que se enquadra a “*memberships theory*”, de que falaremos na seção 2.1, e segundo a qual a pertença a diferentes grupos pode explicar a transmissão da pobreza. Isto não significa que alguns dos indivíduos não consigam “escapar” a essa transmissão, mas sim que o grupo como um todo está inserido numa dinâmica de círculo vicioso de pobreza (Durlauf e Shaorshadze, 2014).

Como explica Mendes (2012), na base da recorrência da pobreza encontram-se três tipos de fatores:

- as normas sociais⁷, as instituições sociais⁸ e a cultura, poderoso fator de geração de círculos viciosos, na medida em que condicionam o comportamento dos indivíduos em função dos costumes, tradições, padrões, regras, valores, tendências e todos os outros critérios de conduta que estão padronizadas em consequência do contato entre as pessoas (Gilbert, Fiske & Lindzey, 1998); no contexto deste trabalho, são relevantes as normas sociais que reduzem o valor atribuído à educação ou que afetam decisões tomadas pelos indivíduos (as “*poverty traps*” causadas por normas sociais são tratadas por Durlauf na “*memberships theory*”, como iremos ver na seção 2.1);

- os efeitos de limiar: os efeitos de limiar (maioritariamente relacionados com riqueza ou capital humano) estão relacionados com a ideia de que é necessário providenciar condições suficientes para que a pobreza, a prosperidade ou a desigualdade persistente emergem numa economia (Durlauf, 2006)⁹; no contexto destes efeitos de limiar, é de particular importância o papel

⁷ Cialdini e Trost (1998) explicam que uma norma social é um determinado comportamento social característico (isto é, mais uniforme) de um conjunto de pessoas do que de um indivíduo observado aleatoriamente e que a influência destas normas sociais aumenta quando se verificam condições incertas e quando a pessoa se identifica com a fonte dessas normas ou procura estabelecer /manter uma relação com essa fonte (Gilbert, Fiske & Lindzey, 1998).

⁸ Nas palavras de North, as instituições sociais são as condicionantes concebidas pelo ser humano que estruturam as interações políticas, económicas e sociais. Estas incluem, por exemplo, as redes sociais e os papéis de género (Deolalikar et al, 2002).

⁹ Tal como Bowles, Durlauf & Hoff (2006) referem: “*First, there may be critical thresholds--in overall wealth or human capital- that must be reached before the forces of standard competitive theory take hold. Countries can face*

da educação (fracos níveis de educação e de formação profissional dificultam a inserção no mercado de trabalho, contribuindo para baixos níveis de rendimento e para a perpetuação da situação de pobreza de um indivíduo, de uma população, de uma região ou mesmo de um país);

- por fim, os efeitos de vizinhança: os efeitos de vizinhança são influências como as redes de relacionamento, os “*role models*” e as aspirações dos indivíduos, que contribuem para a criação dos tais nichos de pobreza aos quais se torna difícil escapar (Bowles, Durlauf & Hoff, 2006); Durlauf (2006) considera a zona residencial e as interações sociais (nas quais se destacam os “*role models*” e os grupos de pares) as principais fontes dos efeitos de vizinhança.

No presente trabalho de investigação, daremos particular relevância a este último fator, que passaremos a explicar com maior detalhe, embora os efeitos de limiar e as normas, instituições sociais e cultura venham a ser também considerados, nomeadamente na análise do fator educação como eventual caminho para se sair de uma situação de pobreza - melhor educação contribui para melhores níveis de rendimento (Sen, 1999), o que vai ter impacto na quebra dos círculos viciosos de pobreza.

À luz das categorizações apresentadas, podemos concluir que na base das “*poverty traps*” sociais encontram-se fatores como as normas sociais (por exemplo, aquelas que reduzem o valor atribuído à educação) e os efeitos de vizinhança (com destaque para a tese que defende que a pertença a diferentes grupos pode determinar a transmissão da pobreza); já as “*poverty traps*” da categoria da família estão relacionadas com os efeitos de limiar (fracos níveis de

thresholds and individuals can, too; and the critical threshold for an individual will, in general, depend on the environment in which he lives. For example, if unskilled wage rates are sufficiently depressed by an oversupply of uneducated persons, a poor person may never be able to save enough to escape poverty if he remains in a developing country with a small educated population, but may escape poverty if he moves to a country with a larger educated population.”

educação dificultam a inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a quebra com os círculos de pobreza) e com os efeitos de vizinhança (em particular com os mecanismos institucionais: por exemplo, crianças provenientes de agregados familiares pobres tendem a frequentar escolas de baixa qualidade).

2.1 Os efeitos de vizinhança

Durlauf (2006) explica, através da “*memberships theory*” - uma abordagem que procura analisar o impacto dos grupos socioeconómicos nos indivíduos e que abarca um conjunto de modelos onde as “*poverty traps*” podem verificar-se (Bowles, Durlauf & Hoff, 2006) - que a persistência do *status* económico é gerada por influências de grupo¹⁰ nas preferências, crenças e restrições/limitações dos indivíduos. Esta perspetiva estuda os efeitos dos grupos sobre as opções que cada um de nós conscientemente toma – desde logo, a de construir um percurso escolar ou profissional sustentável ou não.

Não existe consenso académico sobre potenciais relações causais entre as relações de vizinhança e os comportamentos individuais (Galster, 2010). Galster (2010) apresenta uma lista de quinze potenciais relações causais, divididas em quatro grandes categorias - interações sociais, ambientais, geográficas e institucionais – das quais assume especial relevância para este trabalho a primeira. No âmbito das potenciais relações causais relativas às interações

¹⁰ A composição e os comportamentos dos grupos a que um indivíduo pertence têm um papel muito importante em termos de impactos socioeconómicos (Bowles, Durlauf & Hoff, 2006). As “*poverty traps*” são contextos socioeconómicos em que a persistência de um dado *status* económico é, nas palavras de Durlauf (2006), arbitrariamente duradoura; as “*poverty traps*” são os limites desses casos de imobilização económica. A “*memberships theory*” tem características específicas que tornam o caso-limite das “*poverty traps*” particularmente natural (Bowles, Durlauf & Hoff, 2006).

sociais, encontramos os seguintes mecanismos, entre outros, referentes a processos sociais endógenos à vizinhança (Galster, 2010)¹¹:

- contágio/propagação social: os comportamentos, aspirações e atitudes podem ser alterados pelo contato com pares da vizinhança; sob determinadas circunstâncias, estas alterações podem assumir dinâmicas de propagação que são semelhantes a “epidemias”;

- socialização coletiva: os indivíduos podem ser encorajados a conformarem-se às normas sociais locais transmitidas por “*role models*” e por outras pressões sociais;

- redes de relacionamento: os indivíduos podem ser influenciados por comunicações interpessoais de informação e recursos de vários tipos, que lhes são transmitidos pelos vizinhos;

- coesão social e controle: o grau de distúrbio social da vizinhança e o seu inverso (a eficácia coletiva), podem ter influência numa variedade de comportamentos e reações psicológicas dos residentes;

- mediação parental: a vizinhança pode afetar (através de qualquer um dos mecanismos das quatro categorias anteriormente referidas) a saúde mental e física, o stress, as “*coping skills*”, o sentido de eficácia, os comportamentos e os recursos materiais dos pais; todos estes elementos influenciam o ambiente em que a criança é criada.

Galster (2010) entende a vizinhança como um “pacote multidimensional” de atributos causais, em que cada elemento (interações sociais internas, condições ambientais, atributos geográficos e reações das instituições externas) tem de ser medido de forma precisa, sendo relevante perceber qual a frequência, duração e intensidade do tempo que um indivíduo passa numa determinada vizinhança. Por outro lado, o autor considera relevante perceber

¹¹ Processos sociais internos à vizinhança, isto é, que têm origem na própria vizinhança.

se, para cada situação concreta, são administrados “antídotos” (ações com efeitos que contrariem os efeitos de vizinhança) ou se as próprias pessoas, individual ou coletivamente, estão a responder de forma não expetável a esses efeitos - por exemplo, se os pais não deixam as crianças ir brincar para o parque infantil porque este está ocupado por jovens violentos (Galster, 2010).

Na perpetuação da pobreza, o elemento geográfico dos efeitos de vizinhança parece ser menos relevante do que a questão das interações sociais (Galster, 2010). Se é verdade que o facto de alguém viver inserido numa zona pobre, onde existem fortes dinâmicas de círculos viciosos de pobreza com mecanismos de auto-reforço, torna essa pessoa mais vulnerável ao fenómeno da pobreza (Bowles, Durlauf & Hoff, 2006), também é verdade que mudar a localização geográfica não parece ser a solução para o problema (Galster, 2010). Ainda que se altere a localização e uma criança vinda de uma vizinhança pobre passe a viver com o seu agregado familiar num contexto de classe média ou alta, os benefícios podem ser muito limitados, pois a mudança está muito mais dependente da existência de interação social com a nova população vizinha do que do elemento geográfico propriamente dito. E a verdade é que Boyd (2008), Freeman (2005) e Hyra (2008) concluíram, em estudos realizados anteriormente, que dificilmente existe “*role modeling*” entre classe alta e classe baixa (Galster, 2010).

É preciso, contudo, ter em conta a limitação apontada por Durlauf (2006) no que se refere aos estudos empíricos que se debruçam sobre o papel causal dos grupos nos comportamentos individuais: não é possível garantir a existência de um efeito causal entre o facto de alguém viver numa zona pobre e ter, por exemplo, um baixo nível educacional. Vários fatores podem estar na base desta correlação: desde logo, a possibilidade de os adolescentes não verem um nível de educação superior como algo necessário e vantajoso – ou porque os seus “*role models*” e os seus pares não o têm; ou porque têm presentes exemplos

de indivíduos na sua comunidade que até obtiveram esse grau de educação superior, mas não foram bem-sucedidos no mercado de trabalho, o que pode sugerir que o investimento na educação não traz retorno; ou simplesmente porque o seu agregado familiar não consegue pagar-lhes os estudos para além do ensino secundário. Todas estas possibilidades explicam a correlação entre baixo nível educacional e viver inserido numa zona pobre, mas baseando-se cada uma em mecanismos diferentes (Bowles, Durlauf & Hoff, 2006). No caso do mecanismo do *“role modeling”*, assim como no dos pares, produz-se uma espécie de comportamento de imitação, que pode existir devido a: (1) fatores psicológicos (um intrínseco desejo de se comportar como algumas pessoas); (2) interdependência das restrições que os indivíduos enfrentam, de forma que os custos de um dado comportamento dependam de se os outros fazem o mesmo ou não; e (3) interdependência na transmissão da informação, de forma que o comportamento dos outros altere a informação sobre os efeitos de tais comportamentos disponíveis para um dado indivíduo (Bowles, Durlauf & Hoff, 2006).

Cada um destes tipos de comportamentos de imitação implica que um indivíduo, quando analisa as suas alternativas comportamentais, vá achar mais tentador um comportamento que outros já tenham tido ou estejam a ter. Assim, a vontade relativa de estar na escola, por exemplo, será mais alta quando os adultos de uma comunidade são licenciados ou quando os pares estão na escola (Bowles, Durlauf & Hoff, 2006).

As influências sociais no comportamento individual podem, então, produzir *“poverty traps”*, como demonstra o modelo proposto por Brock e Durlauf (2001). Este tipo de modelo, que formaliza a ideia de *“culture of poverty”* de Lewis (1966)¹², ocupa-se do processo que está por detrás das *“poverty traps”*:

¹² Lewis (1966) defende que as pessoas pobres não se debatem apenas com o problema da falta de recursos: adquirem também um sistema de valores que perpetua a sua situação de pobreza e que se transmite para

num contexto intergeracional, uma criança que cresça numa comunidade com desvantagem socioeconómica pode vir a ter aspirações académicas e profissionais mais baixas pela influência negativa dos pares e ausência de “*role models*” na sua comunidade.

À luz do exposto, procurar-se-á, então, analisar na seção seguinte de que forma a educação é um fator relevante nos processos de persistência e de transmissão de pobreza entre diferentes gerações.

as crianças que nascem neste contexto. Assim, no ponto de vista do autor, as pessoas pobres desenvolvem um determinado estilo de vida que se configura como uma verdadeira cultura no sentido antropológico do termo, atravessando limites regionais e nacionais.

3. A educação como fator de transmissão intergeracional da pobreza

Dos três sistemas sociais que considera interligados - sistema educativo e de formação, mercado de trabalho e sistema de formação de salários e sistema de segurança social -, Bruto da Costa (REAPN, 2003) aponta o primeiro como o sistema-chave para se quebrar o círculo vicioso da transmissão da pobreza de uma geração para a outra, bem como para resolver o problema da pobreza em geral. Qualquer um destes sistemas detém graus de autonomia condicionados pelo sistema que fica a montante, mas não é por ele determinado; porém, o sistema educativo pode agravar uma situação, uma vez que é através dele que a pobreza se transmite de uma geração para a outra (REAPN, 2003).

Por norma, os sistemas educativos são formatados à imagem das classes média e alta e, por definição, um sistema educativo formatado dessa maneira não servirá às crianças das famílias pobres, pelo que o absentismo e o insucesso destas crianças é perfeitamente previsível num sistema educativo com essas características, como explica Bruto da Costa (REAPN, 2003). Contudo, sabe-se também que os fatores exógenos à escola (*“non school factors”*) aparecem associados aos níveis de escolaridade. Entre estes fatores, que contemplam desde as características pessoais de cada aluno até ao envolvimento dos pais, encontra-se o nível de escolaridade dos progenitores, um importante prognóstico do nível de escolaridade dos filhos¹³. Moser (1999) concluiu, num estudo realizado, que 60% das crianças que estavam no grupo de leitura de nível mais baixo com 10 anos tinha pais com baixa alfabetização, enquanto apenas 2% tinha pais com alto nível de alfabetização. A investigação realizada

¹³ Segundo vários estudos realizados, o nível de escolaridade da mãe assume aqui especial relevo (Hills & Piachaud, 2002).

neste campo tem vindo a sublinhar a importância do capital humano e social dos pais (Hills & Piachaud, 2002).

Já no entender de Grundiza & Vilaplana (2013), a transmissão intergeracional da pobreza pode ser determinada por três fatores que estão interligados e devem ser analisados quando se fala das causas da pobreza: a persistência de baixo nível de escolaridade, a persistência de baixa capacidade de sustentar o agregado familiar ou de situação de desemprego ao longo de duas gerações – de pais para filhos. Naquilo que diz respeito ao primeiro fator (a educação, concretamente a persistência de baixo nível de escolaridade), é hoje reconhecido que o nível educacional dos pais tem um enorme impacto no nível educacional dos filhos (Grundiza & Vilaplana, 2013; Bruto da Costa, 2008; REAPN 2003), por duas razões, que podem ser cumulativas ou alternativas: (1) a capacidade financeira dos pais para investirem na educação dos filhos; (2) a capacidade de transmitir aos filhos a importância que tem a educação (Grundiza & Vilaplana, 2013).

Na Europa-28 (EU-28), verifica-se que quanto mais elevado é o nível de escolaridade dos pais, mais alta é a taxa de transmissão desse nível para os filhos - 63,4% (Grundiza & Vilaplana, 2013). Verifica-se também que um indivíduo que tenha pais com baixo nível educacional tem 34,2% de hipóteses de “herdar” esse mesmo nível educacional, enquanto um indivíduo cujos pais tenham um elevado nível de escolaridade tem apenas 3,4% de hipóteses de ter baixo nível educacional (Grundiza & Vilaplana, 2013). No caso específico de Portugal, existia em 2011 uma taxa de 68,4% de transmissão de nível de escolaridade baixo (Grundiza & Vilaplana, 2013). Cabe, no entanto, sublinhar que a persistência do baixo nível educacional varia consoante as faixas etárias e em Portugal tende a ser maior nos adultos entre 45-59 anos do que no intervalo 25-34 anos (Grundiza & Vilaplana, 2013).

Outros autores, como Becker e Tomes (1979) e Loury (1981) explicam a persistência do *status* económico ao longo das gerações pelos efeitos do rendimento dos pais na educação dos filhos. O investimento feito vai determinar o rendimento da geração seguinte. Nestes modelos, a desigualdade persiste através das gerações, porque pais com menos rendimentos investem menos na educação dos filhos do que aqueles que têm rendimentos mais altos (Bowles, Durlauf & Hoff, 2006). Outros modelos diferentes - Bénabou (1993, 1996), Durlauf (1996,a,b), Fernandez & Rogerson (1997) – analisados por Durlauf (2006) - estudam os efeitos da “*residential neighborhood*” na educação. Nestes modelos, a educação de uma criança é determinada, pelo menos em parte, por fatores como a qualidade da escola e características de outros indivíduos na vizinhança (contexto) em que a criança cresceu. Assim, o *status* económico relativo persiste através das gerações quando a segregação económica existe. As famílias pobres vivem em zonas pobres, o que “deprime” as perspetivas económicas de futuro dos seus filhos.

Naturalmente, as características individuais e de grupo são interdependentes. O rendimento dos pais tem influência porque vai determinar a zona em que os filhos vivem (Bowles, Durlauf & Hoff, 2006) e, devido ao mecanismo dos efeitos de vizinhança, isso pode determinar que a criança fique presa numa dinâmica de círculo vicioso de pobreza.

Em suma, o que todos estes autores salientam é que a educação tem um papel relevante na transmissão da pobreza de pais para filhos, sendo que esta pode ter como causa uma incapacidade financeira dos pais para investirem na educação dos filhos (situação de segregação económica que determina a frequência de escolas com fraca qualidade em zonas pobres ou simplesmente o facto de pais com menos rendimentos investirem menos na educação dos filhos) ou a incapacidade de os pais transmitirem aos filhos a importância que tem a educação na melhoria do *status* económico de um indivíduo.

Uma sociedade que queira promover as capacidades mais importantes do ser humano deve apoiar o desenvolvimento das suas capacidades internas, garantindo educação e outros recursos (Nussbaum, 2011). O espaço (contexto) e a comunidade onde um indivíduo vive inserido têm, como já referido anteriormente, bastante influência na perpetuação de uma situação de pobreza. Contudo, Kiernan (Hills & Piachaud, 2002) lembra que Haveman e Wolfe (1994) demonstraram que os recursos providenciados a uma criança pelos pais têm mais influência do que os que lhes são disponibilizados pela comunidade ou pelo Estado. Os recursos garantidos pela família são cruciais para o desenvolvimento social, intelectual e emocional de uma criança, sendo menos determinantes noutra fases da vida de uma pessoa (Hills & Piachaud, 2002).

4. Pobreza, recorrência da pobreza e educação

A pobreza, entendida como privação das capacidades básicas de que um indivíduo depende para se desenvolver como pessoa (ao invés de apenas sobreviver), tende a ser mais marcada e provável - pelas razões que têm sido apresentadas ao longo deste capítulo - nos indivíduos que vivem inseridos num contexto social e geográfico onde esta privação é a norma, e não a exceção. Este fenómeno alicerça-se em dinâmicas de círculo vicioso com mecanismos de auto-reforço, que dificultam aos indivíduos a quebra com os contextos de pobreza – em parte, porque as barreiras a ultrapassar são demasiado grandes, tornando-se difícil reunir o mínimo de recursos necessários para se “dar o salto” (efeitos de limiar). E, por outro lado, porque existem efeitos de vizinhança muito fortes, que contribuem para a perpetuação desta pobreza: os grupos em que um indivíduo está inserido influenciam comportamentos, preferências e escolhas, em particular através dos pares ou dos “*role models*”.

Estes “*role models*” podem ser indivíduos daquela comunidade com determinadas características, comportamentos ou percursos de vida ou os próprios pais, que têm um papel preponderante na construção do projeto de vida dos filhos e numa eventual transmissão da pobreza para esta segunda geração. A transmissão intergeracional da pobreza pode assentar em um (ou mais) de três fatores: persistência do baixo nível de escolaridade, persistência da situação de desemprego e persistência da incapacidade de sustentar o agregado familiar. Sendo a educação considerada o fator-chave para se sair da pobreza, e havendo tendência para que o nível de escolaridade dos pais se transmita para os filhos, conclui-se que, se este nível for baixo, as probabilidades dos filhos virem a ser pobres são elevadas – em 2011, em Portugal, a taxa de transmissão era de 68,4%, uma das mais preocupantes na UE-28 (Grundiza & Vilaplana, 2013).

5. Análise de implementação do projeto “Catapulta” – Intervenção junto de jovens em situação de exclusão social na zona histórica do Porto

Tendo em conta o enquadramento teórico apresentado nas seções anteriores, pretende-se, com este trabalho, avaliar a implementação de um projeto social que visa contribuir para a construção de percursos escolares/profissionais sustentáveis de jovens em situação de exclusão social na zona histórica do Porto, através do desenvolvimento das suas competências pessoais e sociais.

O projeto “Catapulta” foca-se no fortalecimento do percurso educativo e profissional de crianças e jovens em situação de exclusão social e no desenvolvimento das suas competências sociais e pessoais, apostando ainda num trabalho de co-responsabilização das famílias no processo educativo e de desenvolvimento pessoal das crianças e jovens (Relatório de Avaliação Intercalar, 2014). Adicionalmente, o “Catapulta” trabalha a relação dos participantes com a comunidade envolvente, procurando estimular interações sociais e institucionais com efeitos positivos para todos os envolvidos e o desenvolvimento de uma postura de cidadania ativa nos seus beneficiários.

A avaliação da implementação do projeto “Catapulta” que nos propomos fazer seguirá a Metodologia de Análise de Implementação proposta por Mendes (2006), que permite avaliar o projeto “nos seus próprios termos”, isto é, tendo por base os objetivos, resultados e indicadores definidos pela entidade promotora no início do projeto. A metodologia de Mendes (2006) configura a relação do projeto com os seus participantes como uma relação de agência, em que o principal (entidade promotora do projeto) deve criar uma estrutura de incentivos para que os agentes (participantes) adotem voluntariamente

determinado comportamento. Ainda assim, e por diferentes razões (restrições viabilidade, de racionalidade individual ou de compatibilidade de incentivos), isso pode não acontecer. Nesse caso, há que apurar as razões que podem estar na base das falhas de implementação verificadas.

Capítulo II

1. Projeto Catapulta

Introdução

O “Catapulta”, objeto central deste trabalho, é um projeto de intervenção social promovido pelo Movimento SOS Racismo, pensado para uma zona nobre e muitas vezes esquecida da cidade do Porto: a Sé¹⁴.

Financiado pelo Programa Escolhas entre Janeiro de 2013 e Dezembro de 2015, o “Catapulta” rege-se pelas disposições do regulamento do programa e pelos seus princípios gerais, submetendo-se periodicamente a uma avaliação por parte deste financiador.

Apesar do projeto em questão ser ainda bastante recente, entendemos que seria relevante desenvolver uma análise de implementação do “Catapulta”, por duas razões. O objetivo central e as necessidades a que o “Catapulta” procura dar resposta – a construção de um percurso escolar sustentável, o desenvolvimento de competências pessoais, sociais, cognitivas e morais, a questão da cidadania ativa e da oportunidade de conhecer diferentes realidades – são fatores que, tal como foi visto no capítulo anterior, são determinantes na transmissão intergeracional da pobreza e na perpetuação/quebra de círculos de pobreza. Por outro lado, embora o financiamento do projeto pelo Programa Escolhas só esteja garantido até final de 2015, perspetiva-se o seu prolongamento, pois de outra forma a sua população-alvo poderá vir a ficar sem respostas na área da educação e inclusão social. Torna-se, então, relevante

¹⁴ Embora o projeto incida essencialmente sobre a zona da Sé, a entidade promotora do projeto flexibilizou este critério de admissão e abriu portas a participantes de outras zonas. Verificam-se vários casos de participantes que residem noutras freguesias, mas frequentam escolas próximas do espaço do projeto, estando integrados nas atividades do “Catapulta”.

analisar desde cedo eventuais desvios de implementação do projeto e contribuir para que, no futuro, este alcance na totalidade os objetivos e resultados a que se propõe.

A informação apresentada nesta seção é retirada de documentos elaborados pela equipa do projeto, nomeadamente: o Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas, o Relatório de Avaliação Final 2013 (Dezembro 2013) e o Relatório de Avaliação Intercalar 2014 (no final de 18 meses de projeto, Junho 2014). Para completar os dados recolhidos a partir dos documentos referidos, recorreu-se ainda a documentos do Programa Escolhas e foram realizadas entrevistas a vários intervenientes do projeto.

Passamos a fazer um breve enquadramento do Programa Escolhas, de forma a clarificar alguns conceitos e formas de organização da informação que estão na base da recolha de dados realizada durante 18 meses pelo projeto e que, como tal, vão ser utilizadas ao longo de todo este capítulo.

Programa Escolhas

O Programa Escolhas é um programa governamental de âmbito nacional, criado em 2001, promovido pela Presidência do Conselho de Ministros e integrado no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural – ACIDI, IP, que já se encontra na 5ª Geração de projetos financiados¹⁵.

Tem como missão promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.

¹⁵ Os números que transcrevemos de seguida, relativos aos impactos globais dos projetos da 4ª geração do Programa Escolhas, transmitem bem a importância e o alcance do programa a nível nacional: 89.232 participantes; 9.776 reintegrações em escola, formação e emprego de jovens anteriormente desocupados; 86,7% de sucesso escolar global no ano letivo 2011/2012; 13.949 certificações no domínio das TIC (www.programaescolhas.pt).

É financiado pelo Instituto da Segurança Social, pela Direção Geral de Educação e pelo Fundo Social Europeu, através do Programa Operacional Potencial Humano –POPH/QREN (Resolução de Conselho de Ministros n.º 68 de 2012).

O Programa Escolhas estrutura-se em cinco medidas, que correspondem às suas cinco áreas estratégicas de intervenção, sendo que cada projeto poderá contemplar algumas ou todas as medidas do programa, devendo incluir obrigatoriamente a medida IV:

Medida I - Inclusão escolar e educação não formal

Medida II - Formação profissional e empregabilidade

Medida III - Participação cívica e comunitária

Medida IV - Inclusão digital

Medida V - Empreendedorismo e Capacitação dos jovens.

Em anexo (Anexo I) apresentamos um quadro com as ações que cada Medida/Área Estratégica contempla no projeto “Catapulta”. De entre essas medidas, salientamos, pela relevância que esta assume no contexto deste trabalho e do projeto “Catapulta”, a Medida I – Inclusão escolar e educação não formal, que contempla as seguintes ações:

- a) Combate ao abandono escolar precoce, através do encaminhamento escolar de crianças e jovens para respostas já existentes;
- b) Combate ao abandono escolar precoce, através da criação de novas respostas educativas;

- c) Promoção do sucesso escolar, dentro ou fora da escola, através do desenvolvimento de competências pessoais, sociais e cognitivas por via da educação formal e não formal;
- d) Corresponsabilização dos familiares no processo de supervisão parental (Despacho Normativo 17 de 2012).

Como teremos oportunidade de verificar ao longo deste capítulo, todas as ações acima referidas fazem parte da estrutura do projeto, estão representadas nos seus objetivos e orientam diariamente a atuação da equipa técnica.

Feito o enquadramento geral do Programa Escolhas, cumpre avançar para algumas clarificações sobre pontos do programa que vão ser relevantes para a análise de implementação do “Catapulta”, uma vez que, fazendo parte dos projetos financiados, este deve obedecer a algumas orientações e regras do Programa Escolhas.

O primeiro ponto a clarificar diz respeito às instituições envolvidas no projeto. Para cada projeto, existe uma instituição promotora e instituições parceiras. A primeira desempenha a função de coordenação do conjunto das atividades financiadas no âmbito do projeto, competindo-lhe dinamizar a execução do plano detalhado de atividades e orçamento, dinamizar o consórcio do projeto, acompanhar a execução física e financeira do projeto, cumprir e fazer cumprir a metodologia de avaliação do projeto, entre outras (Despacho Normativo 17 de 2012). Foi esta instituição promotora e gestora do projeto “Catapulta” – o SOS Racismo - que acompanhamos mais de perto para efeitos de condução da análise de implementação do projeto e que nos forneceu a maior parte das informações e dos dados utilizados.

As instituições parceiras desempenham funções de cooperação na execução do projeto, comprometendo-se a assegurar os contributos e a cumprir as regras de funcionamento. São instituições parceiras do projeto “Catapulta”: Junta de Freguesia da Sé, Comissão de Proteção Crianças e Jovens – Porto Ocidental (CPCJ), Círculo Católico de Operários do Porto (CCOP), Associação de Proteção à Infância Bispo D. Antônio Barroso, Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti (ESEPF), Associação de Solidariedade da Zona das Fontainhas, Federação Nacional de Associações Juvenis (FNAJ), Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano – Porto, RadioActive 101, Teatro de Marionetas do Porto, Casa do Infante/Arquivo Histórico Municipal do Porto, DR Norte IPDJ – Porto e Espaço T. A avaliação do projeto por parte dos parceiros foi também considerada para efeitos da análise de implementação.

O segundo ponto relaciona-se com as áreas de intervenção do projeto. Cada projeto determina a medida ou medidas que implementa, identificando as ações e as atividades que pretende desenvolver no âmbito de cada medida, bem como os meios que lhes vai afetar e os resultados que se propõe atingir (Despacho Normativo 17 de 2012). O projeto “Catapulta” responde à totalidade – cinco - das medidas do Programa Escolhas.

O terceiro ponto refere-se à avaliação dos projetos do Programa Escolhas, que deverá seguir as disposições estabelecidas no regulamento, e que compreende uma vertente técnica e uma vertente financeira. No que diz respeito à primeira vertente, prevê-se que todos os projetos adotem:

- um processo de auto-avaliação do projeto que seja complementado pela utilização obrigatória de uma ferramenta informática de avaliação online fornecida pelo Programa Escolhas — Aplicação da Gestão de Informação Local (AGIL) —, que se destina à recolha e tratamento de dados, e que deve ser atualizada com uma periodicidade nunca inferior a semanal; deve ainda ser

apresentado semestralmente um relatório de autoavaliação, em modelo fornecido pelo Programa Escolhas;

- uma avaliação interna, da responsabilidade da equipa técnica do Programa Escolhas, tendo como referência a execução das atividades, os objetivos e os resultados traçados na candidatura pelo próprio projeto;

- uma avaliação externa, da responsabilidade de uma entidade independente, contratada pelo Programa Escolhas, que avaliará o Programa na sua globalidade;

Os projetos deverão, ainda, organizar assembleias de jovens com os seus participantes diretos e indiretos, com uma periodicidade não superior a bimestral, recolhendo a avaliação dos jovens de forma a incorporá-la nos relatórios de auto-avaliação e a validar os planos detalhados de atividades (Despacho Normativo 17 de 2012).

A análise de implementação teve em consideração elementos recolhidos na avaliação interna e no processo de autoavaliação do projeto.

Por fim, o último ponto a clarificar está relacionado com os participantes do projeto. De acordo com o estabelecido no Despacho Normativo 17 de 2012, que aprova o Regulamento do Programa Escolhas, os projetos deverão abranger participantes diretos e indiretos.

Por participantes diretos entendem -se os públicos prioritários do projeto, nomeadamente aqueles com uma maior incidência dos riscos de exclusão e em relação aos quais deverá haver um acompanhamento mais regular. Consideram-se participantes diretos do Programa Escolhas as crianças e jovens, entre os 6 e os 24 anos, provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, nomeadamente descendentes de imigrantes e comunidades ciganas, que se encontrem numa ou mais das seguintes situações:

- a) Em absentismo escolar;
- b) Com insucesso escolar;
- c) Em abandono escolar precoce;
- d) Em desocupação;
- e) Com comportamentos desviantes;
- f) Sujeitos a medidas tutelares educativas;
- g) Sujeitos a medidas de promoção e proteção (Despacho Normativo 17 de 2012)

Por participantes indiretos entendem -se os públicos expostos a riscos mais reduzidos. Assim, são participantes indiretos do Programa Escolhas:

- as crianças e jovens que não se enquadrem nas características acima referidas ou que se enquadrem nessas características, mas em quem se verifique menor incidência do que nos participantes diretos;

- os familiares de todos os participantes, numa lógica de corresponsabilização no processo de desenvolvimento pessoal e social;

- outros públicos-alvo (designadamente professores, auxiliares, técnicos, empresas, entre outros), desde que as atividades previstas não se afastem dos objetivos prioritários do Programa e sejam fundamentadas no diagnóstico de necessidades (Despacho Normativo 17 de 2012).

Na candidatura do projeto ao financiamento do Programa Escolhas, deverão ser identificados os fatores de risco que caracterizam os participantes diretos. Na subseção seguinte vamos analisar os fatores de risco que determinam quem são os participantes diretos do projeto “Catapulta”.

Descrição do projeto

O projeto “Catapulta” tem como principais objetivos promover a inclusão social de crianças e jovens da freguesia da Sé e zonas adjacentes, apoiando-os na construção do seu percurso escolar ou profissional e desenvolvendo as suas competências pessoais e sociais, valorizando a sua origem e identidade. Pretende-se não só apoiar estes jovens no seu percurso escolar, mas também proporcionar vivências que potenciem a construção de competências sociais e pessoais úteis no seu percurso de vida, através de projetos que envolvem a comunidade e que pretendem fazer o registo do património da Sé. Ambiciona-se qualificar estes jovens no domínio das ferramentas audiovisuais e, quando pertinente e adequado, abrir a porta para uma atividade profissional ligada ao turismo (Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas, 2012).

Assim, este projeto tem a intenção de envolver crianças a partir dos 6 anos e jovens até aos 24 em atividades com os seus pares e com os restantes residentes, bem como ajudá-los a encontrar formas de comunicação com as comunidades imigrantes que têm vindo a instalar-se no território e com os visitantes de passagem que procuram conhecer a cidade. Como explica a equipa do projeto, “é neste diálogo que se poderão ir formando indivíduos que valorizam a origem e a tradição, mas que se projetam no futuro e numa identidade cosmopolita e aberta, tal como a sua cidade” (Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas, 2012).

A equipa técnica procura encaminhar escolar e profissionalmente, mas principalmente apoiar e dar sustentabilidade aos projetos e ambições dos jovens, em colaboração próxima com os parceiros, rentabilizando as estruturas e serviços existentes e complementando-os com aqueles que o projeto suporta.

No final da intervenção, o projeto terá a sua sustentabilidade assegurada através de jovens líderes emergentes e da rede de voluntariado criada tanto para o apoio escolar, como para a prestação de serviços comunitários à população mais idosa deste território (Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas, 2012). A equipa do “Catapulta” considera também desejável a concretização de projetos culturais e empresariais sustentáveis criados pelos participantes.

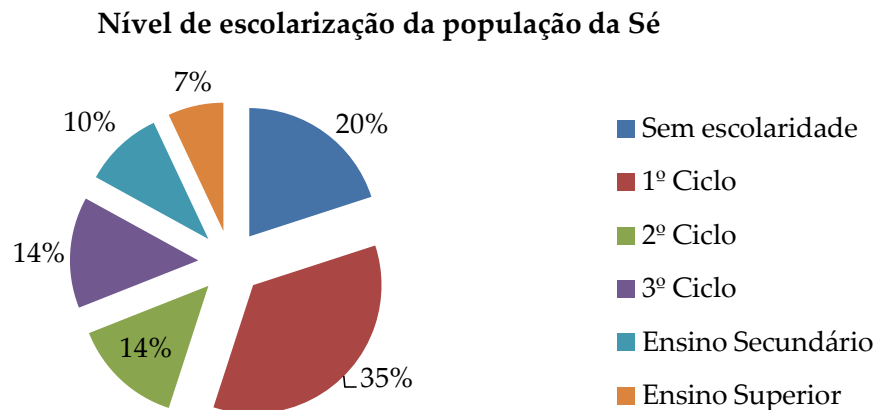
Contexto geográfico e social do projeto “Catapulta”

A freguesia da Sé, na altura do início do projeto ainda autónoma e que hoje integra a união de freguesias Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, pertence ao Centro Histórico do Porto. Ocupa uma área de 0,4 Km² e tem como população residente 3705 indivíduos, dos quais 1980 são do sexo feminino, num total de 1583 famílias. O número de crianças dos 0 aos 13 anos é de 359 e de jovens dos 14 aos 24 anos de 586, segundo dados dos Censos 2011. No período entre 2001 e 2011, a freguesia perdeu 28% da população, sendo os grupos etários mais afetados os compreendidos entre os 0 e os 14 anos (57%) e entre os 15 e os 24 anos (51%)¹⁶. Estes dados foram recolhidos pelos elementos da entidade promotora que elaboraram a candidatura ao financiamento do Programa Escolhas e estiveram na base do diagnóstico realizado antes da implementação do projeto (Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas).

No que diz respeito ao nível de escolarização da população da freguesia da Sé, no ano da candidatura e segundo dados provisórios dos Censos 2011 e constantes do Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas (2012), esta distribuía-se da seguinte forma:

¹⁶ Dados provisórios dos Censos 2011. Comparação com Censos de 2001.

Gráfico nº 1



Fonte: Dados provisórios Censos 2011

(Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas, 2012)

Os dados indicam que os níveis de escolarização da população da Sé são baixos - apresentando a população da Sé, respetivamente 35% e 10%, (a percentagem nacional para o 1º ciclo era, na altura, de 25,5% e para o secundário de 17%), o que pode estar relacionado com o insucesso escolar ou entrada precoce para o mercado de trabalho em atividades pouco qualificadas. Estes fatores tendem a ser reproduzidos nos descendentes, podendo dar origem à desvalorização da escola pelas crianças e jovens (Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas, 2012). Uma vez que no contexto deste trabalho é estudada a influência do fator educação dos pais na transmissão intergeracional da pobreza, mais concretamente a influência dos baixos níveis de escolarização na perpetuação dos círculos de pobreza, tal como explicado no capítulo I, consideramos que seria relevante analisar esta informação relativa à população da freguesia da Sé.

Os dados fornecidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) à entidade promotora aquando da elaboração do formulário de

candidatura referem que o número de inscritos residentes na zona da Sé era, à data da candidatura, de 374 indivíduos (de 2164 em idade ativa), o que representa uma taxa de desemprego de 17,3%. No entanto, através do contato com entidades locais (Junta de Freguesia da Sé e Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)), foi apurado que o número real de indivíduos sem ocupação seria superior, como referido no formulário de candidatura do projeto ao Programa Escolhas, no âmbito do qual foi realizado um diagnóstico da população. Relativamente ao Rendimento Social de Inserção (RSI), os dados disponibilizados pela Junta de Freguesia da Sé indicam que existiam em 2012, quando foi feito o diagnóstico, 261 (8%) agregados familiares estariam a beneficiar desta prestação (a percentagem nacional de beneficiários do RSI situava-se nos 6%).

Existe uma comunidade imigrante residente neste território - 839 indivíduos, segundo os dados recolhidos pela entidade promotora ainda para efeitos de candidatura ao Programa Escolhas (Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas, 2012) - que parece não integrar as vivências da comunidade da Sé. Por outro lado, não é evidente a aceitação por parte da comunidade destes “novos” residentes. Até ao momento do início do projeto, não tinham sido criadas estruturas e atividades que promovessem esta interação.

Nas palavras da entidade promotora do “Catapulta”, “estigmatizada, empobrecida e envelhecida, a Sé tem empurrado muitas vezes os jovens para o isolamento. Nesta faixa etária, o insucesso e o abandono escolar, os baixos níveis de escolaridade e certificação daqueles que já desistiram da formação e o desemprego/desocupação são fatores determinantes no modo como estes jovens se olham a si próprios e à sua vida e nas atividades a que muitas vezes se dedicam: o pequeno tráfico, a marginalidade e o vandalismo” (Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas, 2012).

Os dados apresentados revelam a vulnerabilidade social do contexto, em particular para as crianças e jovens, nos quais são visíveis comportamentos de marginalidade, consumos de álcool e droga e em cujos agregados familiares tendem a verificar-se fenómenos de violência doméstica, negligência e desestruturação familiar (Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas, 2012). Representam, por isso, fatores de risco que justificaram a implementação de um projeto de intervenção social no centro histórico do Porto, direcionada para as faixas etárias referidas.

Breve caracterização da população-alvo

Os factos descritos resultam, nas crianças e jovens, em comportamentos de absentismo, abandono escolar e exclusão do mercado de trabalho, colocando-os em perigo de exclusão social - problemáticas relacionadas com a vulnerabilidade das estruturas familiares e com as carências económicas dos agregados, decorrentes de situações de desemprego/emprego precário (Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas, 2012).

A população-alvo do projeto são crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos que se encontrem em situação de absentismo, insucesso escolar, abandono escolar precoce ou desocupação e/ou apresentem comportamentos desviantes (Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas, 2012). O “Catapulta” pode, ainda, abranger crianças e jovens sujeitos a medidas tutelares educativas ou de promoção e proteção, sendo que a maioria dos casos têm sido, de facto, reencaminhados para o projeto pela CPCJ ou pela escola, como refere a coordenadora em entrevista (Anexo II).

Apenas no âmbito territorial referido – zona da Sé - a CPCJ totalizava, na data da candidatura, 48 processos, referentes exclusivamente a menores de idade, de negligência, maus-tratos psicológicos e exposição à violência

doméstica, absentismo e abandono escolar, mendicidade e práticas de ilícitos qualificados como crime, violência física e abuso sexual (Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas, 2012). Nos jovens maiores de 18 anos, de acordo com a auscultação realizada aos parceiros antes da implementação do projeto, os problemas agudizam-se, manifestando-se no envolvimento em círculos de delinquência como o consumo e tráfico de droga e criminalidade, enfraquecendo o processo de desenvolvimento pessoal e social da comunidade (Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas, 2012). Valores éticos, morais, de democracia e solidariedade humana, tradicionalmente transmitidos pelo núcleo familiar e institucional, foram sendo remetidos para grupos de pares entregues a si próprios, ociosos, e evoluem para práticas e comportamentos marginais, pautados pela inversão de modelos e valores desajustados da realidade, que se materializam, por exemplo, na vandalização do património, em assaltos e no tráfico de estupefacientes (Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas, 2012).

No projeto estão também envolvidas as famílias destas crianças e jovens, bem como os seus professores, auxiliares e técnicos.

Diagnóstico inicial: problemas base¹⁷

Após a realização de um diagnóstico inicial, concluiu-se que o problema central a que o projeto vem tentar dar resposta é o risco de exclusão social de jovens provenientes da freguesia da Sé do Porto, sendo apontadas como causas prováveis para este problema os baixos índices socioeconómicos e escolares das famílias, onde tipicamente ocorrem situações de maus-tratos, violência e negligência (Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas, 2012).

¹⁷ Todos os dados apresentados nesta subseção foram fornecidos ao projeto pela CPCJ Ocidental, a 19 de Setembro de 2012, tal como indicado no formulário de candidatura ao financiamento do Programa Escolhas.

Assim, no que se refere a este ponto, foram identificadas as seguintes necessidades: acompanhamento individualizado das crianças e jovens, mediação familiar e envolvimento em atividades significativas que proporcionem estrutura e acompanhamento aos jovens (Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas, 2012). Em termos de caracterização quantitativa deste problema, foram identificados 98 casos à data da candidatura do projeto ao financiamento do Programa Escolhas.

Para além do risco de exclusão social, talvez a questão mais premente e preocupante em termos de dados quantitativos, foram identificados outros problemas, dos quais se destacam a questão do absentismo e abandono escolar, a prática de ilícitos qualificados como crime e mendicidade, o desemprego e a desocupação e os baixos níveis de escolaridade (Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas, 2012).

No entender da equipa do projeto ainda antes da sua implementação (Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas, 2012), o absentismo e abandono escolar teriam como causas prováveis a ausência de acompanhamento escolar por parte das famílias, a desvalorização do papel da escola por parte dos jovens, a falta de referências e modelos positivos e as fracas condições socioeconómicas da maioria da população residente. Na altura do início do projeto, estavam identificados 19 casos de absentismo/abandono escolar na zona da Sé, afigurando-se necessário garantir acompanhamento individualizado e mediação familiar para a implicação das famílias no projeto escolar dos jovens (Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas, 2012). Com a evolução do projeto e do trabalho de intervenção realizado, não apenas junto dos jovens, mas também das suas famílias, a equipa pode confirmar o seu diagnóstico neste campo, como analisaremos adiante através da entrevista à coordenadora do projeto.

O problema da prática de ilícitos qualificados como crime e mendicidade, que perfazia em 2012 um total de 15 casos na freguesia da Sé, aparece ligado aos baixos índices socioeconómicos e escolares das famílias (Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas, 2012). Para combater este problema, torna-se necessário garantir a existência de espaços com atividades relevantes para a faixa etária da adolescência e juventude, que permitam integrar as iniciativas dos jovens e dar-lhes o apoio necessário à sua concretização e continuidade.

Já o desemprego e a desocupação são um problema transversal a toda a população da Sé, embora, dada a atual conjuntura nacional, afetem principalmente os jovens. Subjacentes a este problema estão os baixos índices de escolaridade e formação profissional e identificou-se a necessidade de existirem atividades complementares ao Gabinete de Inserção Profissional (GIP), de motivação da população jovem para o emprego e empreendedorismo, assim como a necessidade providenciar capacitação ao nível de competências pessoais e sociais que complementem as escolares e profissionais. Embora o número de casos de desemprego/desocupação apurado em sede de candidatura tenha sido de 374 (17,3% da população), a equipa do projeto sabe que existe um número muito superior de indivíduos desocupados na zona da Sé (Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas, 2012).

Por fim, no que diz respeito aos baixos níveis de escolaridade das crianças e jovens, os dados recolhidos indicam que, tal como acontece nas situações de absentismo e abandono escolar, estes são causados pelas condições socioeconómicas da maioria da população residente no território, pela ausência de acompanhamento escolar pelas famílias, pela desvalorização do papel da escola por parte dos jovens e pela falta de referências e modelos positivos (Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas, 2012). Uma vez mais, as necessidades identificadas para a resolução deste problema passam pelo

acompanhamento individualizado aos jovens e a mediação familiar para a implicação das famílias no projeto escolar dos jovens. Afigura-se, ainda, relevante envolver os jovens (mas também a população em geral) em projetos de certificação de competências e formação profissional alternativos à escola (Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas, 2012).

2. Análise de implementação do projeto “Catapulta”

O objeto de estudo do presente trabalho tem como objetivo levar a cabo uma avaliação da implementação do projeto “Catapulta”, projeto este que, como já referido anteriormente, teve início em 2013 e tem como principal missão promover a inclusão social dos seus beneficiários, através da melhoria do seu percurso escolar/profissional e do desenvolvimento de outras competências complementares.

Neste sentido, pretende-se avaliar, por um lado, se o projeto “Catapulta” tem adotado medidas e atividades que promovam eficazmente a inclusão social destes jovens, através do fator educação, que, neste caso concreto, materializa-se no combate ao insucesso ou abandono escolar e no apoio na construção do percurso profissional dos jovens envolvidos. Torna-se também fundamental analisar aqui a evolução do processo de coresponsabilização dos pais no percurso educativo destes jovens que terá sido desencadeado pelo projeto. Por outro lado, pretende-se aferir se o projeto “Catapulta” tem trabalhado no sentido de contribuir para a promoção da cidadania ativa dos seus beneficiários, desenvolvendo as suas competências pessoais, sociais, artísticas, culturais, desportivas e na área das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), assim como a sua capacidade e interesse em dinamizar o território e comunidade onde estão inseridos (zona da Sé).

A análise de implementação vai ser realizada com recurso à Metodologia de Análise de Implementação proposta por Mendes (2006), que tem por base a teoria da agência e foi pensada para avaliar a implementação de programas, políticas e projetos. O recurso a esta metodologia poderá conduzir a conclusões e orientações de grande utilidade para um projeto com as características do “Catapulta”, pelas seguintes razões:

1) Por ter em conta três pontos-chave com grande importância num projeto social - o impacto do projeto nos beneficiários¹⁸, o cumprimento dos objetivos do projeto e a análise dos desvios de implementação (Gomes, 2013);

2) Por analisar o projeto “nos seus próprios termos”, isto é, tendo em consideração os objetivos que desde o início este se propôs alcançar e os instrumentos definidos para aferir esses resultados;

3) Porque os tipos de restrições que podem justificar eventuais falhas do projeto têm em consideração a dependência do sucesso do projeto do comportamento dos seus beneficiários, assim como a importância de um projeto social desenhar uma estrutura de incentivos para que as pessoas a quem é dirigido adiram; e, ainda que esta estrutura exista, a decisão última será sempre dos agentes e estes podem recusar os incentivos e preferir não participar.

A metodologia proposta por Mendes (2006) procura, então, analisar de que forma os objetivos de um determinado programa, política ou projeto foram cumpridos e, no caso de se verificar o incumprimento em alguns ou em todos os objetivos, procura razões que expliquem essas falhas.

O autor considera que, quando se verificam falhas de implementação num programa, política ou projeto, há uma grande probabilidade de isso se dever ao facto de o projeto não ser “implementável”, isto é, de ter sido desenhado e implementado de uma forma que não lhe permite ultrapassar três tipos de restrições de implementação: restrições de viabilidade, restrições de racionalidade individual e restrições de incompatibilidade de incentivos (Mendes 2006).

Antes de avançar na descrição da metodologia e passar à sua aplicação, há algumas questões prévias que devem ser ponderadas, como alerta o autor

¹⁸ Embora no âmbito deste trabalho não se afigure possível concretizar este ponto, por o projeto ser muito recente e a sua implementação estar ainda a decorrer, procuramos perceber junto dos jovens, através de entrevistas, se estes já sentem mudanças na sua vida graças à participação no projeto.

(Mendes, 2006), e que se prendem com os critérios de desempenho que vão servir de base à avaliação, nomeadamente: a quem se referem os critérios de desempenho estabelecidos? Foram definidos pelo projeto “nos seus próprios termos” ou pelo avaliador? Como se relacionam entre eles?

No caso de os critérios serem definidos pelo avaliador, este pode optar por uma de várias abordagens e escolher o tipo de critério que vai utilizar (por exemplo, eficiência económica, equidade distributiva, entre outros).

Na hipótese da avaliação do projeto ser feita “nos seus próprios termos”, que é aquela que adotamos no presente trabalho, procede-se a uma análise de eficácia: o avaliador vai identificar os objetivos estabelecidos pelo próprio projeto e verificar se foram cumpridos ou se existem falhas de implementação.

Deste modo, segundo Mendes (2006), numa primeira fase são identificados os desvios de implementação do projeto - que tanto podem ser falhas como sucessos - através da comparação entre os resultados da execução do projeto e os objetivos inicialmente traçados. Numa segunda fase, procura-se fundamentação para eventuais falhas de implementação encontradas, à luz da relação de agência que existe entre o projeto (principal) e o seu público-alvo (agentes). Estes desvios podem ser justificados por um ou por vários dos três tipos de restrições a que os agentes nesta relação estão sujeitos (Mendes, 2006), que passamos a descrever.

Restrições de viabilidade

Este tipo de restrições prende-se com a disponibilidade de recursos (materiais, humanos, informacionais, financeiros, tecnológicos) ou com limitações normativas (normas sociais formais ou informais). Estas restrições são importantes nomeadamente porque um projeto pode não ter alcançado os

objetivos determinados inicialmente por não terem sido disponibilizados os recursos necessários para o seu cumprimento (por exemplo, recursos humanos suficientes).

Restrições de racionalidade individual

Neste ponto são consideradas restrições relacionadas com a liberdade dos agentes para aderirem ou não ao projeto; estes só vão aderir se o seu bem-estar melhorar com essa participação; assim, se a utilização dos recursos pelos seus potenciais beneficiários piorar o seu bem-estar ou se estes entenderem o projeto desta forma, o cumprimento dos objetivos inicialmente traçados pode não se verificar.

Restrições de compatibilidade de incentivos

Este tipo de restrições diz respeito a situações em que os beneficiários utilizam os recursos disponibilizados para benefício próprio, mas não de modo condizente com os objetivos definidos para o projeto. Esta situação pode ocorrer se houver informação assimétrica e dificuldade da entidade responsável pelo projeto em acautelar os comportamentos oportunistas que este pode ocasionar. Ou seja, a entidade responsável pode ter dificuldades em monitorizar eficazmente o modo como os beneficiários do projeto utilizam os recursos que este disponibiliza. Neste caso, os beneficiários podem utilizar estes recursos de modo incompatível com os objetivos do projeto, não podendo a entidade responsável evitar esta situação (Gomes, 2013).

Assim, ainda que estejam garantidos os recursos indispensáveis para o cumprimento dos objetivos do projeto – que estes sejam colocados à disposição dos “agentes” – o projeto pode falhar porque os participantes decidiram não

aderir ou ainda porque utilizaram o projeto para benefício próprio e não coincidente com os objetivos do projeto (Gomes, 2013).

Processo de recolha e tratamento de dados

A recolha da informação necessária para a primeira fase da análise de implementação (identificação dos desvios de implementação do projeto – falhas ou sucessos), que implica uma fundamentação teórica e um enquadramento do projeto, foi feita com recurso a pesquisa bibliográfica, contato direto do investigador com as pessoas envolvidas no projeto e implicou também a participação do investigador em atividades com os beneficiários¹⁹, de forma a possibilitar um conhecimento mais profundo do funcionamento do projeto, das problemáticas a que este se propõe responder e da amostra de estudo selecionada.

Para a recolha de dados, recorreu-se aos documentos do projeto (Relatório de Avaliação Final 2013, Relatório de Avaliação Intercalar 2014 e Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas), às grelhas de avaliação de competências dos beneficiários, ao registo de presenças dos jovens nas atividades, ao registo de atendimento a jovens e famílias, aos documentos de avaliação do projeto pelos parceiros e pelos beneficiários e ao portfólio das atividades desenvolvidas no âmbito do projeto²⁰. Neste ponto, cumpre referir que, à data da elaboração do presente trabalho, o Relatório de Avaliação Final 2014 ainda não estava concluído, pelo que apenas foi possível recorrer ao Relatório de Avaliação Intercalar 2014. Assim, só foram considerados os

¹⁹ De entre as atividades frequentadas, destaca-se um intercâmbio com a duração de uma semana em França, com o objetivo de discutir a igualdade de género e os direitos das mulheres.

²⁰ Parte da informação disponibilizada ao investigador consistiu em dados agregados, pelo que, em alguns pontos da análise de implementação, os valores apresentados resultam de cálculos feitos pelo próprio investigador, com base na informação cedida.

participantes do projeto até Junho 2014 e só foram avaliados os objetivos traçados até essa data.

Todos estes dados foram cruzados e serviram de base à elaboração das perguntas para as entrevistas, contribuindo também para orientar algum trabalho de observação²¹ realizado. A observação permitiu-nos ganhar conhecimento da realidade e da dinâmica do projeto e dos seus intervenientes, em especial dos jovens participantes diretos. Foi essencial para fazer a ponte entre a teoria que ressalta dos documentos analisados para a prática, tendo conduzido a alguns esclarecimentos, clarificações e questões. Cumpre ainda referir que foi este trabalho de observação que nos permitiu pensar as ligações entre algumas reflexões do enquadramento teórico e este contexto muito concreto da Sé, das barreiras invisíveis que os jovens e as suas famílias encontram diariamente e da transmissão da desvalorização da educação e do papel da escola de pais para filhos, que se reflete nos jovens na não construção de um projeto de vida e na vontade e intenção de permanecer na mesma realidade e dinâmica no futuro.

Por fim, e com o objetivo de recolher informação que complementasse e/ou esclarecesse os dados retirados dos documentos acima referidos e, simultaneamente, contribuísse para a análise dos três tipos de restrições de implementação - segunda fase da metodologia de Análise de Implementação de Mendes (2006) - foram realizadas entrevistas ao coordenador do projeto, aos técnicos e aos próprios beneficiários (Anexos II, III, IV e V).

O conteúdo recolhido nas entrevistas foi utilizado para completar a avaliação da execução do projeto.

²¹ Como explica Gomes (2013), *A observação é uma técnica bastante útil como complemento de outras técnicas de análise dos processos de ação e transformação social, pois permite apreender os comportamentos e os acontecimentos no próprio momento em que se produzem e recolher material de análise relativamente espontâneo.*

Seleção da amostra

A delimitação da amostra do presente trabalho foi feita de forma a abranger apenas os participantes diretos do “Catapulta”, isto é, aqueles que são considerados para a avaliação do cumprimento dos objetivos do projeto²². Assim, vamos primeiramente centrar a análise nos 152 participantes diretos de 2013 e nos 124 participantes diretos do primeiro semestre de 2014.

De acordo com o que apuramos junto da equipa do projeto através das entrevistas realizadas, alguns dos jovens frequentam muito o espaço do projeto – os “residentes” - e são, nesse sentido, contabilizados para efeitos dos resultados e objetivos definidos para o projeto. Por este motivo e pela dispersão dos participantes diretos – alguns são jovens que só recebem a intervenção por via da escola – optamos por, num segundo momento, centrar a análise no grupo dos “residentes”, nos quais é possível uma intervenção mais profunda e transversal, como explica a coordenadora do projeto: “o que acontece com os residentes é que eles passam por todos os objetivos específicos e por todos os resultados, ou seja, há uma intervenção mais plural” (Coordenadora). Alguns destes jovens “residentes” foram entrevistados, pelo que as suas opiniões relativamente ao projeto e ao seu percurso escolar e de vida são também consideradas na análise de implementação.

É de referir que existem algumas limitações na amostra apresentada. Estas prendem-se, por um lado, com as inconsistências que encontramos nos dados estatísticos constantes dos relatórios e, por outro, com a impossibilidade de aceder a algumas informações necessárias a uma melhor caracterização da amostra. Com efeito, a equipa técnica disponibilizou-nos os dados de que

²² Por algumas atividades envolverem um grande número de pessoas, em alguns pontos foram introduzidos pelo projeto critérios de qualidade que permitissem ter em conta na avaliação a frequência com que cada jovem participa nas atividades do projeto: assim, em determinados resultados não foram incluídos jovens que apenas participam esporadicamente nas ações do projeto. Desta forma, procura-se garantir que a avaliação reflita o máximo possível a realidade da intervenção realizada.

dispunha sobre os participantes diretos, mas estes não contemplavam alguns dados sociodemográficos necessários para uma caracterização mais completa da amostra. Devido a limitações de tempo e a dificuldades em identificar individualmente os participantes diretos que concorriam para o cumprimento de alguns dos objetivos, pois a informação nem sempre estava organizada nesse sentido, não nos foi possível recolher junto dos participantes diretos os respetivos dados sociodemográficos. Além disso, a informação disponibilizada não permite identificar individualmente quais os participantes que transitaram do ano de 2013 para o ano de 2014, o que condiciona, também, a forma de caracterização da amostra que será feita de seguida.

Caraterização da amostra

Em função das limitações mencionadas no ponto anterior, a caracterização da amostra que se segue será feita por ano civil.

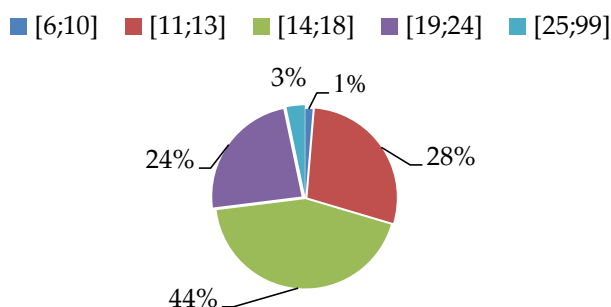
Deste modo, no ano de 2013, o projeto apoiou, como já referido, um total de 152 participantes diretos: 84 do sexo feminino e 68 do sexo masculino, representando, respetivamente, 55,3% e 44,7% do total dos participantes diretos. Destes, 13 eram descendentes de imigrantes, o que corresponde a 8,6% do total de participantes diretos.

No que se reporta à idade dos participantes diretos, o intervalo de idades²³ com mais participantes é o dos 14 – 18, seguido dos 11 – 13, respetivamente 44% e 28% do total de participantes diretos.

²³ Os intervalos de idades apresentados correspondem aos intervalos definidos nos documentos do projeto (2013 e 2014). O intervalo de idades 19 – 24 anos abrange os participantes das atividades ligadas ao Gabinete de Inserção Profissional e respetivos encaminhamentos.

Gráfico nº 2

Idades dos participantes diretos

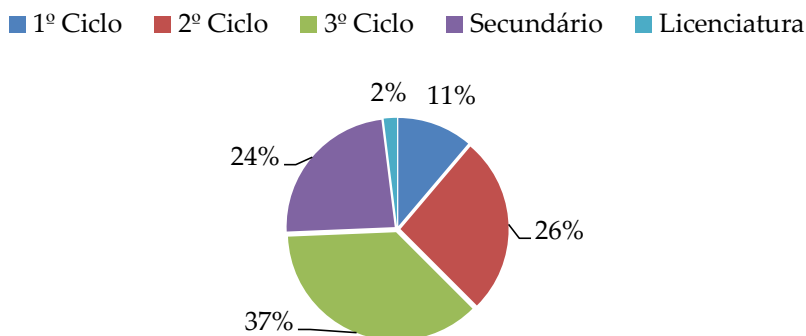


Fonte: Relatório de Avaliação Final (2013)

No que diz respeito às habilitações escolares, existe uma maior incidência do 3º Ciclo (7º ao 9º ano), seguido do 2º Ciclo (5º e 6º ano), respetivamente com 37% e 26%.

Gráfico nº 3

Nível de escolarização dos participantes diretos



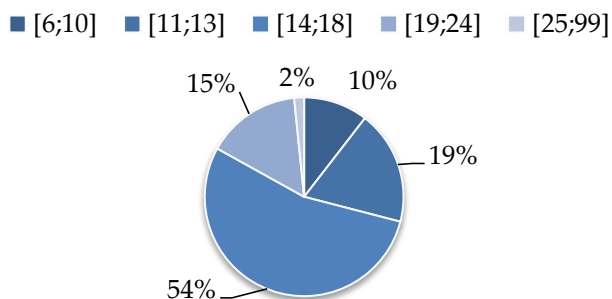
Fonte: Relatório de Avaliação Final (2013)

Já no ano de 2014, durante o primeiro semestre, o projeto apoiou um total de 124 participantes diretos: 60 do sexo feminino e 64 do sexo masculino. Destes 124 participantes diretos, 17 são descendentes de imigrantes, o que representa 13,7% do total.

No que diz respeito à idade dos participantes diretos, o intervalo de idades com mais participantes é o dos 14 – 18, seguido dos 11 – 13, respetivamente 54% e 19% do número total de participantes diretos.

Gráfico nº 4

Idades dos participantes diretos

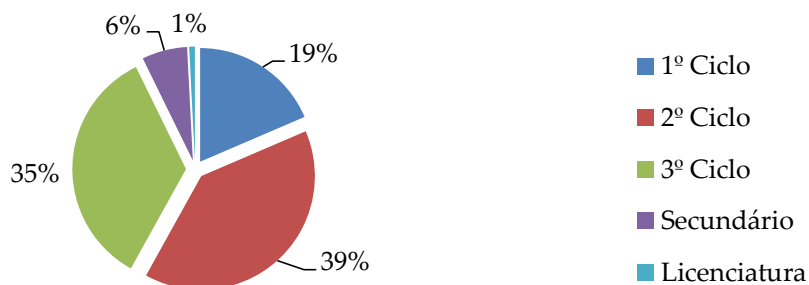


Fonte: Relatório de Avaliação Intercalar (2014)

No que concerne às habilitações escolares, encontramos maior incidência no 2º e no 3º Ciclo, respetivamente 39% e 35%.

Gráfico nº 5

Nível de Escolarização dos Participantes Diretos



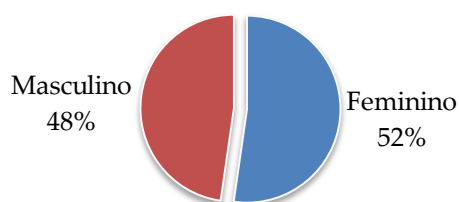
Fonte: Relatório de Avaliação Intercalar (2014)

Caraterização dos jovens "residentes" do projeto

Entre Janeiro de 2013 e Junho de 2014, passaram por este grupo cerca de 40 jovens, dos quais apenas um não é de nacionalidade Portuguesa, sendo de nacionalidade Marroquina. Dos 40 jovens que constituem o grupo de "residentes" do "Catapulta", 22 são do sexo feminino e 18 do sexo masculino, respetivamente 52% e 48%.

Gráfico nº 6

Sexo dos jovens "residentes" do projeto

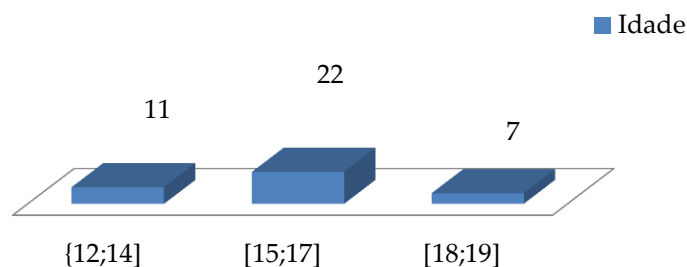


Fonte: Processos Individuais dos Participantes e Entrevistas (2013 e 2014)

Os jovens "residentes" têm idades compreendidas entre os 12 e os 19 anos, sendo o grupo com maior incidência o dos 15 – 17 anos, com 22 participantes num total de 40.

Gráfico nº 7

Idade dos jovens "residentes" do projeto

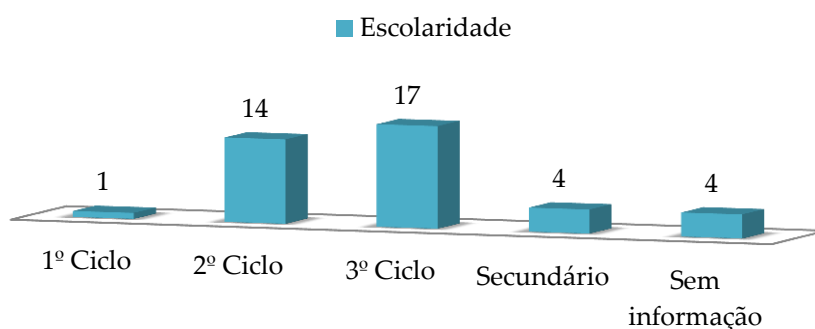


Fonte: Processos Individuais dos Participantes e Entrevistas (2013 e 2014)

No que diz respeito às habilitações literárias deste grupo, verifica-se maior incidência do 3º Ciclo, com 17 participantes num total de 40, seguido do 2º ciclo, com 14 jovens.

Gráfico nº 8

Nível de Escolarização dos jovens "residentes"

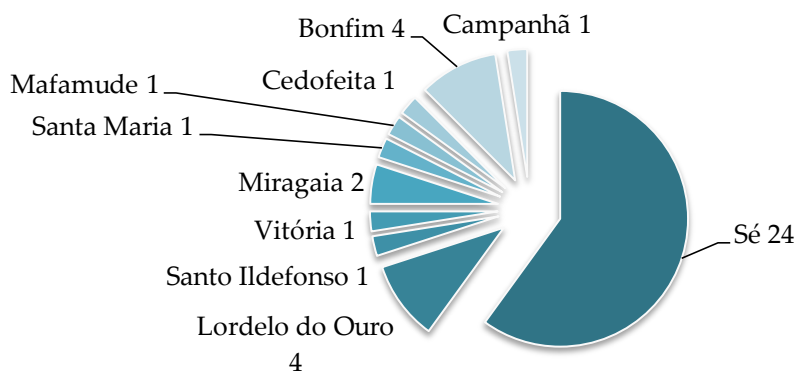


Fonte: Processos Individuais dos Participantes e Entrevistas (2013 e 2014)

Mais de metade dos jovens "residentes" do "Catapulta" reside na zona da Sé (24 de um total de 40), sendo Lordelo do Ouro e o Bonfim as freguesias mais representadas a seguir à Sé, com 4 participantes cada.

Gráfico nº 9

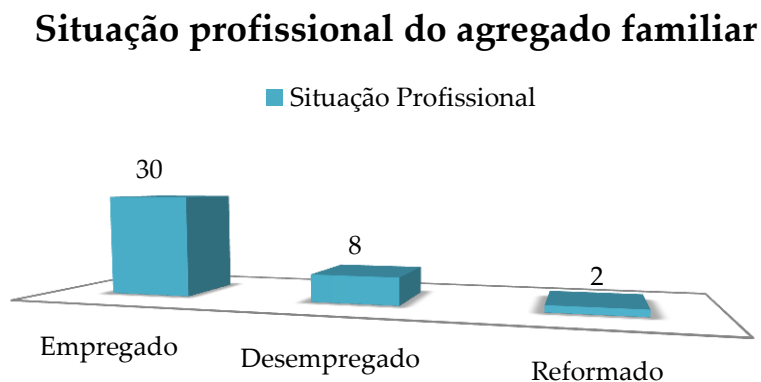
Freguesia de Residência



Fonte: Processos Individuais dos Participantes e Entrevistas (2013 e 2014)

No que concerne à situação profissional do agregado familiar dos jovens “residentes”, verifica-se que maioria tem um dos elementos do agregado familiar²⁴ em situação de empregabilidade (30 num total de 40).

Gráfico nº 10



Fonte: Processos Individuais dos Participantes e Entrevistas (2013 e 2014)

No que diz respeito à profissão do agregado familiar dos jovens “residentes”, não existe informação escrita. No entanto, foi possível apurar, através das entrevistas realizadas, que em muitos casos a situação profissional não vai para além da realização de trabalhos pontuais, essencialmente na área das limpezas.

²⁴ A informação disponível à data da elaboração deste trabalho dizia respeito apenas a um dos elementos do agregado familiar dos participantes.

3. Metodologia de análise de implementação de Mendes (2006) aplicada ao projeto “Catapulta”

Análise preliminar do projeto “Catapulta”

A Metodologia de Análise de Implementação de Mendes (2006), já apresentada na seção 2, requer a definição de critérios de desempenho do projeto. Como estamos a analisar o projeto “nos seus próprios termos”, entendemos que a melhor opção seria começarmos por nos basear na avaliação da execução do projeto à luz dos objetivos, resultados, indicadores e atividades que foram definidos para o projeto aquando da candidatura ao financiamento do Programa Escolhas.

Com efeito, estes objetivos, resultados, indicadores e atividades que o projeto se propôs, em 2013, ir atingindo gradualmente ao longo dos meses de implementação do projeto, com final em 2015, serão, tendencialmente, aqueles que melhor refletem o trabalho realizado a cada semana, os obstáculos encontrados e a própria adesão dos beneficiários às diferentes áreas de intervenção. Estes elementos estão presentes na dinâmica diária do “Catapulta”, influenciam o seu funcionamento e organização e orientam a equipa técnica na sua intervenção.

Sendo o projeto em causa um projeto financiado, está obrigatoriamente limitado, em grande medida, pelo que são as exigências do seu financiador. É interessante analisar a dualidade que se instalou. A equipa técnica está, no essencial, a conduzir o projeto segundo aquilo que entende ser a melhor orientação a dar à intervenção, não fazendo determinadas cedências – por exemplo, não contabiliza para o cumprimento dos objetivos participantes em que, de 2013 para 2014, se tenha verificado uma regressão em termos

comportamentais, de percurso escolar ou de desenvolvimento de competências, embora o Programa Escolhas entenda que estes devam continuar a ser considerados. Mas, por outro lado, a intervenção que é feita não deixa de ter a preocupação de atingir determinados “resultados e objetivos numerais”, como refere a coordenadora em entrevista.

A equipa do projeto considera que a situação ideal seria intervir com um número muito reduzido de jovens e conseguir uma intervenção mais profunda com cada um: “Se nós pudéssemos eliminar os números a atingir, centrar-nos-íamos, provavelmente, em 15 - 20 jovens e só trabalhávamos com eles e com as turmas em que eles estariam e com as famílias e teríamos, no final dos 3 anos do projeto, se calhar resultados muito mais...reais...do que esta intervenção mais alargada (...). Em 2013, o projeto só funcionava no trabalho com os jovens residentes. (...) Após o primeiro relatório, que foi em Junho de 2013, verificamos que havia números que nós não estávamos a conseguir atingir e percebemos que tínhamos de ir para outro sítio. Na nossa opinião, um projeto de intervenção deste género é um projeto mais de rua, mais de trabalho noutra contexto que não a escola, mas tivemos de ir para a escola, porque era a única forma de conseguirmos responder aos objetivos numerais” (Coordenadora).

O cumprimento destes objetivos numerais, impostos pelo financiador, é aquilo que sustenta o funcionamento do projeto entre 2013 e 2015 e é também um fator que poderá vir a abrir portas para a sua continuidade, pois será tido em conta quando se avaliar a possibilidade de renovar o financiamento ao “Catapulta” em 2015.

Os números dos resultados a atingir²⁵ vão aumentando gradualmente com a evolução do projeto, sendo estabelecidos por ano – 2013, 2014 e 2015,

²⁵ Nos resultados a atingir só são contabilizados, de entre todos os que frequentaram as atividades, os participantes que efetivamente atingiram os objetivos propostos. Diferentemente, quando é mencionado o número de participantes numa determinada atividade, estão a ser

conforme quadro em anexo (Anexo VI). Neste trabalho, focar-nos-emos nos resultados atingidos em 2013 e nos primeiros 6 meses de 2014, que em alguma medida já nos permitirão perceber se o projeto se encaminha para o cumprimento dos objetivos finais estabelecidos para 2015.

Com base nas considerações que acabamos de expor, vamos proceder à análise dos objetivos e resultados estabelecidos à data do início do projeto, em 2013, articulando com a descrição das principais atividades desenvolvidas e com os indicadores e instrumentos de avaliação que permitem avaliar a sua execução.

Pretende-se nesta fase dar a conhecer o trabalho realizado nos 18 meses de projeto e proporcionar conhecimento do contexto de atuação do “Catapulta”, que vai necessariamente condicionar o cumprimento ou não cumprimento dos objetivos a que o projeto se propôs. No final da análise dos objetivos e resultados será possível concluir se houve ou não falhas de implementação do projeto.

Objetivos, resultados e indicadores do projeto

Passamos a apresentar os objetivos, resultados e indicadores do “Catapulta”, que nos permitirão verificar se houve cumprimento dos objetivos inicialmente traçados. Uma vez que os objetivos e resultados que o projeto definiu já estabelecem números a atingir para cada ano de projeto, estes números serão os critérios de verificação do cumprimento dos objetivos no âmbito da análise de implementação que vamos realizar. A informação tratada nesta seção é retirada, na sua maioria, dos Relatórios de Avaliação do Projeto

considerados todos os jovens que frequentaram a referida atividade. Assim, os números relativos à participação nas atividades são tendencialmente maiores do que os números dos resultados atingidos pelo projeto, uma vez que nem todos os jovens que frequentam as atividades atingem os objetivos que traçados.

(Dezembro 2013 e Junho 2014), e completada por algumas considerações feitas pela equipa técnica ou pelos jovens “residentes” sobre as atividades desenvolvidas, o funcionamento do projeto e o cumprimento dos objetivos.

Cada um dos objetivos específicos desagrega-se em três resultados, pelo que temos um total de três objetivos específicos e nove resultados para analisar. Como referido anteriormente, os números a atingir vão aumentando gradualmente ao longo dos três anos de implementação do projeto, conforme quadro apresentado em anexo (Anexo VI). O número de atividades desenvolvidas no âmbito de cada objetivo e resultado é variável.

Em anexo (Anexo VII) apresentamos um quadro síntese dos objetivos, resultados, indicadores²⁶, instrumentos de avaliação²⁷ e atividades desenvolvidas pelo projeto.

O objetivo geral funciona como orientação das ações a desenvolver pelo projeto, uma vez que pretende determinar a principal mudança ou efeito global que se prevê alcançar com a intervenção. Os objetivos específicos devem contribuir de forma clara para a concretização do objetivo geral, determinando os efeitos que se pretende promover e identificando, sempre que possível, o que vai ser feito, através de quem e como e quando irá ser feito²⁸ (Calado et al, 2013).

No quadro seguinte apresentamos o objetivo geral e os objetivos específicos do projeto.

²⁶ Segundo o Programa Escolhas, um indicador é uma medida precisa, clara e quantificável, baseada na informação a recolher durante o tempo que dura o projeto de intervenção e que descreve de forma tendencialmente quantificada o grau de sucesso no cumprimento de um objetivo. O Programa Escolhas utiliza dois tipos de indicadores: indicadores de processo (traduzem a forma utilizada para atingir algo) e indicadores de resultado (medidas que descrevem claramente as mudanças no público-alvo) (Calado et al, 2012, p. 51).

²⁷ Os instrumentos de avaliação são as fontes de informação e de recolha de dados que permitem a avaliação dos objetivos do projeto, dando expressão matemática ao indicador (Calado et al, 2012).

²⁸ O Programa Escolhas segue a metodologia SMART (acrónimo de Specific, Measurable, Attainable, Realistic, Time Bound) na criação dos objetivos específicos (Calado et al, 2012).

Figura nº 1

Objetivo Geral

Promover a inclusão social de jovens da freguesia da Sé e zonas adjacentes, apoiando-os na construção do seu percurso escolar ou profissional, e desenvolver as suas competências pessoais e sociais, valorizando a sua origem e identidade.

Objetivos Específicos

1. Combater o insucesso e abandono escolar e promover a reintegração escolar e/ou profissional acompanhando 100 jovens, entre os 6 e os 24 anos, da freguesia da Sé durante 3 anos de vigência do projeto.
2. Promover a cidadania ativa através do desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais de 100 jovens, entre os 6 e os 24 anos, da freguesia da Sé, durante os 3 anos de vigência do projeto.
3. Dinamizar o território da freguesia da Sé visando a construção de pontes entre 30 jovens e 60 membros da comunidade explorando a tradição e a contemporaneidade no espaço público, durante os 3 anos de vigência do projeto.

Passamos agora a analisar cada um dos objetivos e resultados individualmente, com o intuito de identificar as falhas e sucessos do projeto e analisar as atividades desenvolvidas.

Objetivo Específico 1

Combater o insucesso e abandono escolar e promover a reintegração escolar e/ou profissional acompanhando 100 jovens, entre os 6 e os 24 anos, da freguesia da Sé durante 3 anos de vigência do projeto.

Como já foi referido na seção 1 do presente capítulo, a inclusão escolar é uma área de intervenção estratégica para o Programa Escolhas e um dos objetivos centrais do “Catapulta”. Assim, o projeto propôs-se atingir nos primeiros 18 meses de projeto o número cumulativo de 75 participantes diretos em atividades que visam o combate ao insucesso e abandono escolar, mas foi bastante além na sua concretização, tendo abrangido 105 jovens. Em seguida vamos analisar os três resultados que concorrem para o Objetivo Específico 1.

Resultado 1

Promover a diminuição do insucesso escolar em crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos, nos 3 anos de vigência do projeto, na zona histórica do Porto.

Tendo como indicador o número de jovens que aumentaram o aproveitamento escolar, obtido através de uma grelha de avaliação da diminuição do insucesso escolar, apresentada no Anexo VIII, previa-se que em 2013 o “Catapulta” conseguisse promover a diminuição do insucesso escolar junto de 20 jovens, tendo abrangido 66. Já para os primeiros 6 meses de 2014, pretendia-se atingir 30 jovens e, no entanto, verificou-se diminuição do insucesso escolar apenas em 25 participantes.

Neste campo e para efeitos de avaliação, foi aplicado pela equipa do projeto um critério de qualidade que permitisse uma avaliação mais rigorosa e

próxima da realidade: só foram considerados nos resultados atingidos jovens que tenham participado em mais de 6 sessões.

Estas 6 sessões podem corresponder a três atividades, que têm periodicidade semanal ou quinzenal. Só estas atividades são consideradas para os números a atingir neste campo, embora para efeitos de intervenção com os participantes os técnicos cruzem esta atividade com outras em que o jovem participa e que podem também concorrer para o combate ao insucesso escolar, como explica a coordenadora do projeto: “No Resultado 1, centramo-nos em 3 atividades, que são a Mediação Familiar, o Espaço Apoio-te e as Atividades Pedagógicas no Centro de Inclusão Digital (CID). A Mediação Familiar é toda a relação que é feita entre o projeto, a família, a CPCJ, a escola e os serviços que acompanham o jovem (...); o Espaço Apoio-te define-se por momentos de apoio ao estudo, onde muitas vezes até fazemos jogos educativos e outras práticas que não somente os trabalhos de casa, porque a maioria dos jovens não os tem (ou diz que não os tem); e as Atividades Pedagógicas no CID são os jogos e apoios no computador: por exemplo, a Escola Virtual” (Coordenadora).

A equipa do projeto considera que todas as atividades desenvolvidas com os jovens no âmbito do projeto estão a concorrer para o combate ao insucesso escolar: “O que nós consideramos quando fazemos a análise deste resultado e deste objetivo específico é que todas as outras atividades estão a dar-lhe resposta. (...) Por exemplo, a rádio, que parece uma atividade que em nada está ligada à questão escolar, está, a todos os níveis: a questão da condução da entrevista, de como se faz uma entrevista, como é que se constrói, o escrever, o ter que ler... Já aí estamos a trabalhar de forma horizontal. Ou seja, nós definimos que todas as atividades do projeto estão a combater sempre a questão do insucesso e do abandono escolar de alguma maneira, ainda que de forma indireta. Mas quando fazemos uma avaliação em termos de números, só avaliamos estas 3 atividades.”

Na linha do que foi explicado pela coordenadora, e de forma a sermos coerentes com as opções de avaliação que o projeto toma, na nossa análise de implementação, para efeitos de avaliação quantitativa deste Resultado 1, vamos considerar apenas as três atividades referidas: Mediação Familiar, Espaço Apoio-te e as Atividades Pedagógicas no Centro de Inclusão Digital (CID@Forma).

Mediação Familiar

A Mediação Familiar começou por ser um gabinete de apoio aos pais que prestasse auxílio no processo educativo, mas atualmente a intervenção é mais frequentemente feita via telefone, pois os pais consideram que esta é a forma mais imediata de contato quando têm urgência em falar com a coordenadora do projeto, responsável pela mediação com as famílias. O gabinete assume importância como espaço de reuniões entre as entidades dos serviços sociais que acompanham as famílias (RSI, CPCJ, EMAT - Equipa Multidisciplinar de Apoio aos Tribunais), o projeto, o jovem e a família. Por outro lado, e tal como referido no Relatório de Avaliação Final (Dezembro, 2013), as famílias têm vindo a pedir apoio ao projeto na articulação com os diretores de turma, para que, todos juntos, possam traçar uma estratégia de intervenção capaz de diminuir o insucesso escolar, os comportamentos de risco e os comportamentos agressivos do jovens.

A análise estatística desta atividade permite-nos concluir que 66 de um total de 77 participantes indiretos são do sexo feminino, o que reflete que as mães e avós são as pessoas que mostram maior responsabilidade no processo educativo dos jovens e também que os técnicos e professores envolvidos no processo são, na sua maioria, mulheres. Destes 77 participantes indiretos, 45 são familiares dos jovens, o que revela envolvimento das famílias com o projeto. O

total de jovens participantes diretos abrangidos pela Mediação Familiar em 2013 foi de 49.

Em 2014, no âmbito desta atividade, o projeto tem apostado cada vez mais no trabalho conjunto com todos envolvidos, sempre articulado com o diálogo individual e reflexão com cada jovem. Porém, a coordenadora tem-se debatido com algumas limitações, nomeadamente em termos de tempo despendido na intervenção com os jovens, as famílias e as restantes entidades envolvidas, o que tem condiciona também o cumprimento dos objetivos quantitativos estabelecidos. Registaram-se, no primeiro semestre de 2014, 9 participantes diretos e 23 indiretos, quando estavam previstos 15 e 30, respetivamente.

Espaço Apoio-te

O Espaço Apoio-te começou por ser um momento para realização dos trabalhos escolares do jovens e preparação para os testes, com sessões diárias numa fase inicial do projeto e depois com a supressão da sessão de sexta-feira na sequência de uma proposta dos jovens em assembleia. Ao longo do tempo, a equipa do projeto foi percebendo que era relevante criar um reforço de apoio ao estudo ao sábado com um número máximo de 6 participantes “para ser possível colmatar algumas falhas na aprendizagem e prestar um apoio individualizado e reforçado em época de testes escolares, co-responsabilizando os pais também pelo acompanhamento dos jovens neste momento”, como referido no Relatório de Avaliação Final de 2013. Tem sido desenvolvido um reforço de apoio ao estudo para o exame nacional em alunos do 4º ano de escolaridade da Escola EB1/JI do Sol e são também apoiadas crianças que têm português como língua não materna, na sua maioria do Bangladesh. Nas férias escolares, procura-se

trabalhar informalmente a leitura e a concentração com os jovens no espaço do projeto, por exemplo através da visualização de séries.

Apesar da elevada participação dos jovens nesta atividade – em 2013 contou com 50 participantes diretos e em 2014 com 48, sendo as faixas etárias mais representadas 11 – 13 anos e 14 -18 anos – o projeto debate-se com o problema da insuficiência de recursos humanos para providenciar aos jovens o acompanhamento mais individualizado de que estes necessitam, pois as suas dificuldades são muitas e os jovens acusam frustração quando não conseguem realizar uma tarefa. Assim, a equipa técnica foi reforçada com estagiários e foram criados grupos de trabalho com os jovens e com os pais. Pelo exposto, conclui-se que esta atividade tem sofrido alterações para se adaptar às necessidades dos jovens e à profundidade e dificuldade do que problema que vem tentar minorar.

CID@Forma

As atividades pedagógicas no *CID@Forma* surgem com o objetivo de complementar o Espaço Apoio-te na diminuição dos níveis de insucesso escolar dos jovens, permitindo-lhes não apenas estudar com métodos mais “atraentes” para as suas faixas etárias, mas também para desenvolverem competências essenciais na realização dos seus trabalhos escolares, como a pesquisa de informação, a formatação de documentos, as apresentações multimédia, entre outras.

Durante as entrevistas aos jovens, foi possível constatar que estes revelam preferência por dois recursos utilizados nas atividades pedagógicas, o Duolingo (ensino de inglês) e a Escola Virtual, sendo que esta última foi a atividade das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) mais vezes referida pelos jovens durante as entrevistas. Alguns dos jovens entrevistados consideram que esta é uma boa forma de estudarem para os testes e

aprenderem, enquanto outros não demonstram interesse em participar. Contudo, independentemente do interesse que possam ter na atividade, de acordo com as regras estabelecidas no projeto, quando os jovens estão no Espaço Apoio-te e não têm trabalhos de casa, devem passar pelo menos uma hora na Escola Virtual, antes de poderem usar os computadores para jogar ou ter acesso à internet - os principais interesses referidos pelos jovens durante as entrevistas, especialmente por aqueles que não têm acesso à internet em casa ou no telemóvel, que são já uma minoria.

As atividades pedagógicas no CID@Forma contaram em 2013 com 48 participantes diretos e em 2014 com 39, tendo as estratégias utilizadas no primeiro ano de projeto transitado para o segundo. Em 2014 foi solicitado ao projeto que prestasse apoio a jovens do 1º ciclo da Escola do Sol cuja língua materna não é o português e também aos alunos que iriam realizar o exame nacional do 4º ano, conforme já referido. Com o apoio da Porto Editora, foi possível disponibilizar recursos para atividades pedagógicas de estudo a estas crianças. Quanto aos jovens que frequentam o espaço do projeto e procuram estudar na Escola Virtual e através de outros recursos, a equipa do projeto considera que tem sido uma atividade com resultados muito positivos nos jovens, embora nem todos tenham competências para realizar a atividade sozinhos, uma vez que desenvolvem estratégias de “fuga” ao estudo, tornando-se necessário acompanhá-los individualmente.

Ainda no âmbito do Resultado 1 e do critério de qualidade que foi introduzido, verificou-se que apenas 47 participantes frequentaram mais do que 6 sessões e que, destes 47, só em 25 se verificou diminuição do insucesso escolar. Estes números foram obtidos na avaliação realizada pela equipa do projeto através de uma tabela de excel que contempla vários itens - definidos internamente. Todos estes itens são valorizados da mesma maneira, como explica a coordenadora do projeto: “A questão do se passou ou não passou de

ano valoriza tanto como “mostra motivação para o sucesso escolar ou para a escola”. Nós avaliamos da mesma maneira...não significa que só 25 tenham passado, aliás até destes 25 podem só ter passado 12 ou nenhum” (Coordenadora).

Assim, estes 25 jovens que revelaram sucesso escolar são aqueles que, de acordo com os critérios estabelecidos pela equipa técnica do projeto numa grelha de avaliação, diminuíram o insucesso escolar – sendo que esta diminuição pode corresponder, por exemplo, a uma alteração comportamental do jovem que lhe dê uma maior capacidade para conseguir passar de ano no ano seguinte.

Os itens contemplados na grelha de avaliação da promoção da diminuição do insucesso escolar (Anexo VIII) são os seguintes:

Quadro nº 2

Melhorou o comportamento em sala de aula
Demonstra interesse em melhorar as notas escolares
Encontra-se motivado para a frequência escolar
Melhorou as notas escolares
Participa ativamente nas atividades propostas no Projeto
Melhorou capacidade de raciocínio
Aprovação no ano letivo 2013/2014

Como referido anteriormente, no que diz respeito ao combate ao insucesso escolar, os resultados ficaram aquém do previsto. Mais à frente vai ser feita a análise das possíveis causas para este desvio.

Resultado 2

Promover a co-responsabilização dos pais no processo educativo.

Estão envolvidos neste processo crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos, suas famílias e agentes educativos. A promoção da co-responsabilização dos pais no processo educativo faz-se essencialmente através de duas atividades: a Mediação Familiar e o Espaço Apoio-te.

O resultado a que o projeto se tinha proposto não foi alcançado em 2013, pois previa-se que fossem atingidos 40 jovens e respetivas famílias/agentes educativos, tendo sido abrangidos 37. Neste campo, o resultado para os primeiros 6 meses de 2014 foi superado: esperava-se que fossem abrangidos 50 jovens e respetivas famílias/agentes educativos e foram abrangidos 51.

O indicador que está na base destes resultados é o número de famílias que desenvolveram as suas competências, sendo que esta análise foi feita com recurso aos relatórios do atendimento a jovens e famílias de acompanhamento do processo educativo, que incluem uma grelha de avaliação de desenvolvimento das competências parentais (Anexo IX) com os seguintes itens:

Quadro nº 3

Mantém proximidade com a comunidade escolar

Interessa-se em saber e participar na evolução escolar d@ educand@

Desloca-se à escola quando é solicitada a sua presença

Demonstra interesse em se informar sobre a atividade “Espaço Apoio-te”

É capaz de cuidar e assegurar as necessidades básicas do menor

É capaz de assegurar a segurança e proteção do menor

Professor/Técnico demonstra interesse em apoiar o familiar

Neste ponto, é importante referir que a co-responsabilização das famílias no processo educativo dos jovens está, como explica a coordenadora em entrevista, muito dependente da confiança que estas depositam no projeto. Foi esse trabalho que foi feito pela equipa do projeto durante todo o ano de 2013: “As nossas principais conquistas têm, acima de tudo, a ver com a relação próxima que conseguimos criar. Foi muito complicado numa fase inicial ganhar a confiança das famílias, a confiança da comunidade, porque nós eramos pessoas que ninguém conhecia, uma associação que ninguém conhecia (...) e o primeiro ano, 2013, foi efetivamente o ano de conquista da confiança das famílias. Sentimos que ao longo do tempo os pais já nos contactavam para pedir apoio, já nos contactavam quando tinham dúvidas de atitudes educativas que teriam de ter.” (Coordenadora)

No entanto, este processo não se desenvolveu sem obstáculos. A coordenadora explica em entrevista que, inicialmente, alguns pais viam o projeto não como um aliado, mas como um “fiscal”, devido à sua articulação com entidades como a EMAT [Equipa Multidisciplinar de Apoio aos Tribunais] e a CPCJ – muitos dos jovens foram encaminhados para o projeto pela CPCJ e em alguns casos estava explícito na medida de promoção ou suspensão aplicada que o jovem em causa devia frequentar o projeto “Catapulta”: “Tivemos que desconstruir essa ideia e dizer (...) “o facto de nós termos um papel importante tanto nas equipas de apoio ao tribunal como na EMAT, como na Comissão de Proteção de Menores, não faz de nós o inimigo, mas o aliado”. (...) E o facto de os pais saberem também que nós estamos muito próximos da escola facilita o trabalho com os eles.” (Coordenadora)

Outra das dificuldades apontadas pela coordenadora está relacionada com a dificuldade de chegar às famílias, uma vez que nem todas contactam com o projeto e em determinados casos torna-se necessário ir ao encontro delas, o que dificulta o trabalho da equipa em termos de gestão de tempo. Nos casos em

que se verifica distanciamento das famílias, revela-se difícil intervir com elas e, conseqüentemente, também com o jovem.

Apesar das dificuldades encontradas, os objetivos foram cumpridos e, no entender da coordenadora, faz sentido que no campo da mediação familiar e do envolvimento das famílias no processo educativo se evolua para uma nova fase, mais exigente, em que se introduzam na avaliação critérios de qualidade que permitam realmente perceber onde é que há impacto do trabalho realizado: “O projeto divide-se por diferentes níveis de maturidade, e a intervenção também passa por isso, por ter diferentes níveis de maturidade, e estamos a passar para outro, logo os nossos critérios também têm de ser alterados.” (Coordenadora)

Por esta razão, no relatório de avaliação intercalar do projeto (2014) destaca-se “a importância do sucesso das medidas de mediação familiar, que têm permitido manter laços de confiança entre o projeto e os encarregados de educação dos jovens e ainda da orientação vocacional disponibilizada aos jovens”. O projeto tem tentado estar mais próximo das famílias e fazer um trabalho conjunto com a escola, mas, como explica a coordenadora, “as famílias também estão descrentes do futuro e do papel da escola e não valorizam a escola. (...) Estamos a falar aqui também de um ciclo de desacreditação do papel da escola e do futuro, de não acreditarem que é possível fazerem algo mais pelo futuro deles, e isso depois também passa para os jovens. Não somos nós, uma gota no oceano da vida deles, que conseguimos explicar-lhes isso”. (Coordenadora)

Desta análise, depreende-se que a família, como já referido no enquadramento teórico deste trabalho, pode de facto ter um papel preponderante na forma como os jovens olham para a escola e veem o seu futuro, podendo influenciar a decisão de investirem ou não num percurso educativo sustentável. Ao lado da família, que funcionará, em muitos casos,

como o *“role model”* do jovem, também os pares influenciam comportamentos e aspirações. O projeto e a equipa técnica que o dinamiza já não têm, porém, essa influência sobre os participantes. Na opinião da coordenadora, estão demasiado afastados da realidade dos jovens para poderem ser visto como *“role models”*: são apenas pessoas diferentes das que eles conhecem e já será positivo os jovens aperceberem-se dessa diferença e terem contato com outras realidades que não a sua. A coordenadora refere ainda que, mesmo pessoas com percursos de vida semelhantes aos dos jovens e que ganharam capacidade de mobilização e foram evoluindo, se não forem da comunidade dos jovens e vierem de uma comunidade alheia (por exemplo, de um bairro da periferia) já não são vistas como *“role models”*. Embora possam ter mais influência do que a maioria dos técnicos do projeto ou do que os professores, não chegam a ser um exemplo a seguir.

Resultado 3

Encaminhar para a escola, emprego ou formação profissional crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos e membros da comunidade

No caso dos encaminhamentos que constituem o Resultado 3, para 2013 estavam previstos 20 e foram realizados 80 e para 2014 estavam previstos 30 e foram realizados 50, dos quais 19 foram reintegrações na escola e 31 na formação profissional/emprego.

O indicador que permite medir este resultado é o número de encaminhamentos e integrações na escola, na formação profissional e/ou em emprego e os instrumentos de avaliação utilizados foram o registo de atendimento/encaminhamento, bem como o registo de prestação de informação/progresso/encaminhamento para programas de apoio à criação de emprego.

Como referido na análise do Resultado 2, o projeto tem investido, com algum sucesso, num trabalho de mediação familiar e de orientação vocacional dos jovens, bem como na reintegração na escola ou encaminhamento para emprego ou formação profissional. Através da realização de um trabalho conjunto com o jovem e a família, procura-se que haja a construção de um projeto de vida por parte de cada jovem, que vá ao encontro daquilo que são os seus interesses, aptidões e preferências (Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas e Relatórios de Avaliação do Projeto).

No entanto, e apesar dos encaminhamentos realizados em número superior ao que tinha sido proposto, convém referir que ainda há margem para evolução neste campo, uma vez que nem sempre se tem conseguido seguir com o jovem a via da orientação vocacional e a construção de um projeto de vida, como explica a coordenadora do projeto: “Nos jovens que são mais novos, penso que estamos a conseguir que realmente haja a construção de um projeto de vida. Mas nos jovens que só começamos a acompanhar numa altura em que já estavam no 8º ano ou no 9º, não conseguimos...porque já estavam com ideias muito fixas e já foi mais complicado fazer essa orientação vocacional. Porque depois tem a ver também com a forma como eles veem o futuro e veem a escola. A orientação vocacional aqui tem muito a ver com trabalho escolar e, na realidade, os miúdos não veem mesmo interesse em apostar nas formações escolares, então preferem ir para onde vão os amigos, independentemente da formação que é, porque não veem visibilidade de futuro para eles, não acham que a escola seja importante. O facto de eles não acharem isso importante também não lhes dá, ou melhor, não nos dá abertura a nós para conseguirmos explicar-lhes que há caminhos que eles têm de seguir e que a orientação vocacional é importante.” (Coordenadora)

Acresce ainda que, segundo o que pudemos observar durante as entrevistas a alguns jovens do projeto, parece haver, por um lado, um certo

desfasamento entre o seu percurso escolar atual e aquilo que pretendem alcançar num futuro que já não está muito distante e, por outro, uma falta de conhecimento sobre as dificuldades e o grau de exigência que poderão vir a encontrar para terem uma determinada profissão.

Uma das atividades desenvolvidas para tornar possível este trabalho de orientação vocacional e encaminhamento é o Gabinete Orienta-te, um espaço onde os jovens e as suas famílias podem procurar alternativas ao ensino regular e orientação vocacional. O projeto presta informações e apoio na procura de escolas profissionais e oferta formativa, fazendo em alguns casos acompanhamento à escola e articulação no acesso à informação. Por outro lado, procura-se com esta atividade prestar algum apoio ao trabalho realizado no Espaço Apoio-te, através de atendimento individualizado aos jovens que proporcione momentos de reflexão sobre o comportamento na escola e as dificuldades sentidas pelo jovem e ainda a proposta de métodos de estudo adequados às suas características individuais.

Em 2013, o Gabinete Orienta-te contou com 27 participantes diretos, entre os 11 e os 24 anos, sendo a faixa etária mais representada a dos 14-18. Em 2014, passou a ser feito também um trabalho em contexto de sala de aula e os momentos de acompanhamento informal ganharam mais expressão. Nesta atividade não se verifica tanto envolvimento das famílias como na Mediação Familiar – em 2013 participaram 2 familiares e em 2014 apenas 1, num total de 33 e 69 participantes indiretos, respetivamente.

Objetivo Específico 2

Promover a cidadania ativa através do desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais de 100 jovens, entre os 6 e os 24 anos, da freguesia da Sé, durante os 3 anos de vigência do projeto.

Para 18 meses de projeto, previa-se que fosse atingido o resultado de 75 jovens, mas foram abrangidos 155. Esta diferença justifica-se com a aposta realizada em trabalho de rua e contexto de sala de aula, que permitiu chegar a mais público de forma mais consistente.

No âmbito deste objetivo foram desenvolvidas algumas atividades ligadas ao empreendedorismo e empregabilidade: Workshop para Desenvolver Competências para a Empregabilidade e o Gabinete de Apoio à Criação da Empresas. Como explica a coordenadora: “Muitas destas atividades foram feitas em articulação com o Gabinete de Inserção Profissional, para dar a conhecer que nós existíamos, que fazíamos dinâmicas para trabalhar com a comunidade (neste caso a mais adulta e não tanto a nossa direta). E por essa razão é que temos um número tão elevado. Também é um objetivo para o qual concorrem muitas atividades (14 de um total de 27) e o facto de termos muitas atividades também faz com que os números se afunilem nesta direção”.
(Coordenadora)

Pelas razões expostas, e principalmente devido à atividade realizada com as turmas na escola, este objetivo específico tem um número tão elevado de participantes.

Para este objetivo, concorrem os resultados que passamos a descrever:

Resultado 1

Desenvolver competências pessoais e/ou sociais e/ou cognitivas e/ou morais em crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos

No que diz respeito ao Resultado 1, em 2013 a concretização ultrapassou o resultado esperado – 53 participantes abrangidos contra 30 previstos – mas no

primeiro semestre de 2014 ficou aquém: 42 participantes abrangidos contra 60 previstos.

Para avaliar este resultado, recorreu-se ao seguinte indicador: número de jovens que aumentaram as competências pessoais e sociais. Para efeitos de avaliação, foi utilizada uma grelha de avaliação do desenvolvimento das competências pessoais e o registo de presença nas atividades.

Os itens contemplados na grelha de avaliação são os seguintes (Anexo X):

Quadro nº 4

Conhecimento de ferramenta de procura de emprego/ formação
Participação ativa nas dinâmicas propostas
Tem boas capacidades de liderança
Transita entre diferentes atividades de forma apropriada
Participa ativamente em discussões e atividades de grupo
Compreende os problemas e necessidades dos outros
Tem iniciativa
Ajusta-se a diferentes expectativas/ comportamentos em contextos diversos

Analisando as atividades que foram desenvolvidas com vista a garantir este resultado, conclui-se que cabem neste campo todas as atividades realizadas no âmbito do projeto. Mas, no que diz respeito à avaliação, a coordenadora faz uma precisão: “Nós avaliamos sempre de uma forma bastante transversal. Mas, a nível de números, dos números que aqui estão, nós aqui incluímos apenas as atividades de Apoio ao Desenvolvimento de Projetos de Grupos Informais de Jovens (ou seja, jovens lançarem uma proposta de projeto e nós apoiarmos nessa dinamização); o Workshop de Orientação para a Produção de Projetos,

(isto é, ajudarmos também os jovens na construção de um projeto que muitas vezes está associado a outra atividade que é ligada às competências artísticas); o Associa-te, que consiste em proporcionar orientação e formação para o associativismo; o Projeto Jovem, que é um concurso anual de ideias; o Workshop de Desenvolvimento de Competências para a Empregabilidade (a tal articulação feita com o GIP que fazia com que houvesse um grande aumento de participantes nas atividades); mas também aqui entram as Histórias de Vida” (Coordenadora).

Resultado 2

Desenvolver competências artísticas e/ou culturais e/ou desportivas em crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos

No que diz respeito ao Resultado 2, previa-se que fossem abrangidos 20 participantes em 2013, mas foram abrangidos 69, e 30 participantes no primeiro semestre de 2014, tendo sido abrangidos 41. O indicador para medir este resultado é, então, o número de jovens que desenvolveram competências artísticas, culturais e desportivas, sendo que para a avaliação foram utilizadas uma grelha de avaliação do desenvolvimento das competências artísticas, culturais e desportivas (Anexo XI) e os registos de presença dos jovens nas atividades

São várias as atividades que concorrem para a prossecução deste objetivo. Destacamos as que são consideradas primordiais na avaliação realizada pelo projeto.

Companhia de Teatro Juvenil

Contou em 2013 com um total de 58 participantes diretos e com 23 em 2014, que desenvolveram a sua técnica teatral e outras competências auxiliares –

articulação gestual e motora, colocação de voz, percepção do corpo no espaço, entre outras. Para além das competências artísticas que permite trabalhar, esta atividade contribui também para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais e para a coesão do grupo, melhorando a forma como os jovens se relacionam entre si.

Espaço Música

Teve um arranque difícil, que obrigou a uma desconstrução prévia de alguns preconceitos nos jovens e a uma aposta em tipos de música que fossem ao encontro dos gostos musicais dos participantes. Assim, explorou-se o uso da percussão e da construção de instrumentos, bem como a relação com a Rádio e com o espaço CID@Forma, uma vez que os jovens partilham música nas redes sociais. O objetivo aqui passa muito por criar uma relação com a música que não se enquadre no ensino de música formal, que não atrai os jovens (Relatório de Avaliação Fina, 2013), e ainda alargar os seus horizontes de conhecimento. Em 2013 houve 34 participantes diretos nesta atividade e 25 em 2014.

Workshop de Formação de Públicos para as Artes

Tem como objetivo alargar os horizontes culturais dos jovens, tirando partido da localização geográfica do Projeto no centro da cidade e da diversidade de oferta existente no Porto. Os participantes tiveram oportunidade de conhecer diversos tipos de atos culturais, desde os museus até performances e roteiros temáticos pela cidade. No final do ano de 2013 já era possível ver em alguns jovens o desenvolvimento de interesse por mostras culturais. Procura-se que os jovens venham a fazer sugestões sobre programas culturais a que gostassem de assistir e que criem a capacidade e o hábito de consultar uma

agenda cultural. Em 2013 houve 46 participantes diretos nesta atividade e em 2014 foram 24. Esta diminuição justifica-se pela aposta do projeto em abranger um maior número de participantes indiretos e promover um alargamento do espectro de pessoas atingidas (Relatório de Avaliação Intercalar do Projeto, 2014) e também pelo facto de os números de 2014 serem referentes apenas ao primeiro semestre do ano.

Ateliês Temáticos

Têm como objetivo desenvolver as competências pessoais, sociais e profissionais dos jovens, dando-lhes oportunidade de implementarem as suas próprias atividades, de que é exemplo a equipa de futebol “Os Catapultos”, baseada em ideais anti-racistas e de promoção dos direitos humanos. Outra atividade lúdica com bastante incidência são os ateliês de expressão plástica e a capoeira. Em 2013, houve 66 participantes diretos, entre os 11 e os 18 anos, e em 2014 foram 37.

Rádio

A atividade da Rádio está inserida no projeto “Radio Active 101”, financiado pela Comissão Europeia entre 2012 e 2014 no âmbito do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida. Implementado no Reino Unido, na Alemanha, em Portugal, em Malta e na Roménia, este projeto procura desenvolver e implementar uma plataforma na internet ligada a metodologias pedagógicas inovadoras a desenvolver junto de comunidades juvenis e seus contextos, com o objetivo de abordar assuntos de inclusão e cidadania ativa de uma forma original e estimulante. Em Portugal, vários projetos do Programa Escolhas participam no Radio Active 101, preparando emissões sobre temas

escolhidos pelos jovens. Estas emissões são também uma forma de cada projeto partilhar as atividades que desenvolve, através do olhar dos seus participantes. Alguns dos temas tratados pelo “Catapulta” nas suas emissões foram uma entrevista ao rapper Deau, reportagens e entrevistas sobre o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, dar a conhecer a opinião dos jovens da Escola Pires de Lima sobre a discriminação e a retrospectiva dos últimos meses de projeto. Até Junho 2014 foram realizadas 5 emissões e o programa vai ter continuidade em 2015 por ter sido recentemente distinguido com o Prémio Inclusão e Literacia Digital, pelos seus bons resultados em Portugal, distinção atribuída pela Fundação Ciência e Tecnologia e destinada à expansão do programa.

Como referido anteriormente, todas as atividades descritas nesta subseção concorrem para o desenvolvimento de competências artísticas e/ou culturais e/ou desportivas nos jovens, sendo este desenvolvimento avaliado de acordo com uma grelha de avaliação que contempla os seguintes itens (Anexo XI):

Quadro nº 5

Desenvolvimento da criatividade
Desenvolvimento da capacidade de expressão/ comunicação
Compreensão das artes no contexto
Aquisição de técnicas de expressão
Capacidade de interação com o grupo
Iniciativa e auto proposta

Resultado 3

Desenvolver competências na área das TIC em crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos e membros da comunidade.

Previa-se que fossem abrangidos 40 participantes em 2013, mas o resultado concretizado foi de 84. Em 2014, pretendia-se abranger com este Resultado 70 jovens, tendo sido abrangidos apenas 66. Neste domínio, os indicadores são o número de jovens com certificação na área das TIC (emitidos pelo Centro de Inclusão Digital do projeto) - um total de 314 certificados emitidos entre Janeiro de 2013 e Junho de 2014, a participantes diretos e indiretos - e o número de jovens que desenvolveram competências na área da literacia das TIC, avaliado através de uma grelha de avaliação das competências adquiridas na área das TIC (Anexo XII). Para a análise dos resultados obtidos em função dos indicadores referidos, recorreu-se ainda ao registo de presenças nas atividades.

Passamos a descrever as principais atividades desenvolvidas no âmbito das TIC.

Uso autónomo do equipamento TIC

Destina-se a proporcionar à população a possibilidade de usufruir de equipamentos TIC de forma livre, mas com a presença do formador. Neste campo haveria abertura para uma participação da população adulta, possibilidade que foi amplamente divulgada, mas verificou-se que não existe adesão por parte da comunidade. A equipa entende que esta falta de adesão acontece porque, por um lado, um número cada vez maior de pessoas possui equipamentos que permitem aceder à internet (*smartphones, tablets, computador*) e não tem necessidade de usar os recursos do projeto; por outro lado, o facto de o espaço ser afastado da rua também não contribui para atrair a comunidade. Assim, as faixas etárias mais representadas nesta atividade são os

11-13 e 14-18 anos, num total de 46 participantes diretos em 2013 e 30 em 2014. Neste ponto, é importante ainda referir que a equipa considera positivo estes jovens terem supervisão adulta no uso das tecnologias (Relatórios de Avaliação do Projeto, 2013 e 2014).

Literacia Digital

Tem como objetivo de desenvolver o sentido crítico na aquisição de informação nova e estimular o conhecimento sobre outros países, culturas, estilos de vida e conceitos ligados à cidadania por meios que se revelem atrativos para esta faixa etária (Relatórios de Avaliação do Projeto, 2013 e 2014). Em 2013, contou com 47 participantes diretos, em 2014 com 45.

Certificação TIC

Uma vez mais, embora os participantes diretos (crianças e jovens) previstos tenham sido atingidos, não foi possível envolver a comunidade. Neste caso, para além dos fatores de afastamento já referidos, verifica-se também um distanciamento da população por a formação do “Catapulta” ser gratuita, mas não atribuir bolsa como as formações subsidiadas, como acontece com outras formações disponibilizadas na Junta de Freguesia. Acresce ainda que o tipo de certificação providenciado não é identificado pela comunidade como uma mais-valia para a obtenção de emprego. Houve 42 participantes diretos em 2013 e 31 no primeiro semestre de 2014. O número total de certificações nos 18 meses – 314 – é muito superior ao de participantes diretos porque envolve também participantes indiretos.

A grelha de avaliação de desenvolvimento de competências na área das TIC através da qual é feita a avaliação dos participantes contempla os seguintes itens:

Quadro nº 6

Organiza e localiza ficheiros e pastas
Manipula os programas de Produtividade Office
Tem consciência das regras de segurança do computador
É capaz de imprimir documentos
Manipula ferramentas audiovisuais
Interage corretamente e com consciência nas redes sociais
Coopera / Interessado / Motivado
Solicita ajuda quando necessário /É autónomo
Participa em tarefas da RadioActive
Faz uma gestão adequada do correio eletrónico

Objetivo Específico 3

Dinamizar o território da freguesia da Sé visando a construção de pontes entre 30 jovens e 60 membros da comunidade explorando a tradição e a contemporaneidade no espaço público, durante os 3 anos de vigência do projeto.

Para os primeiros 18 meses de projeto, previa-se que fossem atingidos 50 indivíduos, mas foram abrangidos 62. As atividades desenvolvidas no âmbito deste objetivo foram, conforme indicado pela coordenadora do projeto,

essencialmente quatro, que passamos a descrever brevemente e analisaremos com mais pormenor no âmbito dos Resultados para este Objetivo.

Prestação de serviços de proximidade

Na prestação de serviços de proximidade, procura-se que os jovens façam trabalho a favor da comunidade, nas áreas da ecologia/ambiente e solidariedade, para que retribuam aquilo que esta lhes dá.

Participação nas organizações da comunidade

Os jovens frequentam atividades que já existem na comunidade, contribuindo para a sua dinamização. Neste campo específico, a coordenadora considera que os jovens participam bem e com vontade e dá um exemplo concreto: “Aqui temos um exemplo concreto do Círculo Católico, que ganhou muito mais dinamismo a partir do momento em que nós passamos a fazer lá as nossas atividades e os jovens começaram a frequentar as atividades. Aliás, na avaliação feita pelos parceiros anualmente, o Círculo Católico referiu que o tecido associativo tinha aumentado com a participação dos jovens no projeto, ou seja, não foram os nossos jovens que se tornaram sócios, mas houve mais informação de que o Círculo existia pela frequência dos nossos jovens no espaço. Tornou o espaço frequentado por pessoas mais novas, porque é uma associação com muitos anos, com uma dimensão muito antiga, que não estava aberta à comunidade jovem e nós conseguimos fazer isso, acho que esta é das nossas grandes conquistas a nível de atividades” (Coordenadora).

“Um dia com”

Esta atividade tem como objetivo os jovens passarem por experiências profissionais ou vocacionais e regista uma participação muito mais reduzida do que as restantes atividades.

Documentário “Mulheres da Sé”

Este documentário, realizado pelos jovens, sobre mulheres emblemáticas da Sé, implica a desconstrução de alguns preconceitos relativos à igualdade de género, e permite aos participantes desenvolverem competências profissionais na área da multimédia.

Com exceção da participação nas organizações da comunidade, a que os jovens aderem sem grande dificuldade por as atividades irem frequentemente ao encontro das suas preferências, como explica a coordenadora em entrevista, a participação dos jovens nas atividades que concorrem para o Objetivo Específico 3 tem sido difícil de conseguir, estando muito dependente das estratégias motivacionais que o projeto vai encontrando. A coordenadora do projeto considera que os jovens têm alguma dificuldade em aderir por acharem que estas atividades de contato com a comunidade não são importantes e lembra que este tipo de processo é um processo longo, que vai demorar a dar frutos. Existe nestes jovens um sentimento de pertença, mas falta o sentimento de retribuição: são muito bairristas, mas contribuir positivamente para comunidade e para a Sé, nas palavras da coordenadora, “não lhes ocorre...param, estagnam. Não acham necessário e param”.

Apesar das dificuldades encontradas, os resultados a que o projeto se propôs neste campo foram alcançados e a coordenadora considera que a comunidade recebe bem estas atividades e que o projeto vai ganhando espaço,

passando a ser conhecido e bem recebido na zona da Sé. Este trabalho de integração do projeto passa muito pelas atividades dinamizadas com a comunidade, mas também pelos jovens, que vão apresentando o projeto às suas famílias e a outros residentes da freguesia.

Para este objetivo concorreram os três resultados que se seguem.

Resultado 1

Desenvolver competências de cidadania ativa e/ou participação cívica em crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos e membros da comunidade

O resultado previsto para 2013 era que se verificasse o desenvolvimento das referidas competências em 20 participantes, tendo-se verificado em 46. Para os primeiros meses de 2014, pretendia-se atingir 40 crianças e jovens, tendo sido abrangidos 49. Neste campo, o indicador de avaliação é o número de jovens que desenvolveram competências de cidadania e/ou participação cívica, tendo os resultados sido analisados através de uma grelha de avaliação de desenvolvimento de competências de cidadania e de diminuição de estereótipos (Anexo XIII).

As principais atividades desenvolvidas no âmbito do Resultado 1 foram as que se seguem.

Prestação de serviços de proximidade

Contou com 56 participantes diretos em 2013 e com 22 no primeiro semestre de 2014. Neste campo, destacou-se o projeto “Ganda Lata”, que consistiu na recolha de latas nos cafés da Sé para vender e utilizar o dinheiro para comprar uns óculos para uma criança da comunidade que não tinha

possibilidades financeiras para o fazer (Relatório de Avaliação Final, 2013 e Relatório de Avaliação Intercalar, 2014).

Participação nas organizações da comunidade

No início do projeto, apostou-se em reativar relações entre a comunidade e as organizações lá instaladas. Os jovens estavam bastante afastados desse objetivo, pelo que foi necessário potenciar atividades que por um lado recuperassem dinâmicas típicas dessas organizações, mas por outro também motivassem os jovens a participar. Exemplo deste trabalho é a relação que se criou com o Teatro de Marionetas do Porto e o CCOP, que cede espaços para atividades e abre portas à participação dos jovens nas atividades da própria organização, como o arraial de S. João. O fim último é que os jovens dinamizem projetos que tragam nova vida à comunidade e “honrem” a história desta organizações que há muito estão instaladas naquele território. Em 2013, participaram 52 jovens em organizações da comunidade e em 2014 foram 34 (Relatório de Avaliação Final, 2013 e Relatório de Avaliação Intercalar, 2014).

“Um dia com...”

Contou com 27 participantes diretos em 2013 e 12 participantes diretos em 2014. O objetivo desta atividade é que os jovens experienciem uma atividade, profissão ou função durante um dia de trabalho, aproximando-os do mundo laboral, para que façam escolhas mais informadas no seu percurso escolar e profissional. Um dos dias foi passado com a PSP e revelou-se muito importante para desconstruir mitos sobre a polícia, em particular o facto de os jovens identificarem a polícia apenas com a intervenção criminal. Os participantes também passaram um dia com uma equipa de realização de

cinema (trabalho de realização, produção e filmagem). Em 2014, o enfoque esteve nas profissões na área da proteção civil, no âmbito da Semana da Proteção Civil no Porto, com o objetivo de mostrar possibilidades que podem ser relevantes na escolha dos seus percursos e também a importância de algumas funções da sociedade. Verificou-se que os jovens ficaram motivados com o papel dos bombeiros nos incêndios de Verão (Relatório de Avaliação Final, 2013 e Relatório de Avaliação Intercalar, 2014).

A grelha de avaliação de desenvolvimento de competências de cidadania e de diminuição de estereótipos contempla os seguintes itens:

Quadro nº 7

Coopera com os outros
Demonstra capacidade empática
É ativo/a na ajuda ao próximo
Sabe estar em comunidade
Preocupa-se com o ambiente
Tem demonstrado interesse em alterar o ambiente à sua volta

Resultado 2

Promover a diminuição de estereótipos relacionados com o território e/ou etnia e/ou género e/ou religião e/ou de ordem sexual em crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos e membros da comunidade

Também neste âmbito o projeto superou os resultados previstos, tanto em 2013, atingindo 46 crianças e jovens em vez dos 20 inicialmente previstos, como no primeiro semestre de 2014, ao envolver 67 participantes no processo contra os 40 previstos. O indicador que permite avaliar os resultados é o

número de jovens que diminuíram os estereótipos relacionados com o território e/ou etnia e/ou gênero e/ou religião e/ou de ordem sexual, tendo como instrumentos de avaliação a grelha de avaliação de desenvolvimento de competências de cidadania e de diminuição de estereótipos.

Neste campo, o projeto aposta muito num trabalho de consciencialização e desconstrução de estereótipos e de preconceitos realizado em contexto de escola: “Trabalhamos “o outro” com eles e é curioso que esse trabalho funciona melhor na escola do que no espaço do projeto, porque é mais fácil conseguir organizar um grupo e fazer parte de discussão no espaço da escola, porque os alunos não estão habituados a este tipo de forma de trabalhar e ficam interessados. Já no espaço do projeto, eles estão à espera de outro tipo de atividades que não sejam de discussão, porque não tem interesse para eles, então a forma como se atingem os objetivos é completamente diferente. A desconstrução de preconceitos nos jovens do projeto é diária através da nossa maneira de falar, da nossa maneira de estar, na maneira como também corrigimos algumas expressões deles.” (Coordenadora)

As atividades desenvolvidas, que já referimos anteriormente mas que passamos a descrever abaixo com maior detalhe, têm uma forte componente de interação com a comunidade e de utilização de meios audiovisuais.

Histórias de Vida

É considerada uma das atividades centrais do “Catapulta”. Através desta atividade, o projeto trabalhou a desconstrução de preconceitos ligados à questão do racismo e da xenofobia na escola, em contexto de turma, no âmbito da disciplina de Educação para a Cidadania, tendo esse trabalho culminado na organização do torneio Anti-Racista, onde participaram vários jovens que acompanharam as sessões realizadas na escola. Com efeito, o projeto entendeu

que, para haver uma mudança social relativamente a este tema - racismo e xenofobia - a sua intervenção tinha de passar de contextos “macro”, como é o caso das turmas da escola, para contextos mais “micro”. (Coordenadora) Assim, “o micro” está a ser trabalhado no espaço do projeto e “o macro” na disciplina de Educação para a Cidadania, trazendo o tema referido para o debate com os alunos. De notar que este trabalho em contexto de turma surge (também) na sequência de um pedido da própria escola, que considerou que não estava a dar resposta ao que se pretende com a disciplina de Educação para a Cidadania. Esta atividade contou com 45 participantes em 2013 e com 23 participantes no primeiro semestre de 2014. Verificou-se em alguns dos jovens uma diminuição dos estereótipos relacionados com pessoas de outras nacionalidades e/ou de etnia cigana (Relatório de Avaliação Final, 2013 e Relatório de Avaliação Intercalar, 2014).

Laboratório Audiovisual Passado e Presente

Com esta atividade, pretende-se que os jovens consigam identificar o património da sua cidade. Realizaram-se várias sessões na Casa do Infante, das quais resultaram três roteiros turísticos diferentes desenvolvidos pelos jovens, assim como o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais, uma vez que os jovens aprenderam a construir um guião, um *storyboard* e um filme de animação. Esta atividade contou com 38 participantes durante o ano de 2013 e com 24 nos primeiros seis meses de 2014. (Relatório de Avaliação Final, 2013 e Relatório de Avaliação Intercalar, 2014).

Documentário “Mulheres da Sé”

Pretende-se que os jovens fiquem mais sensíveis a questões relacionadas com a igualdade de género e que retratem, através de um documentário, mulheres emblemáticas da sua comunidade. Estas figuras já estão identificadas, sendo algumas delas familiares (avós) dos participantes. Paralelamente,

pretende-se que os jovens aprendam sobre as filmagens, os planos e a construção de um guião, desenvolvendo competências nesta área. Esta atividade contou com 45 participantes em 2013 e 24 no primeiro semestre de 2014 (Relatório de Avaliação Final, 2013 e Relatório de Avaliação Intercalar, 2014).

Resultado 3

Promover a diminuição da desocupação em crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos

No âmbito do Resultado 3, previa-se que fossem abrangidos 20 indivíduos em 2013, tendo sido abrangidos apenas 19. Para 2014, estavam também contemplados 20, mas promoveu-se a diminuição da desocupação em 24. Neste caso, foi introduzido um critério de qualidade: só foram considerados jovens que participaram em mais de 25% das sessões. O indicador é o número de jovens em situação de desocupação integrados nas atividades e que estejam presentes em pelo menos 25% das sessões, obtido a partir do registo de presenças dos participantes. No que se refere ao instrumento de avaliação, é a percentagem de presenças dos participantes no total de sessões realizadas no âmbito das três atividades referidas: Espaço Apoio-te (atividade já apresentada no âmbito do Objetivo Específico 1), Dinâmicas e Jogos Cooperativos e Ateliês Temáticos. Em todas estas atividades pretende-se diminuir comportamentos de risco associados à desocupação (Relatório de Avaliação Final, 2013 e Relatório de Avaliação Intercalar, 2014).

Dinâmicas e Jogos Cooperativos

No âmbito desta atividade, destacam-se a equipa de futebol “Os Catapultos” e o projeto pela não violência verbal e física, que surgiram na

sequência do diagnóstico de comportamentos agressivos nos jovens, em especial dentro da sala da aula com os professores. Procura-se, através destas ações, combater o insucesso escolar pela via da consciencialização para a adoção de comportamentos menos agressivos e da promoção do diálogo e da convivência pacífica entre os jovens. Em 2014 realizou-se o Torneio Anti-Racista, que juntou 180 participantes do “Catapulta” e de outros projetos e promoveu a igualdade entre todos/as e a não discriminação. Esta atividade contou em 2013 com 59 participantes e com 46 nos primeiros seis meses de 2014 (Relatório de Avaliação Intercalar, 2014).

Ateliês Temáticos

No âmbito destes ateliês lúdicos, verifica-se uma maior incidência nas atividades de expressão plástica, embora exista também uma atividade de capoeira e um projeto ligado ao empreendedorismo e capacitação jovem (Projeto Caps). Os ateliês contaram com 66 participantes em 2013 e com 37 em 2014 (Relatório de Avaliação Intercalar, 2014).

A questão da desocupação foi referida em várias entrevistas realizadas aos jovens, que consideram que o projeto é uma forma de ocuparem os seus tempos livres, especialmente nas férias. Se não existisse o projeto e as atividades que este proporciona, os jovens passariam o dia em casa – no computador, como refere a maioria – ou na rua com os amigos, o que os torna mais vulneráveis à prática de ilícitos ou de comportamentos desviantes, como explica a coordenadora do projeto: “O que nós sentimos é que o facto de estes jovens estarem ali no projeto significa que não estão noutra local, não estão na rua. E temos casos, e numa fase inicial tínhamos casos mesmo muito concretos, em que sabemos que funciona assim. (...) Por isso é que a forma como também trabalhamos com os jovens, é sempre, de alguma maneira, cautelosa. (...) É

sempre tendo em conta os interesses deles, para os manter no espaço do projeto, porque sabemos que se eles estiverem fora, há alguns casos específicos que não têm um bom acompanhamento e que se podem encaminhar para outras vias que não sejam tão benéficas na vida deles.” (Coordenadora)

Conclui-se, pois, que é importante haver esta componente presencial no projeto: um espaço comunitário que os jovens possam frequentar durante os seus tempos livres, onde sintam que estão a aprender mais do que em casa ou na rua e possam conviver em grupo. Nas entrevistas aos jovens foi possível perceber que estes estão muito ligados aos colegas que frequentam o projeto, sendo que alguns deles consideram que a palavra que melhor descreve o “Catapulta” é “família” ou “equipa”. Esta ligação afetiva aos colegas e também aos técnicos do projeto é, sem dúvida, um dos fatores que mais pesa na adesão dos jovens às atividades e ao projeto em geral e que permite que seja feita uma intervenção junto dos participantes.

Apesar do “Catapulta” ter definido que as suas idades de intervenção estão entre os 6 e os 24 anos, o espaço comunitário do projeto destina-se apenas a jovens acima dos 11 anos, por não haver respostas sociais na comunidade - e não só nesta comunidade, mas em várias outras - para os adolescentes, como refere a coordenadora em entrevista, explicando que esta é a faixa etária que tem menos acompanhamento e menos respostas.

4. Desvios de implementação

Com base nos elementos expostos no ponto anterior, vamos proceder à identificação dos desvios de implementação do projeto, que tanto podem ser falhas como sucessos, através da comparação entre os resultados da execução do projeto e os objetivos inicialmente traçados.

Em termos de objetivos, podemos considerar que a metodologia de intervenção implementada pelo projeto está a ir ao encontro dos três objetivos traçados para os 18 meses de execução, sendo que em todos os objetivos foram superados os números globais previstos:

Figura nº 2

		Objetivo Específico 1	Objetivo Específico 2	Objetivo Específico 3
Previsto	Jun. 2014	75	50	75
Concretizado	Jun. 2014	105	155	62

Os dados recolhidos nesta avaliação intercalar indicam que o projeto está bem encaminhado para no final de 2015 atingir os resultados a que se propôs para cada objetivo específico:

Figura nº 3

	Objetivo Específico 1	Objetivo Específico 2	Objetivo Específico 3
Concretizado Junho 2014	105	155	62
Previsto 2015	100	100	90

Conclui-se, então, que, no diz respeito aos números traçados para os objetivos específicos em 18 meses de projeto, os desvios de implementação encontrados deverão ser classificados como sucessos, ao invés de falhas, porque na comparação entre os resultados de execução para os objetivos específicos e os resultados inicialmente traçados, os últimos foram superados.

Já no que se relaciona com os resultados discriminados para cada objetivo – três para cada – que já apresentamos na seção anterior, encontramos alguns desvios de implementação que deverão integrar a categoria das “falhas”. Verifica-se, porém, uma preponderância de “sucessos”, por terem sido abrangidos mais participantes do que o previsto na maioria dos resultados concretizados e também pela própria intervenção realizada: por exemplo, no âmbito da inclusão escolar e educação não formal, para a qual concorrem os três objetivos específicos referidos²⁹, a equipa técnica do projeto destaca a

²⁹ 1. Combater o insucesso e abandono escolar e promover a reintegração escolar e/ou profissional acompanhando 100 jovens, entre os 6 e os 24 anos, da freguesia da Sé durante 3 anos de vigência do projeto; 2. Promover a cidadania ativa através do desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais de 100 jovens, entre os 6 e os 24 anos, da freguesia da Sé, durante os 3 anos de vigência do projeto; 3. Dinamizar o território da freguesia da Sé visando a construção de pontes entre 30 jovens e 60 membros da comunidade explorando a tradição e a contemporaneidade no espaço público, durante os 3 anos de vigência do projeto.

importância do sucesso das medidas de mediação familiar, que têm permitido manter laços de confiança entre o projeto e os encarregados de educação dos jovens, e ainda da orientação vocacional disponibilizada aos jovens.

Passamos a analisar as falhas encontradas, à luz do que foi inicialmente proposto em cada um dos objetivos específicos.

Objetivo Específico 1

Na promoção da diminuição do insucesso escolar (Resultado 1), em 2013 os resultados foram alcançados, mas no primeiro semestre de 2014 o resultado concretizado ficou, por 5 jovens, aquém do esperado (30 previsto, 25 concretizado). Na seção seguinte vamos analisar o tipo de restrições que poderá estar na base desta falha de implementação, sendo que na análise deste objetivo já foram identificadas algumas das dificuldades encontradas neste campo - a impossibilidade de dar um acompanhamento individual aos jovens, a desvalorização da escola por parte destes, entre outras.

Objetivo Específico 2

No que diz respeito ao desenvolvimento de competências pessoais e/ou sociais e/ou cognitivas e/ou morais em crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos (Resultado 1), foram atingidos os resultados previstos para 2013, mas para o primeiro semestre de 2014 o resultado concretizado ficou por 18 indivíduos aquém do resultado previsto. A coordenadora entende que, em parte, este número justifica-se por o projeto estar ainda no início, nos primeiros 18 meses, mas que tudo se encaminha para que no final de 2015 se atinjam os resultados propostos para o final do projeto. Já no que diz respeito ao desenvolvimento de

competências na área das TIC (Resultado 3), foi por 4 jovens que o resultado previsto não se concretizou (66 contra 70 previstos).

Objetivo Específico 3

Não se verificaram falhas de implementação nos Resultados 1, 2 e 3 referentes a este objetivo.

Assim, conclui-se que as falhas de implementação identificadas prendem-se, essencialmente, com a diminuição do insucesso escolar e com o desenvolvimento de competências nos participantes - pessoais e/ou sociais e/ou cognitivas e/ou morais e ainda na área das TIC. No caso das TIC, o projeto atribui, em sede de relatório de avaliação, as dificuldades encontradas a limitações relacionadas com a localização do Centro de Inclusão Digital e com os horários escolares dos participantes.

Estando identificadas as falhas de implementação do projeto no ano de 2013 e no primeiro semestre de 2014, vamos prosseguir com a procura de razões que justifiquem estes desvios.

5. Restrições de implementação

De acordo com a metodologia proposta por Mendes (2006), a segunda fase da análise de implementação centra-se na procura dos motivos que possam estar na base de falhas de implementação encontradas no projeto.

Estas falhas - ou incumprimento dos objetivos inicialmente traçados - podem ser determinadas por três tipos de restrições: restrições de viabilidade, restrições de racionalidade individual e restrições de compatibilidade de incentivos (Mendes, 2006).

Assim, nesta seção vamos avaliar o cumprimento dos objetivos do projeto e os seus desvios de implementação, procurando razões que justifiquem as falhas encontradas e que podem estar relacionadas com os três tipos de restrições de implementação mencionados. Conforme foi referido na seção anterior, as principais falhas encontradas nos 18 meses de projeto que estamos a analisar prendem-se com o facto de o projeto não ter conseguido alcançar os resultados previstos para a diminuição do insucesso escolar, o desenvolvimento de competências pessoais e/ou sociais e/ou cognitivas e/ou morais nos participantes e o desenvolvimento de competências na área das TIC.

Os elementos que servirão de base a esta análise foram recolhidos através dos relatórios de avaliação do “Catapulta”, dos documentos de avaliação dos parceiros e dos jovens e de entrevistas realizadas à equipa técnica e a alguns jovens que frequentam assiduamente o espaço do projeto, sendo ainda complementados com uma componente de trabalho de observação.

5.1 Restrições de Viabilidade

As restrições de viabilidade elencadas por Mendes (2006) abrangem domínios muito diversos, sendo o grupo que, por norma, recebe maior atenção na formulação e avaliação de políticas (Mendes, 2006; Gomes 2013). Passaremos a analisar em detalhe cada um dos domínios referidos pelo autor - recursos materiais, humanos, tecnológicos, normas sociais, conhecimento e restrições orçamentais – no que diz respeito ao projeto “Catapulta”.

a) Viabilidade de recursos materiais

Sendo o Catapulta um projeto financiado pelo Programa Escolhas, tem alguns recursos materiais garantidos. A título de exemplo, podemos referir o espaço CID@Forma, financiado pelo Programa Escolhas, que providencia recursos informáticos suficientes para a formação ou utilização autónoma das TIC de 6 a 12 pessoas em simultâneo (Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas). Contudo, alguns custos não são elegíveis para o financiamento do Programa, como é o caso de rendas referentes ao espaço físico dos projetos.

Assim, o espaço físico do Catapulta, recurso material que assume especial relevância no projeto em questão por ser diariamente frequentado por um elevado número de jovens e pela equipa técnica, é cedido pela Junta de Freguesia da Sé. A maioria das atividades com os participantes, bem como o ponto de encontro e a gestão diária do projeto, realiza-se na Junta de Freguesia, mas há ainda outras atividades semanais que decorrem no espaço de parceiros, como é o caso dos ensaios de teatro no Círculo Católico de Operários do Porto (CCOP).

Nas entrevistas e inquéritos (Anexo III) realizados, as principais limitações referidas pela equipa em termos de recursos materiais estão

relacionadas precisamente com o espaço físico do Catapulta na Junta de Freguesia. Por um lado, segundo os testemunhos recolhidos, a sala que o projeto ocupa não permite, pelas suas características, a realização de alguns tipos de atividades em simultâneo, o que limita a equipa na calendarização e articulação das atividades com os horários escolares dos participantes, que lhes deixam pouco tempo livre para frequentar o Catapulta em período letivo. Por esta razão, é necessário que os técnicos e a coordenadora adaptem o horário do projeto à disponibilidade dos jovens, de forma a aproveitar os fins-de-tarde e os sábados e garantir a execução de todas as atividades planeadas. Esta situação conduz a uma limitação que já pertence ao domínio dos recursos humanos e que analisaremos mais à frente.

Por outro lado, o facto de o projeto ocupar uma sala no interior do edifício da Junta de Freguesia e não ficar à face da rua é, no entender da equipa técnica, uma enorme limitação, pois afasta a população. As pessoas têm mais dificuldade em lembrar-se que o projeto está a funcionar naquela zona geográfica e disponível para as receber. Por esta razão, o Catapulta acaba por não estar a fazer o máximo aproveitamento das suas potencialidades, abrangendo menos participantes do que teria capacidade para abranger e condensando a maior parte da sua atividade nos finais de tarde. Este obstáculo é bastante visível nas atividades que disponibilizam formação e certificação gratuita na área das TIC ou o simples acesso à internet e a outras ferramentas. No entender da técnica responsável pelo espaço CID@Forma, há pouca procura nesta área porque as pessoas não se lembram que têm disponível aquele recurso na sua comunidade; mas a técnica tem, como formadora, muitas horas de trabalho semanais alocadas às TIC e estas poderiam ser utilizadas para acompanhar a população da zona da Sé durante o tempo em que os jovens do Catapulta estão na escola. Contudo, e apesar dos esforços desenvolvidos no

sentido de chamar a comunidade para espaço do Catapulta, não se tem verificado adesão da comunidade ao projeto.

Assim, conclui-se que a principal dificuldade encontrada ao nível dos recursos materiais está relacionada com as características do espaço disponibilizado ao projeto (dimensão, número de salas e distância para a rua), comprometendo o envolvimento da população e a realização de um maior número de atividades em simultâneo. Afigura-se relevante referir também que o projeto está dependente do financiamento externo (Programa Escolhas e Junta de Freguesia da Sé) para garantir parte dos seus recursos materiais e o seu espaço de funcionamento, o que por si poderá constituir uma restrição de viabilidade do projeto no futuro (pós-2015).

b) Viabilidade de recursos humanos

A equipa do projeto é constituída por 1 coordenador e 4 técnicos, com formação nas seguintes áreas: Educação Social, Ensino Básico, Animação Sociocultural e Fotografia.

Como complemento aos seus recursos humanos, o Catapulta conta com o apoio de estagiários curriculares de Psicologia e Educação Social que estão afetos ao Espaço Apoio-te e a atividades pontuais. Durante o ano de 2014, as atividades desportivas foram, em parte, dinamizadas por um jovem italiano que integrou o projeto ao abrigo do programa de Serviço de Voluntariado Europeu (Relatório de Avaliação Intercalar 2014).

No início do projeto, os recursos humanos existentes não eram suficientes para cobrir os horários a praticar e dar resposta à exigência do calendário de atividades, pelo que em 2014 o número de horas de trabalho semanais de um dos técnicos foi alargado (Coordenadora).

Neste campo, as principais dificuldades sentidas pela equipa atualmente prendem-se, segundo testemunhos recolhidos junto da coordenadora e dos técnicos através de inquéritos e entrevista, não só com a insuficiência de recursos, mas também com a falta de formação e competências adequadas para dinamizar determinadas atividades, por um lado, e, por outro, para realizar uma intervenção adequada com alguns dos jovens. A estratégia encontrada para dar resposta a este problema tem sido a da gestão horizontal do projeto, baseada na partilha de informação entre todos os técnicos e a coordenadora, o que permite que todos possam dar opinião sobre estratégias a adotar ou sobre como intervir numa determinada situação, complementando o trabalho dos colegas sempre que necessário, tal como pudemos observar em diferentes situações.

Também a coordenadora considera que “um dos problemas da equipa técnica passa muito por haver poucos técnicos e a maioria não ser da área da educação informal. Não têm essa capacidade de adaptar a intervenção, essa forma de estar, e isso afasta os jovens. (...) E isso também é uma limitação que tem a ver com os nossos recursos humanos, que não tem a ver com a falta de recursos humanos, mas com a adequação” (Coordenadora). Esta opinião é partilhada por uma das técnicas, que aponta como um dos fatores que mais a desmotivam no trabalho realizado “a sensação de que as minhas competências não estão 100% ajustadas ao contexto” (Inquéritos).

Na avaliação do Catapulta quase todos os parceiros referiram como único ponto fraco do projeto a insuficiência de recursos humanos, sem prejuízo da excelência e competência dos técnicos existentes (Documento de Avaliação dos Parceiros). Com efeito, a Escola Superior de Educação Paula Frassinetti salienta como “ponto menos positivo a extensão da área de intervenção face ao número de técnicos e possibilidades de intervenção. A equipa beneficiaria de um maior número de colaboradores a tempo inteiro alocados ao projeto”.

Também o CCOP refere que o aumento da equipa traria benefícios e permitiria um maior aproveitamento das potencialidades do projeto e das parcerias. O Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano considera que “falta uma maior abrangência na comunidade escolar, o que poderia ser conseguido através do aumento do nº de colaboradores no projeto Catapulta”.

Assim, parecem existir alguns constrangimentos relacionados com os recursos humanos do Catapulta. Analisando as opiniões dos parceiros, concluímos que seria necessário um maior número de recursos humanos para, por um lado, acompanhar as atividades realizadas e, por outro, alargar a intervenção na comunidade. Porém, nesta análise estamos apenas a considerar as falhas do projeto face aos objetivos e resultados que o Catapulta se propôs alcançar entre Janeiro de 2013 e Junho de 2014, pelo que nos pontos referidos pelos parceiros devemos ter em conta apenas a necessidade de haver mais acompanhamento aos jovens durante as atividades. A questão de alargar intervenção não deve ser discutida em sede de análise de implementação do projeto, podendo ser útil para a definição da continuidade do projeto (após 2015).

Deste modo, atentaremos apenas à falta de adequação das competências da equipa do projeto à intervenção a realizar, bem como o facto de haver um menor número de técnicos do que seria desejável do ponto de vista dos parceiros e da própria equipa. As informações recolhidas e acima apresentadas levam-nos a considerar que estes constrangimentos podem estar na origem do incumprimento dos resultados relativos à diminuição do insucesso escolar e ao desenvolvimento de competências nos jovens. Como já referido, para atingir estes resultados é preciso, para além de um maior número de meses de intervenção, um acompanhamento muito próximo a cada um dos participantes, que poderá não estar a ser conseguido por falta de elementos na equipa ou pela

dificuldade de alguns técnicos em trabalhar com as crianças e jovens questões específicas – comportamento, valores, atitudes (Coordenadora e Inquérito).

Parece-nos, ainda, importante sublinhar que os custos com recursos humanos são assegurados, na sua totalidade, até final de 2015, pelo financiamento do Programa Escolhas e consomem a maior parte da verba disponibilizada ao projeto. Não consideramos que exista aqui uma restrição à implementação do projeto, mas esta situação poderá vir a comprometer o seu prolongamento. O Catapulta responde a necessidades e problemas que requerem uma intervenção profunda e alargada no tempo, que idealmente deveria estender-se para lá de 2015, ano em que termina o financiamento do Programa Escolhas (Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas). Por essa razão, parece-nos que os custos com recursos humanos e a sua dependência de financiamento externo devem ser tidos em conta numa análise futura.

Do exposto, conclui-se que o cumprimento dos objetivos que o Catapulta inicialmente traçou pode estar a ser condicionado pela insuficiência de recursos humanos, pois um maior número de técnicos permitiria um acompanhamento mais individual aos jovens e, possivelmente, melhores resultados em termos de diminuição do insucesso escolar e desenvolvimento de competências.

c) Viabilidade de recursos tecnológicos

Como já referido no início desta seção, os recursos tecnológicos necessários para a execução da maioria das atividades e para a gestão corrente do projeto (computadores, máquina fotográfica, material de vídeo e gravador, entre outros) foram garantidos pelo financiamento do Programa Escolhas.

No entanto, em algumas atividades realizadas fora do espaço do projeto verificaram-se constrangimentos que inviabilizaram o sucesso da intervenção ao nível das TIC. O Catapulta desloca-se a algumas escolas do Agrupamento Alexandre Herculano para trabalhar as competências dos alunos na área das TIC em contexto de turma, com o objetivo de complementar e facilitar o trabalho da escola, mas por vezes estão disponíveis apenas 4 computadores para um grupo de 30 alunos, segundo informação recolhida junto dos técnicos. Esta insuficiência de recursos é um obstáculo ao trabalho a desenvolver com os jovens e reflete-se nas grelhas de avaliação utilizadas pelo projeto para aferir quantos participantes adquiriram competências na área das TIC: com efeito, este foi um dos campos em que os objetivos inicialmente traçados não foram cumpridos.

Assim, consideramos que existem restrições de implementação relacionadas com a viabilidade de recursos tecnológicos, que contribuíram para uma das falhas encontradas no projeto: o resultado previsto para o desenvolvimento de competências na área das TIC não se concretizou.

d) Disponibilidade de conhecimento relevante

Como já demonstrado anteriormente, os profissionais do projeto têm formação de base em áreas distintas, o que potencia a complementaridade e a partilha de conhecimentos entre a equipa. Por outro lado, em projetos como o Catapulta o conhecimento obtido através de experiências semelhantes, com jovens da mesma faixa etária noutras comunidades, é extremamente relevante e a equipa conta com técnicos que já atuaram noutros contextos vulneráveis (Coordenadora).

Algumas atividades exigem formação específica numa determinada área, como é o caso da Rádio, que está integrada num projeto internacional, o Radio

Active 101. A técnica responsável por esta atividade recebeu formação no âmbito desse projeto, para que pudesse desempenhar as suas funções e transmitir o conhecimento aos jovens de forma adequada e delegar neles algumas tarefas.

Por outro lado, o facto de o Catapulta estar integrado numa rede de projetos semelhantes ao nível nacional (Programa Escolhas), com regras e eventos próprios, facilita a partilha de conhecimento e boas práticas com as equipas dos outros projetos, bem como as parcerias para determinadas atividades (por exemplo, o torneio de futebol anti-racista contou com equipas oriundas de outros projetos do Programa Escolhas).

Apesar das dificuldades sentidas pelos técnicos em encontrar estratégias de intervenção com os jovens que sejam adequadas e eficazes, não consideramos que existam restrições ao nível da disponibilidade de conhecimento relevante. As informações recolhidas nas entrevistas e através do trabalho de observação indicam que esta dificuldade é característica de projetos que intervêm com as faixas etárias em questão e em contextos vulneráveis.

e) Restrições orçamentais

Por ser um projeto financiado por uma entidade externa, o Catapulta encontra à partida algumas restrições orçamentais, que se prendem com o facto de nem todos os custos do projeto serem elegíveis para o financiamento do Programa Escolhas.

Nos casos de não elegibilidade dos custos, terá de ser a entidade promotora ou os parceiros a disponibilizar o financiamento. Sendo a entidade promotora uma entidade sem fins lucrativos, as estratégias encontradas para implementar atividades não financiadas têm sido a aposta em parcerias, a

participação noutros projetos/programas/atividades financiadas – por exemplo, a participação de 8 jovens num intercâmbio financiado por um programa da Comissão Europeia – e a escolha de atividades ou espaços com entrada gratuita (por exemplo, patinagem no gelo na época do Natal, os jardins do Palácio de Cristal, entre outras). A aposta do Catapulta passa, como pudemos observar, por evitar custos de deslocação sempre que possível, optando-se por realizar atividades em locais próximos da Sé, onde seja conveniente para os jovens chegar a pé.

Por outro lado, o facto de o projeto ter sido desenhado de forma a assentar numa lógica de partilha de recursos com outras instituições existentes na comunidade assegura-lhe sustentabilidade e evita alguns custos (Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas e Documento de Avaliação dos Parceiros).

Considera-se que neste domínio não houve restrições orçamentais de implementação que comprometessem o cumprimento dos objetivos traçados pelo projeto. Mas sublinha-se, uma vez mais que, em certa medida, este sucesso deve-se ao facto de ter existido um financiamento que cobriu quase na totalidade os custos com os recursos humanos e a maior parte dos recursos materiais e tecnológicos. Assim, tudo parece indicar que será inviável manter a estrutura do projeto e os objetivos que o norteiam sem um financiamento externo.

f) Normas sociais

No que diz respeito às normas sociais, são particularmente relevantes, neste contexto, aquelas que reduzem o valor atribuído à educação e ao conhecimento, afetando decisões tomadas pelos jovens e condicionando os seus comportamentos. Com efeito, a intervenção ao nível da mudança de

comportamentos, valores e atitudes dos jovens no espaço do projeto e nas relações com técnicos e colegas tem sido uma das principais preocupações da equipa técnica do projeto, pois sem ultrapassar essas barreiras não se afigura possível intervir em questões mais profundas como o insucesso escolar e o comportamento na escola, em particular com os professores. Como refere um dos técnicos, é necessário que haja uma consciencialização dos jovens “de que há formas de relacionamento diferentes daquelas que os jovens mantêm com outros adultos (familiares e professores)” (Inquéritos). A equipa considera que já houve mudanças a este nível e que alguns dos jovens já constataram que existem “outras formas de estar”, mudaram a forma como interagem entre si e aprenderam a dar mais valor à escola. No entanto, as normas sociais têm, neste caso concreto, de ser consideradas uma restrição à implementação do projeto, pois determinam comportamentos e atitudes que dificultam a intervenção com os jovens e respetivas famílias.

Finda a análise dos vários campos relativos à viabilidade de recursos - recursos materiais, humanos, tecnológicos, normas sociais, conhecimento e restrições orçamentais - conclui-se que existiram algumas restrições de viabilidade que podem ter determinado as falhas encontradas no projeto. A coordenadora do Catapulta considera que a maioria das restrições de implementação do projeto são restrições de viabilidade.

Contudo, afigura-se relevante ressaltar que o projeto tem procurado estratégias alternativas para colmatar lacunas ao nível dos recursos humanos, recursos materiais e financiamento. Como referido pela equipa técnica em entrevista e nos Relatórios de Avaliação do Projeto Catapulta, tem-se verificado uma constante reorientação e adaptação das estratégias de intervenção e do

modo de funcionamento do projeto, com vista a garantir o cumprimento dos objetivos traçados e o sucesso da intervenção junto dos jovens.

5.2 Restrições de Racionalidade Individual

As restrições de racionalidade individual estão relacionadas com a falta de envolvimento dos participantes no projeto. Para que os beneficiários participem, o projeto tem de desenhar uma estrutura de incentivos que faça com que estes considerem que têm mais vantagens em participar do que em ficar de fora (Mendes,2006).

Para a avaliação deste tipo de restrições vamos considerar três grupos de intervenientes no projeto: equipa técnica (coordenador e técnicos), parceiros e beneficiários. Cada um dos grupos referidos assume um papel específico na dinâmica do projeto (Gomes, 2013) e a sua atuação é conduzida por diferentes tipos de motivações e incentivos, que merecem ser analisados.

a) Equipa técnica

No que diz respeito à equipa técnica, entendemos que seria relevante perceber quais as motivações que conduziram cada técnico no desempenho da sua função e se existiu apoio e orientação por parte da coordenadora. Por outro lado, será importante também ter em conta a satisfação dos técnicos em relação à sua remuneração, à luz do horário, volume e tipo de trabalho que desenvolvem. Como já vimos anteriormente, as características do projeto obrigam à adaptação dos horários de trabalho dos técnicos à disponibilidade dos participantes e às exigências e eventos dinamizados pelo financiador (Programa Escolhas). Esta flexibilidade que é exigida aos técnicos, aliada à

questão da remuneração, pode constituir um fator de desmotivação, embora o inverso também se possa verificar. Com efeito, há algumas razões que podem ser elementos de motivação para a equipa: o projeto cria postos de trabalho na área social, no centro da cidade do Porto; é também uma oportunidade de participar numa intervenção social com características distintivas (que foram opção da entidade promotora), tal como referido por alguns dos técnicos nos inquéritos; e envolve a participação num Programa com grande expressão a nível nacional.

Esta consideração aplica-se também aos estagiários do Catapulta. Como já referimos, pelas características específicas deste projeto, nomeadamente o número e diversidade de ações a desenvolver e o horário praticado, torna-se necessário garantir uma equipa multidisciplinar e um elevado número de técnicos e estagiários curriculares, sob pena de não serem atingidos os objetivos propostos. Para os estagiários, a participação num projeto com a metodologia do Catapulta e que atua em tantas áreas distintas constitui-se como uma oportunidade de aprendizagem e consolidação dos conhecimentos adquiridos no âmbito das suas licenciaturas e mestrados, como referido por um dos parceiros na avaliação (Documento de Avaliação dos Parceiros). Por outro lado, permite-lhes ganhar competências que podem vir a revelar-se vantajosas para experiências profissionais futuras. Assim, no que diz respeito aos estagiários do projeto, são vários os fatores que poderão estar na base da sua motivação.

Um fator de desmotivação referido pelos técnicos nos inquéritos prende-se com o facto de os participantes desvalorizarem o trabalho da equipa ou não aderirem às atividades: “quando são preparadas atividades que pensamos que irão ser aceites e aproveitadas e, no entanto, tal não acontece e os participantes não aproveitam essas atividades” (Inquéritos). Nestes casos, a coordenação intervém no sentido de motivar a equipa, como explica a coordenadora em entrevista: “muitas vezes dou por mim a motivar os meus colegas para

conseguirem continuar a usar esta estratégia, ou adotar outra, ou repensar estratégias, que muitas vezes eles não conseguem adotar por alguma razão” (Coordenadora).

Outro fator mencionado, a par da desvalorização já referida, é a dificuldade na obtenção de resultados: “O que é mais desmotivante é quando parece que o nosso trabalho não dá resultados, não conseguimos ver evoluções, mas, pior, quando os jovens com quem trabalhamos não parecem valorizar o que fazemos” (Inquéritos).

Na mesma linha, um dos técnicos do projeto aponta como fator de desmotivação “a clara noção de que o nosso trabalho é uma gota de água e que seriam necessárias outras ferramentas para marcar mais a diferença” (Inquéritos).

Ainda no âmbito da análise dos incentivos e motivações da equipa técnica, recolhemos a opinião dos técnicos no que diz respeito à disponibilidade e flexibilidade horária que é exigida pelo projeto e pelos compromissos com o Programa Escolhas. A maioria dos elementos considera esta exigência do Catapulta justificada, como demonstram os testemunhos recolhidos: “Na relação com o projeto especificamente há uma boa facilidade em articular e flexibilizar horários tendo em conta a execução das atividades e a manutenção do horário do projeto” (Inquéritos); e “em determinados momentos e tendo em conta o tipo de intervenção que é esperada (e a que nos propomos) parece-me que é adequado ser disponível e flexível em relação ao horário” (Inquéritos).

Já no que diz respeito às exigências do Programa Escolhas, as opiniões não vão no mesmo sentido: “em alguns casos parece não haver uma noção da realidade tendo em contas as funções e tarefas distribuídas e o que é o horário real/número dos técnicos a trabalharem” (Inquéritos); e “dada a remuneração e

algumas solicitações (de caráter quase obrigatório) que a equipa vê como desnecessárias parece-me desproporcionada essa exigência” (Inquéritos).

Do exposto conclui-se que as restrições de racionalidade individual da equipa técnica poderão assumir alguma relevância, embora não condicionem diretamente a realização das atividades planeadas, pois não se verifica a não realização de ações por falta de flexibilidade/adaptação dos técnicos do projeto. Muito pelo contrário, segundo aquilo que nos foi possível observar, percebe-se que a equipa articula muito bem a disponibilidade individual dos seus elementos, tendo sempre presente o compromisso assumido tanto com os participantes e objetivos do projeto, como com as regras e dinâmicas impostas pelo financiador.

Assim, entendemos que as restrições de racionalidade individual deste grupo de intervenientes não constituem fatores explicativos das falhas de implementação encontradas.

b) Entidades parceiras

O Catapulta é constituído por um Consórcio que engloba diferentes tipos de entidades que atuam na área geográfica do projeto e instituiu ainda outras parcerias, o que permite um trabalho conjunto de intervenção comunitária (Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas e Documento de Avaliação dos Parceiros).

Na análise das restrições de racionalidade individual deste grupo, iremos ter em conta alguns pontos explorados na avaliação dos parceiros sobre o Catapulta, que permitem avaliar o seu ponto de vista e envolvimento no projeto, bem como a relação existente entre estas entidades e a entidade

promotora. Os pontos são os seguintes (Documento de Avaliação dos Parceiros):

- Impacto do projeto na instituição parceira
- Contributos da instituição parceira para o desenvolvimento das atividades do projeto
- Impacto do Catapulta na comunidade

O grupo de entidades parceiras é bastante diversificado, pelo que encontramos diferentes tipos de benefícios retirados da participação do projeto: em alguns casos, as entidades retiram vantagens diretas da parceria do ponto de vista institucional (divulgação, alargamento de público, dinamização de atividades); noutros, são os beneficiários da sua atividade corrente que saem a ganhar por terem acesso a outro tipo de oportunidades.

Começamos por analisar os casos em que a colaboração com o Catapulta e a oportunidade de haver uma atuação concertada assumem-se como uma ferramenta do trabalho realizado diariamente pela entidade ou como um complemento à sua intervenção. Temos, neste campo, o exemplo da CPCJ Porto Ocidental, que encontra no projeto uma resposta para alguns dos casos que acompanha. Como já referido anteriormente, muitos dos participantes do Catapulta são reencaminhados por esta entidade e o seu envolvimento no projeto chega a ser recomendado: “há casos em que na medida de promoção ou suspensão aplicada pela Comissão estava lá explícito que o jovem devia frequentar o projeto Catapulta” (Coordenadora).

A referida entidade vê o Catapulta como um “projeto estruturante no desenvolvimento dos jovens, possibilitando-lhes a descoberta de novas leituras do quotidiano através de atividades criativas, de forma a promover a cidadania, a reflexão e a inovação como fatores determinantes do seu trajeto de vida”

(Documento de Avaliação dos Parceiros). Considera, ainda, que a equipa é de excelente qualidade técnica e humana e que dá uma resposta eficaz e atempada aos pedidos de integração formulados pela CPCJ, bem como um “excelente acompanhamento personalizado de todas as crianças que integram o projeto, demonstrativo de uma prática profissional da equipa de qualidade, além de teoricamente sustentada” (Documento de Avaliação dos Parceiros).

No que diz respeito ao impacto do projeto na comunidade, a CPCJ Porto Ocidental entende que o Catapulta “trabalha o sentimento de pertença da comunidade, valorizando o coletivo local e dotando os jovens de instrumentos que lhes permitem identificação territorial positiva; engloba familiares e entidades do território nas atividades desenvolvidas; promove um novo olhar sobre a comunidade, superando/rompendo com preconceitos existentes” (Documento de Avaliação dos Parceiros). Contudo, ressalva que há necessidade de mais recursos humanos e espaços de trabalho.

Também o Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano se enquadra neste grupo, pois são os seus alunos que beneficiam da intervenção. Ponto forte: “apoio aos alunos no âmbito do seu processo educativo”. O mesmo acontece com a Direção Regional Norte do Instituto Português do Desporto e Juventude – Porto (DR Norte IPDJ), que classifica como pontos fortes do projeto “o apoio escolar e lúdico no período pós-letivo, a ocupação dos tempos livres nas férias escolares e o contributo para o desenvolvimento e integração dos jovens na comunidade” (Documento de Avaliação dos Parceiros).

Nesta categoria de casos, percebe-se que existe um incentivo para a participação dos parceiros no projeto, pois ainda que a entidade não beneficie diretamente da parceria, a intervenção por si realizada em benefício dos jovens e respetivas famílias está a ser reforçada, aumentando as suas probabilidades de sucesso.

Diferentemente, com outros parceiros verifica-se que existem benefícios diretos para a entidade parceira – um bom exemplo neste campo é a parceria com a Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti (ESEPF), da qual provêm os estagiários curriculares do projeto. No entender da instituição, o ponto forte do Catapulta “prende-se com a possibilidade de espaço de formação/aprendizagem dos estudantes relativamente a contextos de intervenção comunitária (...) Por outro lado, a possibilidade de aliar diferentes eixos do projeto à formação avançada com projetos de Mestrado torna o projeto mais interessante em termos de formação” (Documento de Avaliação dos Parceiros).

Também o Teatro de Marionetas do Porto beneficia, do ponto de vista institucional, da parceria com o Catapulta, através da vertente da formação de público para as artes. A entidade parceira considera que há por parte do projeto uma “forte sensibilização do trabalho que o Teatro de Marionetas do Porto faz para algumas pessoas” e a possibilidade de “descoberta do espaço/teatro” (Documento de Avaliação dos Parceiros).

Já o CCOP considera que, graças ao trabalho desenvolvido com o Catapulta, verificou-se um “rejuvenescimento do tecido associativo, a criação de novas áreas de formação dentro da Associação, um fortalecimento de estruturas vizinhas e conseqüente fortalecimento do CCOP”, sendo que “o número de frequentadores da Associação bem como os seus Associados cresceu perto de 30% num ano” (Documento de Avaliação dos Parceiros).

Assim, são visíveis os incentivos para a participação das entidades parceiras, sejam estas motivadas por benefícios para a instituição em si, para os seus beneficiários ou para a comunidade em geral.

Contudo, na avaliação realizada pelos parceiros foi também referida a insuficiência de recursos como ponto fraco do projeto, sem prejuízo de os

parceiros considerarem que a equipa técnica é competente e realiza um excelente trabalho. Estas observações podem ser entendidas com oportunidades de melhoria para o Catapulta, mas não parecem constituir um fator de desmotivação para os parceiros ao ponto de comprometer o cumprimento dos objetivos do projeto.

Na resposta aos inquéritos, a maioria dos técnicos considera que as entidades parceiras cumprem o seu papel e contribuem para a prossecução dos objetivos do projeto, mas um dos elementos refere que “há um grupo de parceiros que cumpre o seu papel acima das expectativas, compreendendo e contribuindo para a prossecução dos objetivos. Há outro grupo que se limita a estar de corpo presente e cumprir as obrigações mínimas de viabilização do projeto (assinar os relatórios e planos de atividades)” (Inquéritos).

Do exposto, conclui-se que existe uma boa articulação entre o Catapulta e as suas entidades parceiras e que neste grupo de intervenientes não existem restrições de racionalidade individual que condicionem a implementação do projeto. Pelo contrário, percebe-se que existe interesse e preocupação em contribuir para o desenvolvimento comunitário, sendo que mesmo as avaliações menos positivas prendem-se com essa questão: os parceiros entendem que o trabalho relevante desenvolvido pelo Catapulta beneficiaria com um reforço dos recursos humanos do projeto, por permitir alargar a intervenção e garantir ainda mais impacto nas atividades realizadas. Assim, consideramos que os parceiros estão motivados para colaborar no projeto e que acreditam na intervenção levada a cabo pelo Catapulta, disponibilizando recursos e honrando os compromissos assumidos.

c) Beneficiários

A análise dos incentivos dos beneficiários foi feita recorrendo ao cruzamento de elementos recolhidos através de diferentes instrumentos - entrevistas aos jovens, entrevista à coordenadora, inquéritos aos técnicos do projeto, relatórios de avaliação do projeto, documento de avaliação do projeto por parte dos jovens e uma componente de observação.

Através das entrevistas realizadas (Anexo IV) e da avaliação que os participantes fizeram do projeto, temos acesso à perspetiva dos jovens sobre os domínios em que o Catapulta os tem ajudado, que passamos a apresentar: ajuda com as notas, ajuda no comportamento, um sítio onde podem conhecer pessoas novas, onde podem fazer atividades diferentes das que costumam fazer no dia-a-dia, ir a sítios novos (por exemplo, Amarante), um local onde podem aprender sobre os outros e o mundo (Documento de Avaliação dos Jovens). Os jovens consideram que o projeto é um lugar onde se sentem bem, onde podem estar com os amigos, onde se sentem apoiados nas dificuldades, onde aprendem. No entanto, dos jovens que responderam ao inquérito de avaliação distribuído pelo projeto, apenas uma minoria sente que o projeto é um espaço onde a sua opinião é importante. Quanto às sugestões de melhoria do projeto, a maior parte prende-se com questões logísticas relativas ao espaço do projeto (por exemplo, arranjar o teto da sala da rádio ou ter um espaço maior) e com a vontade dos jovens terem mais atividades desportivas ao seu dispor.

Do que se expôs no último parágrafo e também em seções anteriores, podemos concluir que os principais incentivos para a participação dos beneficiários são a diminuição da desocupação, o convívio com outros jovens e a criação de laços entre o grupo, a existência de atividades adequadas às faixas etárias em questão e direcionadas para os interesses dos jovens, o facto de a participação no projeto não implicar custos e proporcionar oportunidades a que

de outra forma não teriam acesso e, ainda, o facto de o espaço do projeto e a maioria das atividades decorrerem na zona geográfica onde os jovens vivem. Por outro lado, o apoio e a articulação com entidades como a escola e a CPCJ e o apoio prestado às famílias também terá a sua influência, como ficou demonstrado na entrevista com a coordenadora e nos relatórios de avaliação do projeto, embora este seja um elemento não mencionado pelos jovens quando avaliam o projeto.

A equipa do projeto considera que os principais incentivos para os jovens frequentarem o projeto são os seguintes:

- “a possibilidade de usufruírem de experiências a que de outra forma não teriam acesso, saberem que têm um “*backup*” de ajuda tanto na parte escolar como também na sua vida pessoal, o sentimento de conforto e segurança do espaço do projeto e a possibilidade de poderem idealizar e realizar alguns dos seus projetos” (Inquéritos);

- “a maior motivação que têm para participar no projeto é manterem convívio uns com os outros e também estarem mais “protegidos” contra o tédio de não terem atividades organizadas na rua ou em casa” (Inquéritos);

- “terem um espaço onde convivem com os amigos e onde realizam atividades, algumas do seu agrado, outras não” (Inquéritos);

- “todas as nossas atividades que são gratuitas, o nosso apoio e o facto de eles serem os próprios intervenientes do projeto” (Inquéritos);

Procuramos também perceber junto dos técnicos se os participantes reconhecem mais-valias ao projeto e concluímos que toda a equipa entende que sim, embora ressalve que os jovens nem sempre o demonstram: “Julgo que os jovens reconhecem que somos uma equipa esforçada e interessada no seu bem-estar”; “Em momentos ocasionais sim, no dia-a-dia pode se não notar muito,

mas em momentos especiais eles conseguem ter essa percepção. Por outro lado, e mesmo sabendo que podem não o reconhecer agora, sabemos que no futuro eles irão perceber a diferença que fez a sua participação no projeto” (Inquéritos).

Analisar os incentivos para os jovens participarem no projeto como um todo não dispensa que se analise a sua adesão a atividades específicas. E se é verdade que parecem não existir restrições de racionalidade individual que condicionem a implementação do projeto em si, pois os jovens participam e gostam do espaço, da equipa e do que o Catapulta lhes proporciona, o mesmo não se pode dizer de algumas ações previstas no plano de atividades e que visam contribuir para o alcance dos objetivos e resultados traçados. São exemplos desta dificuldade atividades como:

- as TIC, porque os jovens já têm acesso à internet no telemóvel ou em casa, ficando sem incentivos para utilizar os computadores no espaço do projeto;

- a formação de público para as artes, que inclui atividades como idas ao teatro e visitas a museus, e onde os jovens não demonstram muita predisposição para participar (Relatório de Avaliação Final, 2013 e Relatório de Avaliação Intercalar, 2014);

- as atividades que visam promover a cidadania ativa e o trabalho a favor da comunidade, onde a equipa encontra muita resistência por parte dos jovens, que não percebem o objetivo e a lógica de trabalharem em prol de uma comunidade (ainda que seja a sua) e dos outros (Coordenadora e Relatório de Avaliação Final, 2013 e Relatório de Avaliação Intercalar, 2014).

Assim, conclui-se que foram também restrições de racionalidade de individual dos jovens que estiveram na base das principais falhas encontradas na prossecução dos objetivos do projeto. Porém, continuando o projeto até final

de 2015, parece haver ainda possibilidade de se corrigirem as falhas encontradas. A equipa já vai pensando em estratégias alternativas, que tragam mais incentivos aos participantes: por exemplo, no caso das TIC, apostar mais em atividades que não dependam de computadores fixos no espaço do projeto e passem pela utilização de ferramentas multimédia (vídeo e fotografia) em locais públicos (Relatório de Avaliação Final, 2013 e Relatório de Avaliação Intercalar, 2014). No que diz respeito à diminuição do insucesso escolar e ao desenvolvimento de competências nos participantes, a aposta no trabalho com a faixa etária dos 11 – 13 anos que tem vindo a ser feita em 2014 pode ditar resultados mais positivos no final do ano e em 2015, pois nestas idades revela-se mais fácil mudar comportamentos, atitudes e valores (Coordenadora) e a situação, em termos de insucesso escolar, ainda não está tão avançada como na faixa etária dos 14 – 18 anos.

5.3 Restrições de Compatibilidade de Incentivos

Na sequência da análise da estrutura de incentivos do projeto, cumpre ainda verificar se esses incentivos provocam nos intervenientes comportamentos compatíveis com os objetivos inicialmente traçados pelo projeto (Mendes, 2006).

Por outras palavras: nesta subseção iremos analisar se as falhas de implementação encontradas no projeto - não cumprimento dos resultados traçados para a diminuição do insucesso escolar, desenvolvimento de competências pessoais e/ou sociais e/ou cognitivas e/ou morais e desenvolvimento de competências na área das TIC - têm na sua base a adoção por parte dos intervenientes do projeto (equipa técnica, parceiros e beneficiários) de comportamentos não condizentes com os objetivos do projeto. Esta situação tende a ocorrer quando há informação assimétrica e dificuldade

da entidade responsável pelo projeto em acautelar os comportamentos oportunistas que este pode ocasionar – ou seja, a entidade responsável pode ter dificuldades em monitorizar eficazmente o modo como os beneficiários do projeto dão uso aos recursos que este disponibiliza (Gomes, 2013).

a) Equipa do projeto

Dada a horizontalidade que caracteriza a gestão do Catapulta, tomamos a opção de considerar na análise das restrições de compatibilidade de incentivos a equipa como um todo e não cada elemento individualmente. Com efeito, foi várias vezes referido pela coordenadora que todos os técnicos têm igual acesso à informação sobre o projeto e que as questões que surgem são semanalmente discutidas em reunião com toda a equipa presente (Coordenadora e Relatórios de Avaliação do Projeto, 2013 e 2014).

Não obstante, reservaremos algumas linhas para analisar a importância do papel da coordenadora para a equipa técnica, bem como o seu comportamento no desempenho das suas funções, e utilizaremos, para além das entrevistas, opiniões recolhidas através da realização de inquéritos individuais aos técnicos do projeto.

Conforme referido pela coordenadora em entrevista, informação que pudemos confirmar através da observação e da recolha de opinião dos técnicos nos inquéritos, tem sido necessária uma frequente reorientação de estratégias para manter os jovens motivados para participar no projeto. A equipa aceita esta situação, vendo esta mudança constante como “um fator necessário” e “uma aprendizagem e um desafio” (Inquéritos).

Por outro lado, concluímos que tem-se revelado mais fácil para a coordenadora criar ligações afetivas com os jovens e, conseqüentemente, ter

mais sucesso na relação com eles e motivá-los para as atividades (Coordenadora). Neste campo, a coordenadora sente-se responsável por apoiar e orientar os colegas, para que estes não se sintam desmotivados e consigam também motivar os jovens para a realização das atividades, como já foi referido anteriormente.

Embora se verifique, em algumas situações, divergências de opinião entre técnicos e coordenação, como referido por um elemento da equipa, consideramos que tal não condicionou a motivação nem o comportamento dos recursos humanos e que nenhuma das partes atuou de forma a pôr em causa intencionalmente o cumprimento dos objetivos do projeto.

Na relação com os parceiros, destaca-se a estabilidade e boa qualidade nos serviços desempenhados pelos técnicos do projeto: “A equipa Catapulta é ideal para trabalhar com estes jovens e as suas famílias. A forma como incentivam os jovens e se preocupam em promover as suas capacidades vai muito além da relação profissional. Há uma preocupação genuína e assertiva que faz com que o Catapulta tenha uma identidade forte e seja um espaço onde nos sentimos bem” (Documento de Avaliação dos Parceiros). O principal problema apontado pelos parceiros é, como referido anteriormente, a necessidade de haver mais recursos humanos para a quantidade de ações realizadas e mais espaços disponíveis para as atividades.

Ressalvamos que aqui está também incluída a coordenadora: a proximidade com os jovens permite uma intervenção mais eficaz; a preocupação em redefinir estratégias para ir ao encontro das necessidades dos jovens é um exemplo de competência e compromisso com os objetivos do projeto, pois segundo Mendes (2006), o seu cumprimento não é possível sem a adesão e motivação dos participantes. Por outro lado, a atenção que a equipa dedica a cada participante e a intervenção individual através de momentos de

conversa informais revelam-se cruciais para desencadear processos de mudança social.

Assim, conclui-se que não se verifica em nenhum dos elementos da equipa técnica a adoção intencional de comportamentos que ponham em causa a prossecução dos objetivos do projeto, isto é, não foram encontradas restrições de compatibilidade de incentivos neste grupo de intervenientes.

b) Entidades parceiras

Como já tivemos oportunidade de referir, as entidades parceiras que constituem o consórcio têm contribuído para o cumprimento dos objetivos do projeto de diversas formas. As parcerias foram pensadas de forma a garantir a realização de determinadas atividades e uma rentabilização dos recursos existentes na área geográfica. Passamos a analisar os contributos de cada parceiro, sob o seu ponto de vista, através de informação recolhida no Documento de Avaliação dos Parceiros.

RadioActive

A RadioActive tem contribuído para a evolução do Catapulta no âmbito da educação não-formal, disponibilizando apoio e formação. Conforme referido por este parceiro, a rádio tem sido utilizada “ para possibilitar um melhor nível de acesso às tecnologias, à capacidade de expressão e melhoria dos níveis de auto-confiança dos jovens” (Documento de Avaliação dos Parceiros).

Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano

O Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano demonstra disponibilidade e abertura para trabalhar em conjunto com o Catapulta, nomeadamente através da articulação com docentes para implementação de atividades (por exemplo, nas disciplinas de TIC e de Cidadania). Disponibiliza, ainda, documentação (dados sobre alunos) e dados dos diretores de turma ao projeto (Documento de Avaliação dos Parceiros).

Escola Alexandre Herculano

A Escola Alexandre Herculano colabora através da prestação de apoio logístico, de diagnoses e recursos materiais (Documento de Avaliação dos Parceiros).

CCOP

Este parceiro contribui através da cedência de instalações (biblioteca, polivalente, auditório, campo exterior) e providencia formação na área de Teatro e Cinema, bem como apoio técnico e logístico nas áreas artísticas (Documento de Avaliação dos Parceiros).

ESEPF

Nas palavras desta entidade, a ESEPF tem contribuído para o Catapulta “pela cedência de espaços e/ou materiais; pela articulação com docentes de diferentes áreas de especialização; pela criação de momentos de formação da Escola de diferentes iniciativas do projeto; pela inserção de estagiários e

estudantes de Mestrado; pela criação de um Bolsa de Voluntários; pela divulgação de atividades do Projeto” (Documento de Avaliação dos Parceiros).

Associação de Solidariedade da Zona das Fontainhas

Este parceiro colabora com o projeto através da cedência de instalações e apoio técnico por parte da sua equipa (Documento de Avaliação dos Parceiros).

Movimento SOS Racismo (entidade promotora do Catapulta)

No que diz respeito à entidade promotora do Catapulta, um dos contributos para o projeto prende-se com o facto de a imagem da instituição promotora poder assumir-se como um fator de validação do projeto. Adicionalmente, o Movimento SOS Racismo faz a divulgação de atividades e o contato com instituições externas para o desenvolvimento de atividades (Documento de Avaliação dos Parceiros).

DR Norte IPDJ – Porto

No que concerne a este parceiro, destaca-se a disponibilidade para os jovens participarem nas atividades e programas promovidos pelo IPDJ, que são, sempre que possível, gratuitas. Por outro lado, é garantido apoio ao projeto “através de recursos técnicos e logísticos, como por exemplo informação e apoio técnico nos programas do IPDJ, cedência de instalações e equipamento, disponibilidade do formador de fotografia e artes plásticas para dinamizar oficinas, informação das atividades através das reuniões de consórcio e envio de newsletter” (Documento de Avaliação dos Parceiros).

Teatro de Marionetas do Porto

Com este parceiro foi realizado um trabalho de parceria, através de projeto de criação “Quem sou eu?” (Documento de Avaliação dos Parceiros).

Casa do Infante/Arquivo Histórico Municipal do Porto

No âmbito da parceria com a Casa do Infante, destaca-se a participação do Catapulta no projeto O MEU PORTO É PATRIMÓNIO MUNIDIAL, que contou com “quatro sessões (duas sessões nas instalações do projeto Catapulta e duas sessões na Casa do Infante) e uma exposição final dos trabalhos em parceria com 28 turmas de escolas do Porto”. Por outro lado, verifica-se também a participação do Catapulta em atividades educativas gratuitas organizadas pelo Serviço Educativo da Casa do Infante (Documento de Avaliação dos Parceiros).

CPCJ Porto Ocidental

O contributo da CPCJ consiste na colaboração no acompanhamento das crianças integradas no projeto, que é feita com base num trabalho em rede com a equipa, e nas reuniões do consórcio (Documento de Avaliação dos Parceiros).

A opinião dos técnicos do projeto vai no sentido de que o trabalho dos parceiros tem sido importante para o cumprimento dos objetivos do projeto, embora considerem que ainda existe margem para uma maior contribuição: “seria interessante que alguns parceiros contribuíssem de forma mais intensa nos aspetos materiais (com a disponibilização de transportes, equipamentos, cedência de espaços) e também ao nível de recursos humanos especializados (consultas de psicologia, dinamizadores de atividades específicas artísticas e

desportivas). Também seria interessante algum apoio ao nível da definição de estratégias mais regular (orientação e supervisão por parte de pessoas habilitadas)” (Inquéritos).

Assim, não foram encontradas restrições de compatibilidade de incentivos neste grupo de intervenientes.

c) Beneficiários

Antes de mais, para proceder a esta análise revela-se necessário recordar que a finalidade do Catapulta é “promover a inclusão social de jovens da freguesia da Sé e zonas adjacentes, apoiando-os na construção do seu percurso escolar ou profissional e desenvolver as suas competências pessoais e sociais, valorizando a sua origem e identidade” (Relatório de Avaliação Final, 2013 e Relatório de Avaliação Intercalar, 2014).

Nesta subsecção, vamos analisar se os participantes do projeto adotaram comportamentos de cooperação com as ações desenvolvidas pelo Catapulta com vista a atingir a finalidade do projeto.

Analisando a informação recolhida nas entrevistas aos jovens, à coordenadora e nos inquéritos realizados à equipa do projeto, fica claro que os participantes são muito resistentes à inovação e a tudo o que seja para eles uma “novidade” (Inquéritos e Coordenadora), obrigando a que os processos que visam desencadear mudança e desenvolvimento de competências sejam muito negociados, com inúmeras concessões, e por isso se tornem marcadamente demorados. Com esta afirmação não se pretende por em causa a importância do diálogo com os jovens e de se ter em conta os interesses dos participantes nas atividades, mas antes constatar um facto: este tipo de atuação (que nem sempre

se verifica nos projetos sociais), pelas suas características, obriga a uma intervenção demorada, mas que pode revelar-se eficaz.

Neste momento de implementação do projeto ainda não existem dados para avaliar o impacto da intervenção, pelo que podemos apenas verificar que, de facto, os participantes são resistentes à mudança e a aceitar desafios, o que dificulta a implementação de algumas ações, como pudemos constatar através da observação e confirmar na entrevista à coordenadora e aos jovens: "...isso é das coisas mais frequentes que nós vemos nos nossos jovens: a não abertura à diferença, ao estranho, que muitas vezes prejudica-os e coloca-os mesmo em risco de exclusão social, por essa razão de se fecharem sobre si" (Coordenadora).

A resistência dos beneficiários condiciona os resultados alcançados no que diz respeito à diminuição do insucesso escolar. A coordenadora classifica a questão escolar como "caótica" e afirma: "A relação deles com a escola, com os professores, é muito má...(..) A escolaridade é tentar o mínimo, é estar até aos 18 anos porque é obrigatório, até lá faço da escola um ATL, ou faço qualquer coisa. Não levo a escola como espaço onde aprendo e onde é importante aprender, mas como um espaço onde estou porque sou obrigado. (...) A questão da motivação é muito importante e a motivação deles para a escola é zero. (...) A própria escola já não está a dar resposta aos problemas destes jovens, não está a conseguir adaptar-se aos interesses deles e adequar também a sua forma de ensinar".

A título de exemplo das dificuldades sentidas pela equipa na questão da diminuição do insucesso escolar, referimos a entrevista realizada a um dos jovens, onde este demonstra ter consciência das oportunidades que lhe são dadas pelo projeto, mas admite que não tira o devido partido delas:

“- Sentes que agora tens mais acompanhamento e orientação no teu percurso escolar?

- Sim, eu tenho acompanhamento, só que eu... é como se não estivesse interessado. (...) Não gosto de estudar. Gosto de ir para a escola, não gosto é de ir para as aulas.”

Nas restantes entrevistas realizadas aos participantes ficou demonstrado que estes têm consciência do apoio que o projeto lhes proporciona na melhoria do seu desempenho escolar e que gostam das estratégias motivacionais que o projeto utiliza para facilitar a sua aprendizagem e o estudo, mas acabam por não tirar muito proveito do acompanhamento que lhe é disponibilizado porque não têm interesse em investir no seu percurso escolar.

Contudo, mesmo nos participantes mais resistentes, já é possível verificar que o projeto desencadeou algum tipo de mudanças e estes encontram mais-valias no projeto (Inquéritos e entrevistas). Os técnicos do projeto conseguem identificar mudanças, essencialmente ao nível dos valores, do empenho, da opinião relativamente à escola, da constatação de que há outras formas de estar: “O projeto para os jovens e até mesmo para as famílias é muitas das vezes um grande agente da mudança e as famílias e jovens reconhecem essa importância, mas é claro que nem todos as pessoas querem ser mudadas. Neste sentido, um projeto que se depare com um jovem que não quer ser mudado não vai conseguir chegar até ele, pois já existe uma barreira que não permite a sua mudança” (Inquéritos).

E, ainda que os participantes não reconhecessem mais-valias ao projeto, elas existem, nem que seja pelo facto de não haver respostas alternativas para esta faixa etária no centro histórico do Porto – como, aliás, é referido pela coordenadora e pelos parceiros - o que dá origem a uma elevada taxa de desocupação entre os jovens. Com o Catapulta, estes passaram a ter acesso a

apoio ao estudo, a atividades desportivas, a atividades durante as férias letivas, a apoio no encaminhamento para a escola ou formação profissional e na orientação vocacional, entre muitas outras oportunidades.

Este fator pode potenciar comportamentos oportunistas – por exemplo, um jovem estar no espaço do projeto com os amigos, mas não querer participar nas atividades que estão a decorrer e perturbar o seu funcionamento. As considerações da coordenadora sobre esses casos vão no seguinte sentido:

“Se temos um projeto de intervenção, se somos um projeto que está a prestar um serviço a uma comunidade, nós não temos o direito de achar que os jovens estão (...) a aproveitar-se de algo (...) Nós muitas vezes definimos o espaço do projeto como um pólo de experiências positivas para os jovens. Imaginemos que eles vão para as atividades com intenção de se aproveitarem delas para estar com os amigos, sem quererem participar na atividade em si...Mas estão lá e nós daí só temos é que dar a volta e arranjar estratégias (...) É nesses momentos que eles também falam de coisas muito abertamente e que nós podemos ouvir e trabalhar com eles. O tema constante é a violência: pancadaria na escola, uma atitude de uma rapariga ou de um rapaz, a forma de vestir daquele e daquela, se tem umas sapatilhas de marca ou não tem. Isso são as conversas deles. Se vão ao encontro do nosso objetivo? Não, de forma alguma. Mas é importante que eles as tenham naquele espaço, em que nós ouvimos e podemos intervir”.

Embora esta seja a linha de orientação do projeto, quando há atividades específicas a decorrer nem sempre é possível para a equipa aceitar que haja jovens que não estejam a participar. Uma das técnicas considera que se há atividades de grupo e os jovens não querem participar e estão a perturbar os colegas, não devem estar no espaço do projeto. O plano de atividades do projeto é aprovado em assembleia de jovens e a sua construção é muito

participada, pelo que o natural será que os jovens queiram participar nas atividades que eles próprios sugeriram ou aprovaram. Até porque o plano de atividades não é implementado de forma rígida: ainda que uma atividade esteja prevista para um determinado dia e horário, pode ser alterada se houver razões que o justifiquem – por exemplo, se os jovens quiserem continuar a atividade anterior ou se surgir uma oportunidade que devam aproveitar, como pudemos constatar através do trabalho de observação desenvolvido.

Foi efetivamente referido pelos jovens em avaliação que este era um fator a melhorar no projeto: participantes que perturbem o funcionamento das atividades devem ser convidados a sair e a voltar apenas quando tiverem intenção de estar integrados e a cooperar (Documento de Avaliação dos Jovens).

Consideramos, pelo que analisamos nas entrevistas e pelas situações que pudemos observar, que a equipa aplica estratégias – como a negociação, a recompensa e a imposição de regras de funcionamento das atividades no espaço do projeto - para combater este tipo de comportamentos nos jovens e direcioná-los para o cumprimento dos objetivos a que o projeto se propôs.

5.4. Restrições de Implementação – Conclusões

Concluída a análise das restrições de implementação, já é possível determinar quais as fragilidades do projeto que podem ter originado as falhas encontradas e, conseqüentemente, condicionado a implementação do projeto à luz dos objetivos traçados, concretamente:

- Restrições de viabilidade em termos de recursos materiais (espaço do projeto e distância da população), recursos humanos (insuficiência de elementos na equipa e falta de adequação ao trabalho a realizar), recursos tecnológicos (insuficiência de recursos tecnológicos na escola onde o projeto

intervém) e normas sociais (condicionam comportamentos e atitudes dos jovens, dificultando a intervenção a outros níveis) são constrangimentos ao acompanhamento e atenção dispensada aos jovens e à realização de atividades, o que afeta os resultados relativos à diminuição do insucesso escolar e ao desenvolvimento de competências pessoais e/ou sociais e/ou cognitivas e/ou morais e na área das TIC);

-Restrições de racionalidade individual: verificaram-se restrições no grupo dos beneficiários, especificamente falta de interesse em participar em determinadas atividades ou prosseguir objetivos individuais que se refletem nos resultados do projeto, concretamente na diminuição do insucesso escolar e do desenvolvimento de competências pessoais e/ou sociais e/ou cognitivas e/ou morais;

- Restrições de compatibilidade de incentivos: tendem a verificar-se apenas entre o grupo dos beneficiários do projeto, mas não assumem especial relevância, uma vez que a equipa do Catapulta aplica estratégias que permitem contornar esta situação.

Apesar do projeto ainda estar a meio do seu período de implementação, consideramos pouco provável que algumas das fragilidades apontadas venham a ser corrigidas até final de 2015, porque constituem questões estruturais: não vai ser alargado o financiamento para pagar mais recursos humanos, não há verba para arrendar um novo espaço (Formulário de Candidatura ao Programa Escolhas) e, acima de tudo, os jovens que estão desmotivados e sem interesse em investir no seu percurso escolar não tenderão a mudar de atitude no espaço de 18 meses, porque as causas que estão por detrás dessa situação são muito profundas e a intervenção está a ser feita tardiamente, tornando a situação

praticamente irreversível em termos de percurso escolar (Coordenadora e entrevistas aos jovens).

Conforme já referido, tal não significa que a maior parte dos Resultados e Objetivos que o projeto se propôs atingir em 2015 não venham a ser cumpridos - desde logo os que se relacionam com as TIC, que até Junho de 2014 estavam em falha, mas que poderão ser atingidos através da implementação das novas estratégias pensadas pela equipa, que apontamos anteriormente. Contudo, há campos específicos, como a diminuição do insucesso escolar e o desenvolvimento de competências nos participantes, que estão a ser condicionados pelas restrições de implementação mencionadas e para os quais não se vislumbra uma solução fácil e imediata.

Neste ponto, afigura-se relevante lembrar as considerações da coordenadora sobre o facto de não terem sido atingidos os resultados propostos em termos de desenvolvimento das competências pessoais e/ou sociais e/ou cognitivas e/ou morais (estavam previstos 60 jovens e só foram abrangidos 42):

“O desenvolvimento das competências pessoais é a coisa mais profunda de uma intervenção, ou seja, nós podíamos perfeitamente assumir que se calhar bastava uma intervenção para haver uma consciencialização e desenvolvermos uma competência, mas na realidade não é assim. (...) Estamos a falar de coisas extremamente profundas, que não somos nós, que somos mínimos na vida dos jovens e daquela comunidade, que vamos conseguir fazer uma diferença imediata, muito menos em 18 meses (...).”

No entanto, se os 60 jovens que se previa alcançar não foram abrangidos, ao que tudo indica, porque os primeiros 18 meses de projeto foram um período de conquista da confiança dos jovens e de testar estratégias para posteriormente adotar as mais eficazes e adequadas, é possível que em final de 2015 o Catapulta atinja os resultados a que se propôs para o final do projeto.

Colocamos essa questão à coordenadora, que respondeu o seguinte: “À partida sim. Porque nós fomos mudando a nossa intervenção para incluir também uma intervenção primária junto dos jovens mais pequenos e nas crianças mais pequeninas torna-se um bocadinho mais fácil fazer essa intervenção do que nos adolescentes. Ou seja, para nós, 42 em 60, sendo a maioria deles adolescentes, é um sucesso enorme”.

Assim, e uma vez que, como referido, o Catapulta está a começar a concentrar a sua intervenção em jovens mais novos, com os quais se tem revelado mais imediato obter resultados positivos, é provável que venha a atingir os objetivos para o final de 2015, ainda que esta intervenção encontre os obstáculos analisados nos parágrafos anteriores e que algumas das restrições mencionadas continuem a verificar-se.

6. Discussão e conclusões

No que diz respeito à análise de implementação do projeto Catapulta, ficou demonstrado que, em geral, os objetivos para os primeiros 18 meses de execução foram cumpridos, estando o projeto encaminhado para alcançar os objetivos estipulados para o final dos 3 anos de implementação (Dezembro de 2015). Em 2013, todos os resultados inicialmente previstos foram alcançados. Em 2014, apenas 3 de 9 resultados não foram atingidos, sendo estas falhas justificadas por restrições de implementação, tanto de viabilidade de recursos, como de racionalidade individual e incompatibilidade de incentivos. As restrições identificadas prendem-se com questões muito diversas, que vão desde as limitações de espaço e de recursos humanos e tecnológicos do projeto, até ao papel das normas sociais e à falta de adesão dos beneficiários a atividades especificamente desenvolvidas para trabalhar determinados

objetivos do projeto – diminuição do insucesso escolar e desenvolvimento de competências pessoais, sociais, cognitivas e/ou morais e na área das TIC nos participantes.

Na análise desenvolvida tornaram-se evidentes as dificuldades que o trabalho com as faixas etárias dos participantes do Catapulta acarreta, que são agravadas pelo contexto de exclusão social em que o projeto atua. Com efeito, os participantes são resistentes à mudança e a conhecer novas realidades e, mesmo que de forma inconsciente, tendem a não cooperar com a intervenção. Como refere uma das técnicas (Inquérito), a intervenção que o Catapulta tem planeada força os participantes a vencer inércias instaladas e é muito exigente a todos os níveis - linguagem, esforço, dedicação, raciocínio, valores. Pretende-se, em suma, que haja o desenvolvimento das tais capacidades básicas que possibilitarão aos jovens fazer escolhas no futuro e determinar o rumo da sua vida, mas este é um trabalho que requer esforço, tanto da parte dos participantes como da equipa técnica, e uma participação continuada nas atividades desenvolvidas ao longo dos meses de projeto – os resultados não são imediatos.

O facto de termos participado em atividades com os jovens permitiu-nos, através da observação, tirar conclusões que vão ao encontro do entendimento da equipa técnica sobre a atitude dos jovens face a novas realidades e oportunidades. A forma de pensar da maioria dos participantes e o facto de se fecharem sobre si mesmos e sobre a realidade (social, familiar, cultural) que conhecem coloca-os, desde logo, como refere a Coordenadora em entrevista, numa situação de exclusão social. De acordo com as teorias apresentadas no enquadramento teórico deste trabalho, o espaço e a comunidade em que estes jovens estão inseridos influenciam aspirações e perceções individuais, e como já foi referido em seções anteriores, esta comunidade em concreto demonstra pouca abertura à mudança e à novidade, o que acaba por se refletir nos jovens,

seja por influência da família ou dos grupos de pares. A realidade descrita acaba por potencializar a existência e perpetuação de “*poverty traps*”, o que significa que a pobreza tenderá a persistir ao longo das gerações nesta comunidade.

Assim, conclui-se que a atitude dos jovens perante as oportunidades que lhes são disponibilizadas revela-se determinante para o sucesso da intervenção realizada pelo projeto e, embora não se verifique falta de adesão dos participantes ao Catapulta como um todo, há atividades que seria importante os jovens frequentarem e das quais seria desejável que tirassem o máximo partido. Esta situação limita os resultados no que diz respeito à implementação do projeto, mas também à própria intervenção com os participantes, revelando-se, do nosso ponto de vista, a questão que merece mais atenção no que respeita à redefinição de estratégias, por ser a mais determinante para o sucesso do projeto.

Consideramos, contudo, que este é um obstáculo característico de projetos direcionados para as faixas etárias e os contextos socioeconómicos em questão, e que não se resolve de forma imediata, pois obriga a um trabalho continuado ao nível da mudança de atitudes, comportamentos e valores nos participantes. As normas sociais e os mecanismos que perpetuam e reforçam esta “resistência à mudança” apresentada pelos participantes atuam no sentido oposto ao da intervenção realizada pelo Catapulta, estando presentes e instaladas na vida deste jovens há muito mais tempo do que os 18 meses de intervenção do projeto. Assim, entendemos que, apesar de já serem visíveis algumas mudanças, há ainda um longo caminho a percorrer neste campo, que possivelmente se estenderá para além de 2015.

No que diz respeito à relação do projeto com as famílias e à sua co-responsabilização pelo processo educativo dos jovens, consideramos favoráveis os resultados alcançados até Junho de 2014. Ficou demonstrado que existe um

trabalho conjunto entre o projeto, os jovens e respetiva família, a escola e, quando é o caso, a CPCJ, o que se afigura uma forma eficaz de responder a problemas tão profundos como aqueles a que o projeto vem dar resposta no campo do insucesso, abandono e absentismo escolar. Com efeito, estas situações foram diagnosticadas nos participantes do projeto e, como referido no Capítulo I, podem ter origem em fatores exógenos à escola (os “*non school factors*”) e relacionados com a família – sabemos que o capital humano e social dos pais (baixos níveis de escolaridade, por exemplo), o seu não envolvimento no processo educativo e a importância que atribuem à escola influenciam e condicionam os comportamentos dos jovens neste campo. O que se tem verificado é que há necessidade do projeto intervir não apenas com os participantes, mas também com as respetivas famílias, no sentido de reforçar a importância da construção de um percurso escolar sustentável e de as aproximar da comunidade educativa. A intervenção neste domínio justifica-se, também, porque o fator educação – concretamente, os baixos níveis de escolaridade – tem-se revelado determinante na transmissão da pobreza entre gerações e o investimento num percurso escolar sustentável poderá ser um caminho para quebrar círculos viciosos de pobreza instalados.

Ainda no que se refere à diminuição do insucesso escolar, e também ao desenvolvimento de competências nos participantes, consideramos que não está a ser dado o acompanhamento necessário a cada um dos jovens individualmente, por duas razões: por um lado, a insuficiência de recursos humanos e, em domínios específicos, alguma desadequação da equipa técnica relativamente ao tipo de intervenção que é levada a cabo; por outro lado, a impossibilidade de conciliar este acompanhamento individual com os objetivos numerais traçados pelo Programa Escolhas. Com efeito, tal como foi referido pela Coordenadora, para dar resposta às necessidades identificadas e ultrapassar os problemas diagnosticados nestes jovens, seria desejável que o

projeto interviesse com 20 – 30 participantes numa base semanal. Contudo, como podemos constatar pelos números de participantes apresentados nas seções anteriores, não é essa situação que se verifica.

No que diz respeito ao envolvimento com a comunidade da Sé, consideramos muito positivo o aproveitamento de recursos de outras instituições que tem sido feito através das parcerias analisadas, e que apresenta vantagens de parte a parte. Também as atividades desenvolvidas com a comunidade, que permitem trabalhar a cidadania ativa dos jovens e a sua relação com o património e a população da sua cidade, são um fator distintivo do projeto e uma mais-valia para os participantes.

Concluimos, pois, que o projeto Catapulta alcançou a maioria dos objetivos numerais a que se propôs. No entanto, a sua implementação enverga algumas limitações, que podem condicionar o valor acrescentado do projeto nesta comunidade, nomeadamente, no que respeita ao papel que poderá desempenhar na quebra dos ciclos viciosos e transmissão intergeracional da pobreza que parecem caracterizar a população a quem o projeto se dirige.

Conclusão

Tal como mencionado em seções anteriores, o presente trabalho teve como principal objetivo examinar a implementação do projeto Catapulta e as necessidades e problemas a que este vem dar resposta, recorrendo a uma metodologia de análise específica, a Metodologia de Análise de Implementação de Mendes (2006).

Foi com vista à prossecução do objetivo acima definido que no Capítulo I estabelecemos o enquadramento teórico do trabalho, onde definimos o conceito de pobreza com base na abordagem das capacidades de Amartya Sen (1999) e apresentamos algumas teorias que suportam a análise realizada no Capítulo II. Do exposto no primeiro capítulo, concluiu-se que a pobreza, entendida como privação das capacidades básicas de que um indivíduo depende para se desenvolver como pessoa, tende a ser mais marcada e provável em indivíduos que vivem inseridos num contexto social e geográfico onde esta privação é a norma. Verifica-se, também, que a educação tem um papel relevante na transmissão deste *status* de pais para filhos e na quebra dos círculos viciosos de pobreza.

No que diz respeito à concretização da análise de implementação do projeto “Catapulta”, desenvolvida ao longo do Capítulo II, procuramos identificar os problemas sociais a que o projeto veio dar resposta, que, em grande medida, coincidem com os temas apresentados no enquadramento teórico. Posteriormente, foram analisados os objetivos, resultados, indicadores e atividades do “Catapulta” desenvolvidos entre Janeiro de 2013 e Junho de 2014, tendo-se verificado que, em geral, os objetivos para os primeiros 18 meses de execução foram cumpridos. Em 2013, todos os resultados inicialmente previstos foram alcançados e em 2014 apenas 3 de 9 resultados não foram atingidos.

Embora tenhamos adotado como critérios de verificação os objetivos numerais definidos pelo projeto e aprovados pelo financiador, na análise desenvolvida procuramos ir para além desta realidade e explorar as opiniões dos beneficiários do projeto, da equipa técnica e dos parceiros, que complementamos com algum trabalho de observação.

Assim, as falhas de implementação encontradas estão relacionadas com o incumprimento de alguns objetivos do projeto, nomeadamente a diminuição do insucesso escolar e o desenvolvimento de competências pessoais, sociais, cognitivas e/ou morais e na área das TIC nos participantes. Estas falhas são justificadas por restrições de implementação (viabilidade de recursos, racionalidade individual e incompatibilidade de incentivos). As restrições identificadas prendem-se com questões muito diversas, que vão desde as limitações de espaço e de recursos humanos e tecnológicos do projeto, até ao papel das normas sociais e à falta de adesão dos beneficiários a atividades específicas.

No que diz respeito à diminuição do insucesso escolar, e também com o desenvolvimento de competências nos participantes, concluímos que não está a ser dado o acompanhamento necessário a cada um dos jovens individualmente, o que se justifica pela insuficiência/desadequação de recursos humanos e pela impossibilidade de conciliar este acompanhamento individual com os objetivos numerais traçados pelo Programa Escolhas.

No caso das TIC, as dificuldades encontradas estão relacionadas com a falta de adesão não apenas dos participantes, mas da comunidade em geral, pois neste domínio o projeto pretende disponibilizar recursos tecnológicos à população residente. Segundo a opinião da equipa do projeto, a localização do espaço do “Catapulta” não contribui para atrair a população para esta atividade. No que diz respeito aos jovens, foi possível concluir, tanto através

das entrevistas realizadas, como da observação, que a maioria não está dependente do espaço do projeto para aceder à internet e utilizar o computador, o que poderá explicar, em alguma medida, a sua falta de adesão a atividades na área das TIC.

Muito embora o projeto apresente as limitações atrás descritas, é também importante referir os seus aspetos positivos, nomeadamente no que diz respeito à relação do projeto com as famílias e à sua co-responsabilização pelo processo educativo dos jovens e ao envolvimento dos participantes com a comunidade envolvente (zona da Sé), onde consideramos que os resultados alcançados pelo projeto são favoráveis à população-alvo. Também no que se refere ao aproveitamento de recursos existentes na comunidade consideramos positivo o trabalho que tem sido desenvolvido pelo “Catapulta” e por alguns dos parceiros.

Pelo exposto neste trabalho, ficou demonstrada a importância de existirem projetos de intervenção social com as características do Catapulta em contextos onde tendem a verificar-se círculos viciosos de pobreza e a transmissão deste *status* socioeconómico ao longo das gerações.

É conveniente, no entanto, mencionar que a análise conduzida nesta investigação não está livre de limitações, nomeadamente, das várias dificuldades que existem na avaliação de programas e projetos sociais aquela que mais condicionou o presente trabalho foi já destacada pelo Programa Escolhas e relaciona-se com “a dificuldade dos próprios projetos em viabilizar uma avaliação de base científica” (Calado et al, 2012). Com efeito, como foi mencionado em seções anteriores, alguma da informação disponibilizada ao investigador no âmbito da presente dissertação não estava organizada de forma a permitir uma investigação mais detalhada e profunda, criando obstáculos ao tipo de análise que foi possível conduzir

Adicionalmente, algumas questões ficaram por responder, pelo que admitimos que no futuro seria interessante analisar, como por exemplo, o impacto do projeto nos beneficiários, concretamente no que se refere à construção de um projeto de vida, tendo por base o percurso do jovem até à data e a forma como este percebe a sua vida no momento presente e no futuro, bem como o seu contexto familiar. Outra linha de investigação relevante seria o desenvolvimento de uma análise que permita a reflexão sobre o papel das interações sociais no reforço das dinâmicas de círculo vicioso que mantêm estes jovens numa situação de pobreza (entendida como a privação das capacidades básicas), procurando identificar os seus “role models” em termos de percurso educativo e de vida. Finalmente, pensar o papel e o poder das instituições sociais na reversão destas dinâmicas, através da criação de condições que permitam aos jovens quebrar as barreiras da pobreza e serem catapultados” para lá dos muros que tantos outros não conseguiram transpor seria também um interessante tópico de investigação a seguir no futuro.

Bibliografia

Bowles, S., Durlauf, N. & Hoff, K. (ed) (2006) – *Poverty Traps*. Princeton: Princeton University Press.

Calado, Pedro (coord) et al (2012) – *Recolhas: Fazer escola com o Escolhas*. Gráfica Clio.

Cialdini, Robert B. & Trost, Melanie R. (1998) – “Social influence: Social norms, conformity and compliance”, In Gilbert, Daniel T. (Ed); Fiske, Susan T. (Ed); Lindzey, Gardner (Ed), (1998). *The handbook of social psychology, Vols. 1 and 2 (4th ed.)*: 151-192. New York, US: McGraw-Hill.

Costa, Alfredo B. (coord) et al (2008) - *Um olhar sobre a Pobreza-Vulnerabilidades e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.

Deolalikar, Anil B. et al (2002), ERD Working Paper No. 10: “Poverty Reduction and the Role of Institutions in Developing Asia”. Asian Development Bank.

Despacho Normativo 17 de 2012 (2012.Ago.16) DIÁRIO DA REPÚBLICA: II SÉRIE. n.º 158. pp 29006 - 29014

Durlauf, N. & Shaorshadze, I. (2014) – “Poverty Traps”. Prepared for the *Encyclopedia of World Poverty*, Second Edition, Sage Publishers Mehmet Odekon and J. Geoffrey Golson, eds.

Galster, G. (2010) – “The Mechanism(s) of Neighborhood Effects: Theory, Evidence, and Policy Implications”, paper for presentation at the ESRC Seminar *Neighbourhood Effects: Theory & Evidence*, St. Andrews University, Scotland, UK.

Grundiza, S. & Lopez Vilaplana, C. (2013) – “Intergerational transmission of disadvantage statistics: Is the likelihood of poverty inherited?” Eurostat

Hills, Le Grand & Piachaud, D. (eds.) (2002) - *Understanding Social Exclusion*. Oxford: Oxford University Press.

Lewis, Oscar (1966) – “The culture of poverty”. *Scientific American*, Vol. 215, No 4, October 1966.

Martins, Nuno O. (2013) – “The place of the capability approach within sustainability economics”. *Ecological Economics* 95 (2013): 226 – 230. Elsevier.

Mendes, A.; Batista, A.; Fernandes, L.; Macedo, P.; Pinto, F.; Rebelo, L.; Ribeiro, M.; Ribeiro, R.; Sottomayor, M.; Tavares, M.; Verdelho, V. (2012) – “Barriers to Social Innovation”, a deliverable of the project “*The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe*” (TEPSIE), European Commission – 7th Framework Programme. Brussels: European Commission, DG Research.

Mendes, Américo M. S. Carvalho (2006) – “Implementation Analysis of Forest Programmes: some theoretical notes and an example”. *Forest Policy and Economics*, Vol. 8, Issue 5, July 2006, pp. 512-528.

Movimento SOS Racismo (2012) – Formulário de Candidatura do Projeto Catapulta ao Programa Escolhas.

Movimento SOS Racismo (2013) - Relatório de Avaliação Final do Projeto Catapulta.

Movimento SOS Racismo (2014) - Relatório de Avaliação Intercalar do Projeto Catapulta.

Movimento SOS Racismo (2014) – Documento de Avaliação do Projeto Catapulta pelos Parceiros.

Movimento SOS Racismo (2014) – Documento de Avaliação do Projeto Catapulta pelos Participantes.

Nussbaum, Martha C. (2011) – *Creating capabilities: the human development approach*. Cambridge, Massachusetts, and London, England: The Belknap Press of Harvard University Press.

Power, A. (2007) – *City survivors: bringing up children in disadvantaged neighbourhoods*. Bristol: The Policy Press.

Programa Escolhas. 2015. *Enquadramento*. Disponível em www.programaescolhas.pt (2014/11/15; 19H 10M)

REAPN (2003) - *Mesa redonda. Uma conversa sobre a pobreza: conceitos, políticas e acções em Portugal*. REAPN.

Resolução de Conselho de Ministros n.º 68 de 2012 (2012.Ago.09) DIÁRIO DA REPÚBLICA: I SÉRIE. n.º 154. pp 4279 – 4281.

Ridge, T. (2002) – *Childhood poverty and social exclusion. From a child's perspective*. Bristol: The Policy Press.

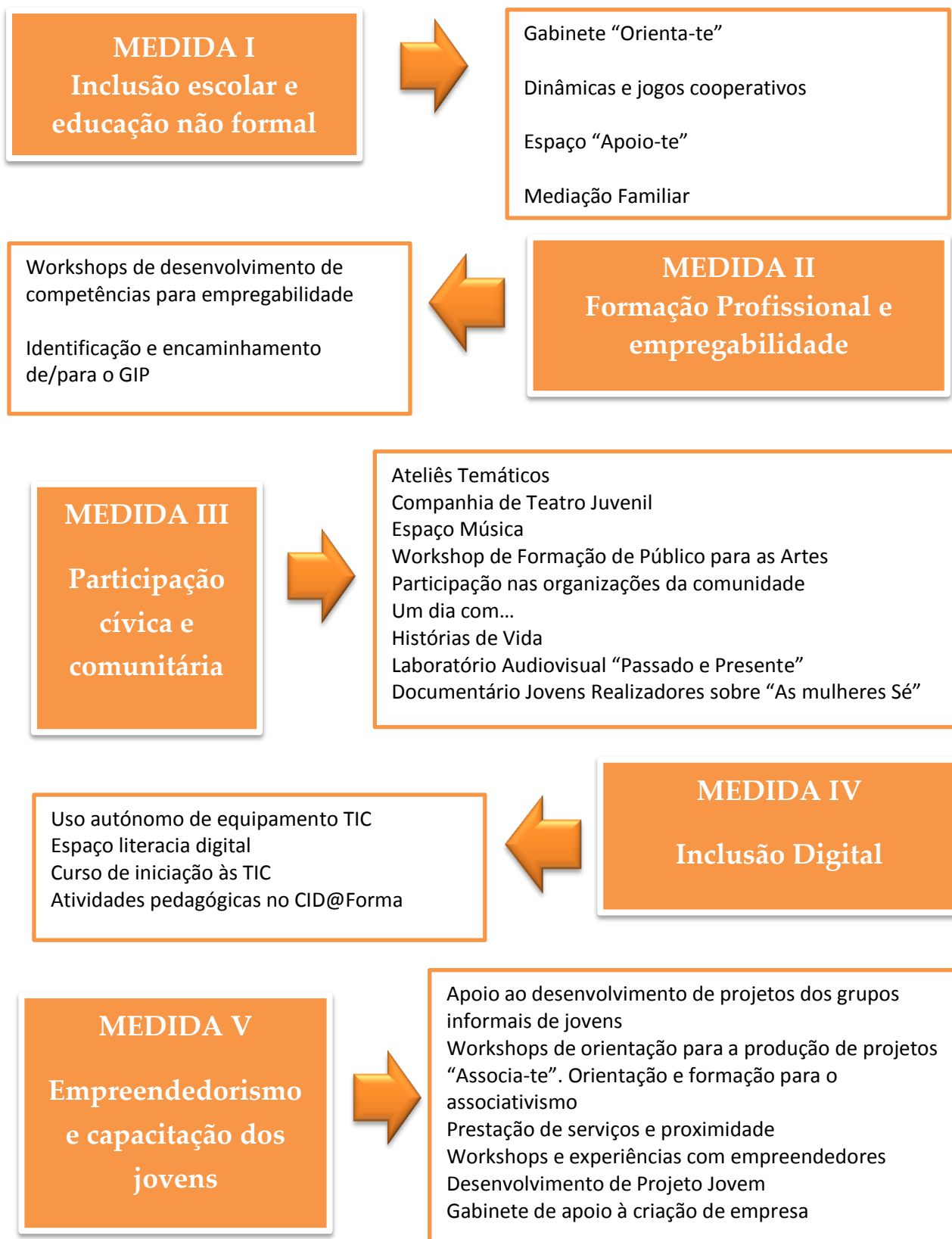
Sen, Amartya (1999) – *Development as Freedom*. Oxford: Oxford University Press

Smith, Adam (1999) – *A Riqueza das Nações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ANEXOS

Anexo I

Quadro de correspondência entre as ações do Catapulta e as medidas do Programa Escolhas



Anexo II

Entrevista à Coordenadora do Projeto

1. O “Catapulta” é um projeto profundamente direcionado para a zona geográfica em que está inserido e para a sua população. Como é que foi pensado e estruturado para responder a necessidades específicas dos habitantes, em particular das crianças e dos jovens? Como é que foram feitos o diagnóstico e a caracterização da população?

Coordenadora do projeto: Na realidade, o projeto foi pensado sem conhecer a população. Foi feito um trabalho de diagnóstico, os problemas foram detetados e de acordo com os problemas detetados pensou-se em estratégias mais na área artística - pensamos na altura da candidatura que isto faria mais sentido como resposta aos problemas que nós víamos nos jovens. Mas, em particular quanto às necessidades específicas dos habitantes, ao longo do tempo temos sempre adaptado tanto as atividades, como a forma de trabalhar com eles, porque a equipa não tinha conhecimento da população, ou seja, o projeto partiu do zero, sem conhecimento nenhum de nenhum jovem, nem das outras pessoas, porque não houve sequer possibilidade para fazermos um inquérito à população. Não tivemos esse tempo. Portanto foi pensado mesmo só através das teorias que nós considerávamos que podiam ir dar resposta aos problemas detetados.

2. Agora que o projeto está quase a completar 2 anos e a equipa técnica tem outro conhecimento sobre a comunidade envolvente e sobre os participantes, como coordenadora do projeto, como caracterizarias a freguesia da Sé e a sua população?

Coordenadora: Caracterizaria quase da mesma maneira que está caracterizada na candidatura ao financiamento do Programa Escolhas. A forma como a

população está caracterizada nesse documento vai mesmo ao encontro do que se passa: a questão do desemprego, a questão do absentismo no caso dos jovens, a questão do risco de exclusão social... E uma das coisas que verificamos também é que, apesar de ser um espaço urbano, um centro urbano, há uma guetização enorme. Aos nossos jovens falta-lhes, acima de tudo, espírito de aventura. Pelo facto de estarem no centro da cidade, assumem que já conhecem tudo e não têm curiosidade para conhecer outras coisas e quando as vão conhecer têm uma atitude de estranheza. E tu sabes bem disso também. Por isso, a única questão que nós não pusemos na candidatura mas que realmente acontece é a questão de uma guetização invisível: existem umas barreiras ali que eles não conseguem ultrapassar, mas que não são visíveis e das quais eles não têm consciência. Nem eles, jovens, nem as famílias...a população.

Uma das razões por que escolhemos o “Catapulta” para analisar neste trabalho foi precisamente essa: não quisemos optar por contextos em que existe à partida - desde logo em termos geográficos - essa guetização. Quisemos ir para o centro histórico do Porto perceber como é que a população vive no meio do turismo, de uma baixa da cidade que agora está em grande crescimento...Quisemos perceber como é que a população vive e se de facto existem essas barreiras.

Coordenadora: Existem. E estão muito marcadas, mas não há essa consciência como nos bairros sociais. Porque nos bairros sociais que são da periferia, as pessoas queixam-se de várias coisas, nomeadamente do acesso, dos transportes, de todas essas questões que não existem no centro da cidade. O centro da cidade tem lá tudo. Tem tudo o que é necessário: escolas, serviços, hospitais, metro, comboios, autocarros...tem tudo... e parece que não há razão para haver essa exclusão, essa guetização naquele espaço. E a ocupação do espaço público, do espaço urbano é muito restrita só àquela zona...é um bairro, dentro de uma

cidade e fica ali mesmo muito fechado, apesar de estar tão próxima, com entrada e saída de turistas. Mas não abre barreiras: fica muito fechada.

3. Quando fizeram o diagnóstico, antes da implementação do projeto, encontraram alguns problemas-base, dos quais identificaram como o mais premente o risco de exclusão social das crianças e jovens da freguesia da Sé, entre outros como absentismo e abandono escolar, prática de ilícitos classificados como crime e mendicidade, desemprego e desocupação e baixos níveis de escolaridade. Entre as várias necessidades identificadas, o facto de o “Catapulta” ter um espaço com atividades relevantes para as faixas etárias em causa tem contribuído para promover a diminuição de comportamentos como a prática de ilícitos ou a desocupação? Verificou-se isso em jovens acompanhados pelo projeto?

Coordenadora: Sim. Na fase inicial do projeto, muitos dos jovens eram encaminhados pela Comissão de Proteção de Menores - e continuam a ser, aliás, a maioria dos jovens que nós temos ou são encaminhados pela Comissão ou pela própria escola. A maior parte destes casos encaminhados pela Comissão está muitas vezes ligada também à questão da prática de ilícitos ou de comportamentos desviantes. E o que nós sentimos é que o facto de estes jovens estarem ali no projeto...significa que não estão noutra local, não estão na rua. E temos casos, e nessa fase inicial tínhamos casos mesmo muito concretos, em que sabemos que funciona assim. Aliás, temos um caso muito específico em que nós até dizíamos que o tempo em que esse jovem esteve no projeto foi um interregno do percurso por ele já herdado, ou seja, da família, do local onde habitava...e durante o tempo em que ele esteve no projeto acompanhado as coisas correram super bem: ele entrou na corda bamba, manteve-se na corda bamba connosco e, mal houve uma quebra, por várias razões, com o projeto e

com o trabalho com a família, o jovem descarrilou completamente. E esse foi um caso concreto em que nós vimos a importância do projeto. Por isso é que a forma como também trabalhamos com os jovens, é sempre, de alguma maneira, cautelosa...nem é esta a palavra correta. É sempre tendo em conta os interesses deles, para os manter no espaço do projeto, porque sabemos que se eles estiverem fora, há alguns casos específicos que não têm um bom acompanhamento e que se podem encaminhar para outras vias que não sejam tão benéficas na vida deles. Por isso é que para nós é importante termos um espaço físico, um espaço comunitário de frequência. E nós, aliás, apesar do projeto ter como idades de intervenção entre os 6 e os 24, no espaço comunitário só aceitamos jovens acima dos 11 anos, que são os tais “residentes” do projeto. Porque não há respostas sociais na comunidade - e não só nesta comunidade, mas em várias outras - para os adolescentes...são os que têm menos acompanhamento e menos respostas.

4. No que diz respeito ao processo educativo dos jovens e à co-responsabilização das famílias, como responsável pelo atendimento às famílias, como avalia a intervenção do “Catapulta” desde 2013 até Junho de 2014? Os resultados a que se propunham foram superados. Quais são as principais conquistas neste campo? E as maiores dificuldades?

Coordenadora: As nossas principais conquistas têm, acima de tudo, a ver com a relação próxima que conseguimos criar. Foi muito complicado numa fase inicial ganhar a confiança das famílias, a confiança da comunidade, porque nós éramos pessoas que ninguém conhecia, uma associação que ninguém conhecia, estávamos lá caídos de pára-quedas e o primeiro ano, 2013, foi efetivamente o ano de conquista da confiança das famílias. Sentimos que ao longo do tempo os pais já nos contactavam para pedir apoio, já nos contactavam quando tinham

dúvidas de atitudes educativas que teriam de ter... Posso dar um exemplo concreto: a questão de se quando o jovem passa de ano lhe devem dar prendas, recompensas... A questão muitas vezes da alimentação, também: os pais pedem-nos apoio no sentido de ajudarmos na educação alimentar. Por outro lado, o facto de nós trabalharmos com a Comissão e muitos dos jovens serem encaminhados pela Comissão e os pais saberem - porque há casos em que na medida de promoção ou suspensão aplicada pela Comissão estava lá explícito que o jovem devia frequentar o projeto "Catapulta" - torna complicada essa relação... Por um lado, os pais vêem-nos como se fôssemos uns fiscais da Comissão, porque somos nós que estamos no terreno, que estamos com os miúdos. Tivemos que desconstruir essa ideia e dizer "Nós não somos uns fiscais, nós somos um ponto de apoio". O facto de nós termos um papel importante tanto na EMAT [Equipa Multidisciplinar de Apoio aos Tribunais], como na Comissão de Proteção de Menores, não faz de nós o inimigo, mas o aliado. E foi essa desconstrução que foi muito complicada, mas que ao longo do tempo conseguimos fazer. E o facto de os pais saberem também que nós estamos muito próximos da escola facilita o trabalho com os eles, porque sabem que nós temos facilmente acesso aos diretores de turma, que conseguimos ter informações, que conseguimos ir à sala porque fazemos atividades dentro da escola, acompanhamos jovens do projeto na sala... E podemos ver até a dualidade de comportamentos deles dentro da sala e dentro do espaço do projeto. Portanto, essa é uma das maiores conquistas. E uma das maiores dificuldades foi mesmo essa desconstrução do que é que era o nosso papel: que não éramos uns fiscais, mas uns aliados. Uma das maiores dificuldades que eu também sinto neste momento tem a ver com o facto de todos estes processos de intervenção muitas vezes criarem dependências. E o que estamos neste momento a tentar fazer é essa desvinculação dessa falta de autonomia que as famílias ganharam. Sentem muito o nosso apoio e contactam-nos para muitas coisas. Algumas vezes, os pais pedem-nos para sermos nós a aplicar aos jovens

um castigo. Os pais dizem-lhes “tu vais ter este castigo porque a Inês [Coordenadora] disse isto” e isso é mau. Mas é uma coisa que vai sendo trabalhada...estou a tentar fazer essa desvinculação e os pais realmente serem autónomos, porque nós trabalhamos para a autonomia tanto das famílias, como dos jovens. Mas muitas vezes os pais usam o projeto como bengala para dizer “não” aos miúdos e isso é das nossas maiores dificuldades nesta fase. E outra delas também tem a ver com a dificuldade de chegar às famílias. Porque nem todas as famílias contactam connosco, muitas vezes nós temos de ir atrás, e isso torna-se complicado porque o nosso tempo não é muito grande para conseguir fazer isso...também tem a ver com o distanciamento de algumas famílias com as quais não conseguimos intervir...e, por consequência, torna-se difícil intervir também com o jovem.

E relativamente aos resultados...? Neste campo foram superados, mas consideras que deviam redefinir alguma coisa, ter novas orientações?

Coordenadora: Sim, agora faz sentido alterar. Porque a forma como fizemos a avaliação e os itens da avaliação tem muito a ver com a questão da preocupação dos pais, da articulação connosco...e agora se calhar temos de dar o salto para outra coisa. E aí introduzir um critério de qualidade para conseguirmos realmente perceber e ver essa diferença. Porque se calhar se agora fôssemos analisar de uma maneira diferente da que seguimos até agora, os resultados iam diminuir... de alguma maneira iriam, porque os critérios de qualidade fazem isso. Há um afunilar, fazem uma filtragem. Mas, acima de tudo, para os objetivos que tínhamos delineado para esse primeiro período (2013 e até Junho 2014), os objetivos foram atingidos...o projeto divide-se por diferentes níveis de maturidade, e a intervenção também passa por isso, por ter diferentes níveis de maturidade, e estamos a passar para outro, logo os nossos critérios também têm de ser alterados.

5. No relatório destaca-se “a importância do sucesso das medidas de mediação familiar, que têm permitido manter laços de confiança entre o projeto e os encarregados de educação dos jovens, e ainda da orientação vocacional disponibilizada aos jovens”. Quanto à orientação vocacional, vislumbra-se em alguns dos jovens a vontade de construir um projeto de vida e a determinação para o fazer?

Coordenadora: Sim, em alguns. Nos jovens que são acompanhados há mais tempo, nos que são mais novos, penso que estamos a conseguir que realmente haja a construção de um projeto de vida. Mas nos jovens que só começamos a acompanhar numa altura em que já estavam no 8º ano ou no 9º, não conseguimos...porque já estavam com ideias muito fixas e já foi mais complicado fazer essa orientação vocacional. Porque depois tem a ver também com a forma como eles veem o futuro e veem a escola. A orientação vocacional aqui tem muito a ver com trabalho escolar e, na realidade, os miúdos não veem mesmo interesse em apostar nas formações escolares, então preferem ir para onde vão os amigos, independentemente da formação que é, porque não veem visibilidade de futuro para eles, não acham que a escola seja importante. O facto de eles não acharem isso importante também não lhes dá, ou melhor, não nos dá abertura a nós para conseguirmos explicar-lhes que há caminhos que eles têm de seguir e que a orientação vocacional é importante. Que é importante eles escolherem um curso de acordo com o que eles gostam ou com o que eles querem. Este fator não é muito valorizado por alguns deles.

E aqui qual tem sido o papel das famílias?

Coordenadora: De algumas famílias nós temos tentado sempre estar próximos para fazer este trabalho e muitas vezes até em conjunto com a escola. Mas as famílias também estão descrentes do futuro e do papel da escola e não

valorizam a escola. Portanto, a partir do momento em que a família também não valoriza a escola e tem histórias para contar como “o meu neto/sobrinho não estudou e desenrasca-se por outras vias”... Estamos a falar aqui também de um ciclo de desacreditação do papel da escola e do futuro, de não acreditarem que é possível fazerem algo mais pelo futuro deles, e isso depois também passa para os jovens. Não somos nós, uma gota no oceano da vida deles, que conseguimos explicar-lhes isso. Ainda mais em jovens com 14 anos ou 15... Torna-se mais complicado fazer essa desconstrução. Com os mais pequeninos já conseguimos de alguma maneira chegar mais a eles do que com os mais velhos.

6. Falando agora de números: de todos os participantes diretos abrangidos, alguns participam com muita frequência num grande número de atividades - são os chamados “residentes do projeto”. E outros participam apenas em algumas sessões esporadicamente. Gostava que tu me falasses da importância destes residentes para se alcançarem determinados objetivos e resultados. Isto é, o projeto depende deste trabalho contínuo e frequente que é realizado com estes “residentes” para alcançar alguns objetivos ou se estivessem só a trabalhar na escola em ações esporádicas achas que também dariam resposta?

Coordenadora: A nível dos objetivos? Se estamos a falar só de números, sim, dávamos resposta na escola.

E em termos de objetivos a alcançar como vocês os imaginaram quando pensaram o projeto?

Coordenadora: A nível de objetivos de intervenção, na escola íamos atingir apenas alguns deles. Alguns iríamos atingir certamente, outros não iríamos, a questão é que na escola a nossa intervenção é sempre muito direcionada...

Temos uma turma com quem trabalhamos e temos um projeto com que seguimos com eles e é um projeto que toca sempre um objetivo específico, que responde a um resultado. O que acontece com os “residentes” é que eles passam por todos os objetivos específicos e por todos os resultados, portanto, é uma intervenção mais plural, e na escola não é tanto assim. Ou seja, por exemplo, aquilo em que nós apostamos muito na escola tem a ver com a desconstrução de estereótipos, de preconceitos... Trabalhamos “o outro” com eles e é curioso que esse trabalho funciona melhor na escola do que no espaço do projeto, porque é mais fácil conseguir organizar um grupo e fazer parte de discussão no espaço da escola, porque os alunos não estão habituados a este tipo de forma de trabalhar e ficam interessados. Já no espaço do projeto, eles estão à espera de outro tipo de atividades que não sejam de discussão, porque não tem interesse para eles, então a forma como se atingem os objetivos é completamente diferente. A desconstrução de preconceitos nos jovens do projeto é diária através da nossa maneira de falar, da nossa maneira de estar, na maneira como também corrigimos algumas expressões deles; e na escola não, na escola é só naquelas horas, naquele número de sessões em que fazemos só consciencialização dos jovens na escola. Por isso, centrando-me na pergunta...

Podemos dizer que a vantagem existe para os dois lados...? Porque os “residentes” sofrem uma intervenção mais...

Coordenadora: Horizontal...

E isso também interessa ao projeto...

Coordenadora: Aliás, ate é o que mais nos interessa. Se nós pudéssemos eliminar os números a atingir, centrar-nos-íamos provavelmente em 15 - 20 jovens e só trabalhávamos com eles e com as turmas em que eles estariam e com as famílias e teríamos no final dos 3 anos do projeto se calhar resultados muito mais...reais...do que esta intervenção assim mais alargada. Que desconcentra-

nos, cansa-nos mais, não tem efeitos quase imediatos na vida deles e não é tão massiva...intervensões massivas pura e simplesmente não existem.

Mas aqui o que é que surgiu primeiro? Os “residentes” ou a escola?

Coordenadora: Os “residentes”. Em 2013, o projeto só funcionava no trabalho com os residentes. E só tinha uma articulação com o lar de infância e juventude e com uma associação, que é o ATL das Fontainhas, com quem articulávamos esporadicamente algumas atividades. Mas a intervenção era muito mais reduzida, era muito mais centrada no espaço jovem. Em 2014, quando repensamos... Ou melhor, até foi após o primeiro relatório, que foi em Junho de 2013, em que verificamos que havia números que nós não estávamos a conseguir atingir e percebemos que tínhamos de ir para outro sítio. Na nossa opinião, um projeto de intervenção deste género é um projeto mais de rua, mais de trabalho noutra contexto que não a escola, mas tivemos de ir para a escola porque era a única forma de conseguirmos responder aos objetivos numerais.

Que também vos conduzem na intervenção que realizam...

Coordenadora: Sim, são aquilo que sustenta o projeto.

7. Entrando agora em campos mais específicos relacionados com objetivos e resultados: no que diz respeito ao Resultado 1 do Objetivo Específico 1, previa-se que em 2014 fossem abrangidos 30 jovens, mas ficaram-se pelos 25. Sabemos que neste campo foi aplicado um critério de qualidade que permitiu uma avaliação mais rigorosa: só foram considerados jovens que tenham participado em mais de 6 sessões. Podes concretizar o que são estas 6 sessões? Que tipo de atividades e de intervenção cabem aqui?

Objetivo específico 1

Combater o insucesso e abandono escolar e promover a reintegração escolar e/ou profissional acompanhando 100 jovens, entre os 6 e os 24 anos, da freguesia da Sé durante 3 anos de vigência do projeto.

Resultado 1

Promover a diminuição do insucesso escolar em crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos, nos 3 anos de vigência do projeto, na zona histórica do Porto.

Coordenadora: Para o resultado da diminuição do insucesso escolar, nós introduzimos 3 atividades, ou melhor, analisamos essencialmente 3 atividades, mas também cruzamos com outras. Centramo-nos em 3 atividades, que são a Mediação Familiar, o Espaço Apoio-te e as Atividades Pedagógicas no Centro de Inclusão Digital (CID). A mediação familiar é toda a relação que é feita entre o projeto, a família, a CPCJ, a escola, os serviços que acompanham o jovem...é esse trabalho que é feito; o Espaço Apoio-te define-se por momentos de apoio ao estudo, onde muitas vezes até fazemos jogos educativos e outras práticas que não somente os trabalhos de casa, porque a maioria dos jovens não os têm (ou dizem que não os têm); e as Atividades Pedagógicas no CID são os jogos e apoios no computador: por exemplo, a Escola Virtual, através das novas tecnologias...tem sido muito por aí. Contudo, o que nós consideramos quando fazemos a análise deste resultado e deste objetivo específico é que todas as outras atividades estão a dar-lhe resposta: a combater o insucesso escolar e o abandono...estamos a fazê-lo através de todas as atividades que de certa forma trabalham outras competências. Posso dar-te um exemplo: atividades de desenvolvimento de competências pessoais, sociais, cognitivas e/ou morais, por exemplo, em que trabalhamos a questão do associativismo, em que trabalhamos também a criação de projetos...isto também é trabalhar para combater o

insucesso escolar. Ou o facto de promovermos a cidadania ou as competências artísticas ou culturais: trabalha-se muito mais até para combater o insucesso escolar de uma forma alternativa, por exemplo através do teatro, que trabalha a questão da concentração. E os jogos que são feitos lá... Nota-se mesmo muitas mudanças nos jovens que frequentam o teatro por essa razão. A questão da concentração, a questão de serem expostos a momentos de tensão também. Vou dar um exemplo concreto de outra atividade: o espaço da rádio. A rádio, que parece uma atividade que em nada está ligada à questão escolar, está, a todos os níveis: a questão da condução da entrevista, de como se faz uma entrevista, como é que se constrói, o escrever, o ter que ler... Já aí estamos a trabalhar de forma horizontal. Ou seja, nós definimos que todas as atividades do projeto estão a combater sempre a questão do sucesso e do abandono escolar de alguma maneira, ainda que de forma indireta. Mas quando nós fazemos uma avaliação em termos de números, só avaliamos estas 3 atividades. Embora nós, enquanto técnicos, avaliemos através de tudo, porque fazemos cruzamento de dados e de informações da participação dos jovens nas outras atividades.

8. Ainda relativamente ao Resultado 1: abrangeram um total de 314 indivíduos, mas destes 314 só 47 participaram em mais de 6 sessões e só 25 diminuíram o insucesso escolar. Em que é que se materializou esta diminuição do insucesso escolar? Consideras que as famílias destes 25 jovens se envolveram mais no seu processo educativo? Como é que tudo isto que acabaste de dizer tem contribuído para a diminuição do insucesso escolar?

Coordenadora: Quando fazemos uma avaliação, principalmente quando são muitos jovens, fazemos a avaliação para obter estes números através de uma tabela de excel. Criamos itens que vamos avaliar e valorizamos todos os itens da mesma maneira, ou seja, a questão do se passou ou não passou de ano

valoriza tanto como “mostra motivação para o sucesso escolar ou para a escola”. Nós avaliamos da mesma maneira...não significa que só 25 tenham passado, aliás até destes 25 podem só ter passado 12 ou nenhum.

Exacto. Portanto, estes 25 são aqueles que, de acordo com os vossos critérios, com a vossa grelha de avaliação, diminuíram o insucesso escolar.

Coordenadora: Diminuir o insucesso escolar: aqui nós também consideramos uma alteração comportamental do jovem que permita uma posterior capacidade para conseguir passar de ano no ano seguinte, porque na realidade a forma como se avalia se o jovem realmente está a ter sucesso ou não é através da passagem de ano, mas nós não consideramos dessa maneira, não é a forma como avaliamos, porque se não aí ia ser muito mais complicado.

Pois, essa era precisamente a pergunta que eu ia fazer a seguir: quais são os fatores mais determinantes para a perpetuação do insucesso escolar e quais são aqueles que fogem ao controlo do projeto? Já falaste da família, da desvalorização da escola...

Coordenadora: A questão da escola, a desvalorização... E também nós muitas vezes ficamos chocados quando alguns dos jovens chegam ao projeto e dizem que foram suspensos da escola. São jovens que nós não estaríamos à espera que tivessem sido suspensos...e a suspensão é sempre causada por um acumular de maus comportamentos, na escola Alexandre Herculano é assim: têm duas ou três faltas disciplinares a que é aplicável uma possível suspensão, que pode ir entre um dia a doze dias e nós temos jovens no projeto que já tiveram suspensões máximas mais do que uma vez. E quando fazemos sessões no espaço escolar verificamos uma alteração enorme no comportamento deles, que não tem nada a ver com o comportamento que eles têm connosco no espaço do projeto. A questão da motivação é muito importante e a motivação deles para a escola é zero, zero, zero, zero. Porque se eles tivessem um pouco de motivação

já se conseguia se calhar fazer mais coisas. A própria escola já não está a dar resposta aos problemas destes jovens, não está a conseguir adaptar-se aos interesses deles e adequar também a sua forma de ensinar e, acima de tudo, os professores estão desmotivados, são turmas gigantescas, com as quais é muito difícil trabalhar. No ano passado, até Junho de 2014 estivemos, a seguir cerca de 12 turmas nas novas tecnologias (com as TIC, com o CID). E eu pergunto como é que é possível diminuir o insucesso escolar numa escola com a disciplina de TIC quando existem turmas de 30 alunos e só 4 computadores estão a funcionar...? Ou seja, a falta de recursos materiais dificulta mais o trabalho dos professores e acresce à desmotivação dos professores pelas políticas educativas que estão a ser adotadas...e isto funciona como um ciclo e os jovens são afetados.

9. A metodologia que estou a utilizar para analisar a implementação do projeto tem em conta três tipos de restrições que podem explicar o facto de o projeto não estar a alcançar os resultados e objetivos a que se propôs e que se prendem com a viabilidade de recursos (materiais, humanos, tecnológicos, normas sociais, conhecimento e restrições orçamentais), a não adesão dos beneficiários ao projeto e ainda com a compatibilidade de incentivos. Esta última significa que até podem garantidos os recursos e haver adesão dos beneficiários, mas os participantes estarem a utilizar os recursos de uma forma que não vai ao encontro daquilo que o projeto tinha pensado. Pode dar-se, por exemplo, o facto de vocês estarem a disponibilizar determinadas atividades ou recursos aos beneficiários e os jovens estarem a utiliza-los de forma contrária àquilo que o projeto queria. No fundo, a aproveitarem-se para benefício próprio, mas um benefício que não condiz com os resultados e objetivos propostos pelo projeto. Relativamente ao insucesso escolar, achas que alguma destas situações se aplica?

Coordenadora: Acho que de certa forma toca os três pontos. E aqui na falta de recursos do projeto, acho que neste momento não sentimos falta de recursos humanos, mas há falta de recursos espaciais, ou seja, o espaço do projeto deveria ter outra organização, mais um espaço para conseguir algumas coisas, temos essa limitação. As limitações normativas, também: as normas sociais formais e informais limitam muito a intervenção, mas acho que também faz parte de um projeto de intervenção tentar dar a volta, de certa forma, a algumas coisas com as quais nós não concordamos. Quanto à falta de adesão dos beneficiários: os jovens participam, os jovens estão lá quando as atividades acontecem...os jovens estão no projeto, eles passam as tardes lá. E têm várias atividades a decorrer. Agora, se eles participam nelas? Muitas vezes é muito complicado...cabe-nos a nós motivá-los para, arranjar estratégias motivacionais, mas na realidade nós técnicos também temos momentos em que desanimamos e é muito complicado gerir isso. Muitas vezes dou por mim a motivar os meus colegas para conseguirem continuar a usar esta estratégia, ou adotar outra, ou repensar estratégias, que muitas vezes eles não conseguem adotar por alguma razão. Uma das nossas estratégias mais utilizadas é a questão da afetividade. Se nos não tivermos nenhuma relação afetiva com estes jovens e não houver uma relação próxima com eles, não conseguimos fazer nada, não adianta mesmo. É dos fatores mais importantes: a questão da humanização desta intervenção. E depois a forma como intervimos também não é uma forma assistencialista, é uma forma educativa e interventiva, e a forma como nós também adotamos a postura para a realização das atividades tem de ser uma postura de respeito para com os jovens e essa adesão às atividades muitas vezes só é feita quando eles sentem que nós não estamos a impor aquela atividade - que estamos a fazer com eles a atividade, e não para eles. E muitas vezes eles sentem o contrário, que é para eles, não com eles, e então aí estraga-se tudo. Nós temos mesmo de adotar essa postura e muitas vezes é complicado. Não sei se mais para a frente falas da equipa técnica, mas um dos problemas da nossa equipa técnica passa

muito por a haver poucos técnicos e a maioria não ser da área da educação informal. Não têm essa capacidade de adaptar a intervenção, essa forma de estar, e isso afasta os jovens. Se tivermos uma atividade pensada de uma determinada forma - imagina que é sair para a rua fazer uma entrevista - se for eu a propor ou se for outro técnico a propor, mais facilmente eles vão se forem comigo, porque criei uma relação mais ligada a eles, eles percebem que eu respeito o que eles dizem nas atividades, mas se for outro técnico se calhar eles já não vão tão facilmente. E isso também é uma limitação que tem a ver com os nossos recursos humanos, que não tem a ver com a falta de recursos humanos, mas com a adequação.

E relativamente à compatibilidade de incentivos? Sentes em algum momento que os jovens estejam a aproveitar-se do projeto para fins que não são o vosso foco ou objetivo? Quando vocês organizam atividades, pagam atividades, quando saem em grupo... os jovens podem estar a utilizar isso de formas não desejadas pelo projeto?

Coordenadora: Já me incomodou mais o facto de os jovens adequarem até o comportamento ou atitudes para auto-beneficiarem das atividades. Na realidade, não há razão para mudar. Se temos um projeto de intervenção, se somos um projeto que está a prestar um serviço a uma comunidade, nós não temos o direito de achar que eles estão a beneficiar de alguma coisa ou estão a aproveitar-se de algo. Só temos é que explicar o porquê de fazermos desta maneira e não fazermos de outra, de serem eles e não serem outros, mas não me incomoda o facto de eles beneficiarem ou de se aproveitarem de alguma situação. Porque o facto de eles se aproveitarem de alguma situação...no momento em que eles estão nessa situação, estão também a ter novas experiências e para mim isso é o importante. Nós muitas vezes definimos o espaço do projeto como um pólo de experiências positivas para os jovens. Se eles vão para as atividades com intenção de se aproveitarem...de...sei lá...

...Para estar com os amigos, sem quererem participar na atividade em si, por exemplo?

Coordenadora: Sim, por exemplo. Mas estão lá e nós daí só temos é que dar a volta e arranjar estratégias de dar a volta a isso. Por exemplo, uma das questões que mais nos incomoda, são as alturas em que eles estão no espaço do projeto num momento a que nós chamamos Freestyle - ou seja, momentos completamente livres, que são os espaços, na minha opinião, mais importantes e de maior intervenção da nossa parte, em que conseguimos conversar com eles e estar com uma atitude diferente. Mas é nesses momentos que eles também falam de coisas muito abertamente e que nós podemos ouvir e trabalhar com eles. O tema constante é a violência: pancadaria na escola, uma atitude de uma rapariga ou de um rapaz na escola, a forma de vestir daquele e daquela, se tem umas sapatilhas de marca ou não tem. Isso são as conversas deles. Se vão ao encontro do nosso objetivo? Não, de forma alguma. Mas é importante que eles as tenham naquele espaço, em que nós ouvimos e podemos volta e meia dizer "então, como é que é?". Vamos tentar ouvi-los, acima de tudo respeitar a opinião deles e não tomarmos uma atitude paternalista na nossa intervenção. Porque, acima de tudo, um dos problemas maiores na intervenção é a atitude paternalista dos técnicos que trabalham com os jovens, bem como uma atitude autoritária - é uma atitude de não autonomia dos jovens. E isso é das piores coisas que pode acontecer na intervenção, porque isso para mim não é intervenção. E a nossa lógica, a nossa missão de intervenção, passa muito por isso, passa por consciencializar, pô-los a pensar, pô-los a refletir. Mas isso é uma questão de senso comum. O assistencialismo é mais rápido do que a questão da educação. Por isso é que este projeto tem aí ainda muito trabalho para fazer...o trabalho nunca vai estar feito...nós somos mínimos num sistema macro. Nós somos mínimos e ínfimos na intervenção que temos com cada uma das famílias,

mas temos que pensar que alguma coisa acaba por criar efeitos e fazer alterações.

10. Passando agora para o Objetivo Específico 2:

Promover a cidadania ativa através do desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais de 100 jovens, entre os 6 e os 24 anos, da freguesia da Sé, durante os 3 anos de vigência do projeto.

Para os 18 meses de projeto, estava previsto que fossem atingidos 75 jovens, mas foram abrangidos 155. Esta diferença, de acordo com o vosso relatório intercalar, justifica-se com a aposta realizada em trabalho de rua e contexto de sala de aula, que permitiu chegar a mais público de forma mais consistente. O número total de envolvidos é imensamente superior ao número de participantes diretos: 946 contra 155.

Pedia-te que mencionasses as ações realizadas e que as relacionasses com os resultados alcançados: o facto de terem superado os participantes diretos e de os envolvidos terem sido 946.

Coordenadora: Esta é muito fácil, por várias razões. A questão da cidadania ativa é também uma das missões da nossa associação, da SOS Racismo, pelo que na intervenção apostamos muito numa atividade que se chama “Histórias de Vida”, que acima de tudo tem como objetivo desconstruir os preconceitos ligados à questão do racismo e da xenofobia. Ou seja, nós apostamos muito neste trabalho e numa intervenção mais massiva, mais longa. No ano passado, nesta altura, para este relatório, trabalhamos com oito turmas; dessas oito turmas, cada turma tinha cerca de 30 alunos; e nessas oito turmas havia alguns alunos que eram participantes diretos, outros que não eram. A maioria não era,

por várias razões, porque nós só fazíamos intervenção a um fator e achamos que não fazia sentido considerar e fizemos uma intervenção com cerca de 11/12 sessões. O que aconteceu foi que começamos a pensar que, para haver uma mudança social relativamente a este tema - racismo e xenofobia - a nossa intervenção tinha de passar do macro para o micro. Ou seja, o micro está a ser feito no espaço do projeto, mas tínhamos que trabalhar e, acima de tudo, trazer este debate e este tema para a disciplina de Educação para a Cidadania, que é uma disciplina que eles têm na escola, que não é usada para este fim. Este foi um dos problemas detetados pela própria escola e nós damos resposta a isto e trabalhamos este tema. Por isso, principalmente por esta atividade, este objetivo específico tem um número tão elevado de participantes e envolvidos. E também porque tem as atividades ligadas ao empreendedorismo e empregabilidade (workshop de desenvolver competências para a empregabilidade), o gabinete de apoio à criação da empresa... E muitas destas atividades foram feitas em articulação com o Gabinete de Inserção Profissional (GIP), para dar a conhecer que nós existíamos, que fazíamos dinâmicas para trabalhar com a comunidade (neste caso a mais adulta e não tanto a nossa direta). E por essa razão é que temos um número tão elevado. Também é um objetivo para o qual concorrem muitas atividades (14 de um total de 27) e o facto de termos muitas atividades também faz com que os números se afunilem nesta direção.

11. Um dos resultados do Objetivo Específico 2 é desenvolver competências pessoais e/ou sociais e/ou cognitivas e/ou morais em crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos. Que tipo de atividades foram desenvolvidas com vista a garantir este resultado? Provavelmente cabem aqui quase todas.

Coordenadora: Na verdade, cabem todas. Nós avaliamos sempre de uma forma bastante transversal. Mas, a nível de números, dos números que aqui estão, nós

aqui incluímos apenas as atividades de Apoio ao Desenvolvimento de Projetos de Grupos Informais de Jovens (ou seja, jovens lançarem uma proposta de projeto e nós apoiarmos nessa dinamização); o Workshop de orientação para a Produção de projetos, ou seja, ajudarmos também os jovens na construção de um projeto que muitas vezes está associado a outra atividade que é ligada às competências artísticas; o Associa-te, que consiste em proporcionar orientação e formação para o associativismo; o Projeto Jovem, que é um concurso anual de ideias; o Workshop de desenvolvimento de competências para a empregabilidade, a tal articulação feita com o GIP que fazia com que houvesse um grande aumento de participantes nas atividades; mas também aqui entram as Histórias de Vida.

Aqui o número de jovens que atingiu este resultado ficou aquém do esperado - esperavam atingir 60 jovens e atingiram 42. Como é que explicas isto? Que dificuldades é que encontraram?

Coordenadora: O desenvolvimento das competências pessoais é a coisa mais profunda de uma intervenção, ou seja, nós podíamos perfeitamente assumir que se calhar bastava uma intervenção para haver uma consciencialização e desenvolvermos uma competência, mas na realidade não é assim. Temos que ser realistas e tentar perceber que realmente tivemos impacto e houve alteração nalguns jovens, efetivamente, mas os 60 nós não atingimos, isso é certo, e mesmo os 42, alguns podem voltar atrás... às vezes os nossos resultados reduzirem, voltarem atrás. Apesar do Programa Escolhas entender que devemos considerar o nº cumulativo, nós não o podemos fazer quando temos o caso de um jovem que regrediu a nível de intervenção e de experiências. Portanto, estamos a falar de coisas extremamente profundas, que não somos nós, que somos mínimos na vida dos jovens e daquela comunidade, que vamos conseguir fazer uma diferença imediata, muito menos em 18 meses, sendo que muitos dos jovens estão há menos de 18 meses, alguns estão há um ano, ou 14

meses, nós se calhar desses 18 meses temos cerca de 10 jovens que estão desde o início, se tanto. Então nós não podemos, de forma alguma, assumir que em 2014 já éramos capazes de atingir o número de 60, quando estamos a falar de coisas muito profundas. E estamos a falar de outra coisa também: a maior parte dos jovens com quem nós intervimos são adolescentes, já estão com consciências muito formadas e delineadas em algumas coisas, já com muitos preconceitos, com muitas ideias, e não é o mesmo que fazer intervenção primária. É muito mais complicado desconstruir do que quando estamos a falar de crianças mais pequenas, em que se calhar aí conseguimos ver mudanças, mas isso foi uma estratégia nossa: trabalhar mais com estes jovens e só agora é que nós estamos a pensar trabalhar com intervenção primária. Foi uma aposta nossa começar com estas idades. Mas dificulta muito mais o processo.

Então, de certa forma, o facto de terem atingido estes 60 jovens tem a ver com estarmos nos primeiros 18 meses do projeto, o que significa que talvez em final de 2015 vocês atinjam os resultados a que se propuseram para o final do projeto.

Coordenadora: À partida sim. Porque nós fomos mudando a nossa intervenção para incluir também uma intervenção primária junto dos jovens mais pequenos e nas crianças mais pequeninas torna-se um bocadinho mais fácil fazer essa intervenção do que nos adolescentes. Ou seja, para nós, 42 em 60, sendo a maioria deles adolescentes, é um sucesso enorme. Não atinge os objetivos? Pois, não atinge. Mas nós aí temos adolescentes que foram intervencionados a nível da intervenção secundária, e não primária.

E aqui sentes dificuldade ao nível dos recursos? Ou da adesão dos jovens às atividades de desenvolvimento de competências? Algum desses fatores? Ou é simplesmente o fator tempo?

Coordenadora: Acho que é o fator tempo. E não só tempo: também o fator profundidade do problema. Nós não podemos olhar e achar que conseguimos mudar algo só com uma atividade, isso é impossível.

...Nem que tivesses uma equipa técnica de 10 pessoas a trabalhar mais individualmente com os jovens?

Coordenadora: Só se tivesses um para um, e mesmo assim era um para um e para uma família. E 40 ou 50 para uma comunidade inteira. Era a única forma. E nós temos que ser conscientes disso. Apesar que isto cruza bastantes atividades, mas estamos a falar de jovens que chegaram ao projeto com 13/14 anos, que foram crescendo, ficando mais velhos, que têm uma autonomia diferente, e a frequência deles também torna-se um bocadinho mais flutuante.

E no resultado relativo às competências nas áreas das TIC também tiveram dificuldades em atingir os resultados a que se tinham proposto.

Coordenadora: Nas TIC temos dificuldades pela principal razão de que os jovens já têm o acesso constante às novas tecnologias e não há interesse da parte deles em fazer atividades connosco a esse nível. E também pelo facto de ser uma atividade mais fixa, ou seja, noutras atividades nós podemos deslocar-nos. Mas as TIC, de certa forma, nós não podemos deslocalizá-las...são atividades em computador, os nossos computadores são fixos, os jovens têm de ir ao espaço do projeto. Só que nós agora ao nível estratégico estamos a incluir também nas TIC todas as atividades ligadas à área do vídeo, da fotografia, porque também são novas tecnologias e nós estávamos muito centrados na questão dos computadores. E quando alteramos a nossa intervenção para ocupar o espaço da escola, também tivemos essa dificuldade, ou seja, nós estamos lá a dar o nosso apoio, mas só havia 4 computadores disponíveis para turmas de 30...como é que nós podemos atingir um objetivo com essa falta de

recursos? Isto no espaço da escola. No espaço do projeto tem muito a ver com o facto de os jovens todos já terem acesso...

Considerarias então que aí há uma falta de adesão especificamente a essa atividade?

Coordenadora: Sim, especificamente é uma falta de adesão.

12. Quanto ao Objetivo Específico 3:

Dinamizar o território da freguesia da Sé visando a construção de pontes entre 30 jovens e 60 membros da comunidade explorando a tradição e a contemporaneidade no espaço público, durante os 3 anos de vigência do projeto.

Podes falar-me brevemente sobre as atividades promovidas para prosseguir este objetivo? Os jovens aderiram? Como foi recebido pela comunidade?

Coordenadora: Neste objetivo temos dois resultados:

Resultado 1

Desenvolver competências de cidadania ativa e/ou participação cívica em crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos e membros da comunidade

Resultado 2

Promover a diminuição de estereótipos relacionados com o território e/ou etnia e/ou género e/ou religião e/ou de ordem sexual em crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos e membros da comunidade

Para o desenvolvimento de competências de cidadania, temos 3 atividades:

- prestação de serviços de proximidade, que se define em haver algum trabalho que os jovens façam a favor da comunidade, para que retribuam à comunidade aquilo que a comunidade também lhes dá;

- participação nas organizações da comunidade, ou seja, atividades que já existem na comunidade e nós frequentamos o espaço dessa instituição para dinamizá-lo. Aqui temos um exemplo concreto do Círculo Católico, que ganhou muito mais dinamismo a partir do momento em que nós passamos a fazer lá as nossas atividades e os jovens começaram a frequentar as atividades. Aliás, na avaliação feita pelos parceiros anualmente, o Círculo Católico referiu que o tecido associativo tinha aumentado com a participação dos jovens no projeto, ou seja, não foram os nossos jovens que se tornaram sócios, mas houve mais informação de que o Círculo existia pela frequência dos nossos jovens no espaço. Tornou o espaço frequentado por pessoas mais novas, porque é uma associação com muitos anos, com uma dimensão muito antiga, que não estava aberta à comunidade jovem e nós conseguimos fazer isso, acho que esta é das nossas grandes conquistas a nível de atividades;

- por fim, “Um dia com”, uma atividade que tem como objetivo os jovens passarem por experiências profissionais ou vocacionais com alguma pessoas. Esta tem uma participação muito mais reduzida comparando com as outras.

Os jovens aderiram a este tipo de atividades? E como é que foram recebidos pela comunidade?

Coordenadora: Outra das atividades em que trabalhamos mais com a comunidade é o documentário “Mulheres da Sé”, mas temos tido muita dificuldade na implementação e passo a explicar a razão: acima de tudo, é uma atividade que tem que ser feita com pouco jovens de cada vez, porque implica material técnico de filmagem, de preparação. Ou seja, estas são atividades muito específicas, que são feitas com grupos pequenos, que tornam difícil

também as vezes essa implementação, são atividades mais complicadas que temos de realizar. Uma das coisas que sentimos também é: os jovens são da comunidade, e gostam da comunidade, mas têm vergonha de ir à rua, ir ao espaço da comunidade, fazer perguntas...eu compreendo, mas eles têm essa dificuldade. E isso também nos dificulta um bocadinho. Contudo, o facto também de apostarmos noutras estratégias, por exemplo com a escola... Sentimos que a comunidade recebe bem estas atividades, porque gosta do facto do dar enfase. E cada vez mais estamos a ganhar espaço na comunidade e, acima de tudo, estamos a ganhar conhecimento, a comunidade já nos começa a reconhecer e receber melhor. E isso cabe aos jovens, porque são eles que vão fazendo essa apresentação, não somos nós, são eles que fazem essa apresentação de quem é que nós somos. Mas há dificuldade dos jovens nesta atividade. É uma daquelas em que nós sentimos muita dificuldade em trabalhar com eles. Quanto à participação nas organizações da comunidade, eles participam muito bem, sem grande dificuldade, porque também as atividades que eles frequentam na comunidade são atividades que vão muito ao encontro do que eles querem; agora as outras eles não conseguem perceber e têm alguma dificuldade em aderir, porque acham que não é importante, então nós temos sempre de arranjar estratégias alternativas de chegar a este objetivo e eles perceberem o que é que fizeram de bem, mas que muitas vezes são processos longos, que demoram.

Mas então, no fundo, há um sentimento de pertença...

Coordenadora: Há um sentimento de pertença, mas não há um sentimento de retribuir. Eles sentem que pertencem, que fazem parte, são muito bairristas e gostam, mas não sentem essa necessidade...

De fazer alguma coisa para a Sé...

Coordenadora: Não lhes ocorre...param, estagnam. Não acham necessário e param.

13. Olhando para o caminho percorrido nestes 2 anos de projeto, consideras que alguns jovens estão a desenvolver características que lhes permitam mais facilmente quebrar círculos viciosos de pobreza? Se sim, quais características e qual tem sido o vosso papel neste processo? Não sei se consegues responder a isto.

Coordenadora: Círculos viciosos de pobreza são muito complicados de se quebrar através das atividades que nós desenvolvemos com os jovens...o que nós sentimos e nós acreditamos e queremos acreditar, acima de tudo, e acreditamos mesmo, não sendo pessimista em todo este processo...o que nos sentimos é que há coisas que os jovens fizeram que não faziam sem o projeto. Há coisas que eles conhecem que não conheceriam se não estivessem no projeto. Há formas de estar e formas de ser que eles só conhecem porque estão no projeto. Até a forma como eles olham para nós, que é muito curioso, eles dizem: "vocês são esquisitos...são diferentes"... "diferentes como?" "não sei...são diferentes..." "mas isso é bom ou é mau?" "Não é bom nem mau". E é interessante perceber, acima de tudo o que nós queremos que eles percebam é que existe diferença...que a guetização em que eles estão, que só lhes permite ver os que são como eles e com quem se identificam, também uma característica não só da comunidade, mas também da adolescência, identificar-me com os meus pares, mas eles perceberem acima de tudo que existem outras coisas e nós estamos a mostrar outras coisas e eles saberem que é possível haver outras formas de estar e isso pode quebrar nalgum momento os círculos de pobreza. Estamos a falar da carreira do errante, que fala dos vários caminhos que as pessoas seguem quando vão entrando em exclusão social, há varias etapas. E é

muito curioso porque quando se analisa caso a caso e há um livro que analisa isso muito bem, quando existe um jovem ou u adulto que está rodeado e que já tem alguns contatos com várias redes e com outras competências sociais, consegue mais facilmente quebrar esse círculo, sair desse círculo, do que outros que nunca tiveram esse acesso. Acima de tudo, eles estão a ter algum conhecimento e podem não utilizá-los agora e não achar importante, mas nalgum momento da vida deles eles podem lembrar-se “eu já fiz isto”, “eu já usei isto”... Se vai quebrar ou não, não consigo responder-te.

Não podemos responder a isso neste momento.

Coordenadora: ...de forma alguma. Mas que lhe vai dar mais informação...esse é o nosso objetivo.

Ou seja, não estamos na fase dos jovens quererem, mas estamos na fase de lhes dar informação para que um dia eles possam analisá-la?

Coordenadora: Sim. É a autonomização deles. Eles decidirem o que e que querem fazer, não somo nós que temos de lhes dizer para onde devem ir. Nós temos de lhes mostrar os caminhos e o que existe.

E isso está a ser conseguido?

Coordenadora: Pelo menos nos fazemos o esforço para e acreditamos que está a ser conseguido e que vamos evoluindo para conseguir mais e mais nesse sentido. Achamos que o projeto poderá ser importante, nem que não seja agora, nalgum momento da vida de deles eles vão conseguir lembrar-se que fizeram aquilo. Um exemplo prático: o intercâmbio. Já isso foi uma experiência para eles a vários níveis, para os jovens que participaram. E isso é darmos essa ferramenta e perceber que existem até programas em que eles podem viajar, conhecer coisas, conhecer outras realidades...e isso é importante. Nós queremos promover espaços e atividades e momentos que lhes deem capacidade para em

alguns momentos da vida deles que possam ser mais complicados eles se lembrarem e conseguirem ter essa autonomia de apoio noutra rede que não eles próprios só.

14. Esta questão também acho que não consegues avaliar bem, mas sentes que as famílias e os jovens dão mais importância a educação com a intervenção do projeto? Procuram investir mais num percurso profissional ou escolar?

Coordenadora: Acho que ainda tem muito trabalho pela frente para ser feito. Acho que alguns jovens vão percebendo de alguma maneira algumas coisas que são importantes, mas rapidamente esse pensamento desaparece. Agora sinto que algumas famílias têm mudado um pouco essa opinião. E que vêm muito preocupadas procurar até o nosso apoio e quando veem casos...por exemplo de um jovem que reprovou 3 anos consecutivos, esta no 3º ano consecutivo no mesmo ano de escolaridade, e que agora consegue atingir um objetivo, quando os pais, neste caso os cuidadores, não manifestavam interesse e preocupação relativamente a isso, agora que o jovem está a atingir eles começam a achar que é importante, e acham, e eu acho que acham bem, na minha opinião, que também se deve ao projeto, ou seja, só agora é que nos conseguimos que ele consiga dar esse salto, nós dizemos “catapultar-se” um bocadinho, de forma a ter essa consciência e a família também a ter e valorizar, acima de tudo. Porque se a família também valorizar os sucessos deles, eles vão continuar a querer trabalhar esses sucessos de alguma maneira e neste caso específico que eu estou agora que estou a pensar sim, tem acontecido. Temos alguns casos, não muitos, mas tem acontecido o suficiente para nós acharmos que é um processo. Porque a partir do momento em que já há um, dois, três...

Quase que já há um padrão...

Coordenadora: Já quase que há um padrão, sim.

E aqui nesta questão do insucesso escolar, para além do peso que tem a família, como é que analisarias também a influencia dos pares deles e dos *“role models”*...que poderão ser, por exemplo, os pais ou os cuidadores. E de alguma forma achas que os jovens olham para vocês como exemplo a seguir? Ou são simplesmente pessoas estranhas, diferentes deles, como dizias há pouco, que eles acham esquisitas mas que nem sabem bem explicar porquê...são, simplesmente, diferentes.

Coordenadora: Eu não sei se eles nos veem como *“role models”*...sinceramente acho que não nos veem assim...mas começam...veem-nos como pessoas diferentes. Diferentes do que eles conhecem e acho que isso também é importante. A questão de eles acharem que é diferente e saberem que existe diferença. Agora se nós somos *“role models”* para os jovens, acho mesmo que não. Realmente estamos muito afastados da realidade deles. Se nós tivéssemos uma figura que o Programa Escolhas tinha no início da candidatura..

O dinamizador comunitário.

Coordenadora: Exato. E mesmo assim se calhar nós íamos ter muita dificuldade, no início do projeto, tendo em conta que não conhecíamos a comunidade, não conhecíamos ninguém da Sé. Mas por exemplo o Ricardo faz um bocadinho o papel de *“role model”* para alguns, mas não é para muitos...mas também não é a realidade deles...porque o Ricardo é de um bairro, nasceu num bairro, foi evoluindo...

Também estive em projetos sociais...

Coordenadora: Estive em projetos sociais como participante...e em projetos também do Programa Escolhas como participante...mas para eles não é *“role model”* porque não é da comunidade deles, é de uma comunidade alheia, que é a comunidade de bairros da periferia. E eles conseguem perceber e ouvem quando o Ricardo diz *“eu também já aprendi muito, já fiz muito por causa*

destes projetos”...mas mesmo assim...se calhar é o que está mais próximo de “role model” para eles.

Mas tu achas que eles não se veem a ter a profissão do Ricardo...?

Coordenadora: Não. Não vejo. Mas eles não precisam de ter essa profissão, precisam é de ter a capacidade de mobilização que ele foi ganhando.

Sim, sim, nesse sentido, de poderem ter este tipo de atividade com outros jovens.

Coordenadora: Ah, sim. Há jovens que estão a ganhar essa capacidade de mobilização e de se movimentarem e de perceberem acima de tudo também o que é que nós lhes podemos dar se eles se movimentarem, alguns estão a ganhar essa consciência e isso é importante.

15. Quais é que consideras as principais falhas do projeto até ao momento? Ainda podem ser corrigidas até ao final de 2015? Já foste respondendo...E atenção que falo em 2015, mas vejo o “Catapulta” como uma intervenção mais prolongada no tempo. Este é o financiamento que, para já, existe. Falhas aqui é no sentido de não atingirem aquilo a que se tinham proposto no início de 2013...são falhas de implementação do projeto.

Coordenadora: Eu acho que nós atingimos os objetivos que tínhamos delineado mais rápido do que eu pensaria. Por todas as razões que já fui enumerando. A não ligação à comunidade, a localização, é uma das grandes falhas do projeto, ainda. O não ser à face da rua. O não ser mais na zona do bairro. Acho que isso é uma dificuldade. Não sei se considero falha. Acho que numa fase inicial tinha um efeito distanciador, mas por outro lado também aproximou tanto os jovens como as famílias do espaço do edifício da Junta e desconstruiu um bocadinho o edifício da administração...passou a ser outra coisa para eles. Mas se calhar o

facto de estarmos ali não nos dá tanta visibilidade e facilidade de acesso. E essa é uma falha que não vamos corrigir até ao final de 2015.

Mas a não ser que essa falha esteja a atravessar-se no caminho dos vossos objetivos, não têm de a corrigir. De que forma e que ela está a prejudicar os objetivos?

Coordenadora: Bastante. A ligação à comunidade, por exemplo. Fica muito mais fechada. Se fosse um espaço que tivesse visibilidade, identificação do que é que era, a comunidade sabia que nós estávamos lá e que existíamos. A comunidade sabe porque os miúdos vão passando essa mensagem, mas há muita gente ainda que não sabe que nos estamos lá e isso não é bom, na nossa opinião. O que nós queríamos era que fosse um espaço mais aberto, um espaço mais comunitário, mais próximo da rua, que fosse ao encontro da população e que a população nos procurasse de uma forma mais constante do que faz agora. Isso tem a ver com a localização onde nós estamos. Mas sinceramente acho que nós estamos a conseguir bem os objetivos, estamos a ir ao encontro dele e acima de tudo estamos a conseguir não nos deixar instrumentalizar pelos financiadores. E agora, nesta fase do projeto, estamos com as estratégias mais delineadas. E uma das coisas que nós fazemos é: nós constantemente alteramos a nossa intervenção. Adaptamos constantemente. E aqui estamos também a falar da forma como organizamos o espaço. Ainda agora alteramos a organização do projeto. Estamos constantemente a repensar estratégias e isso...

E isso permite-vos chegar aos objetivos mais facilmente?

Coordenadora: Sim, é muito cansativo, mas conseguimos. Acho que uma das nossas vantagens, que depois acaba por ser um sucesso, é a nossa capacidade de reflexão constante e de alteração de estratégias. Acho que isso é das coisas mais importantes que nós temos. Nós constantemente deitamos tudo abaixo e fazemos de novo. Torna-se muito cansativo para nós, mas temos que ir ao

encontro dos jovens, que eles também mudam, muito mais nestas idades, principalmente, em que os interesses deles vacilam completamente a todos os momentos. Tanto estão muito interessados numa coisa, como passam a estar noutra e nós temos de nos ir adaptando para dar resposta.

16. Uma vez que não vou ter acesso a todos os dados dos participantes diretos, consegues fazer uma caracterização destes participantes?

Coordenadora: Jovens com comportamentos de risco e podemos definir como comportamento de risco, por exemplo, consumos, a questão da agressividade, física também e verbal, a questão do limbo com o absentismo escolar, constante, a questão da mendicidade agora já não se aplica tanto, já se aplicou, agora nem tanto..

Na questão da mendicidade...estamos a falar de portugueses? Estrangeiros?

Coordenadora: Portugueses. Nós consideramos também participantes diretos que sofram de algum tipo de exclusão, quanto mais não seja até pela forma como pensam, que os pode excluir constantemente de todas as atividades que podem surgir. E isso é das coisas mais frequentes que nós vemos nos nossos jovens: a não abertura à diferença, ao estranho, que muitas vezes prejudica-os e coloca-os mesmo em risco de exclusão social, por essa razão de se fecharem sobre si. E a questão escolar...e muito a questão escolar...a questão escolar é caótica. A relação deles com a escola, com os professores...é muito má...A escolaridade também é tentar o mínimo...é estar até aos 18 anos porque é obrigatório, até lá faço da escola um ATL. Ou faço qualquer coisa, mas não levo a escola como um espaço...só como um espaço porque sou obrigado e não como um espaço onde aprendo e onde é importante aprender.

E o agregado familiar? Pais desempregados?

Coordenadora: Sim, desempregados. Muitos só com economias paralelas. Famílias monoparentais. Os jovens a cuidado dos avós. Famílias alargadas.

E em termos de rendimento?

Coordenadora: Rendimentos muito baixos, mas não temos muitos casos de RSI.

Então são rendimentos muito baixos complementados com economias paralelas?

Coordenadora: Sim. RSI, nos jovens com quem trabalhamos mais, acho que não temos nenhum. Temos pais com trabalhos muito, muito, muito precários; temos pais que vivem da economia paralela...outros que eu nem consigo perceber como é que vivem.

E no que diz respeito à etnia?

Coordenadora: A maioria dos jovens é de nacionalidade portuguesa. E agora estamos a ser um aumento do Bangladesh, principalmente no espaço da escola.

17. As falhas que identificas e as que se relacionam com o não cumprimento dos resultados do projeto que analisamos anteriormente podem estar relacionadas com os três tipos de restrições de que te falei. Como distribuirias, em %, a influência de cada tipo de restrição nas falhas de implementação do projeto? Porquê?

Coordenadora: 70% falta de recursos. Eu esta da adesão sou um bocado crítica. Quando há uma falta de adesão, só há duas razões: ou a estratégia não está a ser bem aplicada, ou realmente aquilo não tem mesmo interesse para a comunidade. E, na realidade, nós temos algumas atividades que temos que as realizar, que são atividades de empreendedorismo... que não dão resposta àquilo de que a comunidade precisa. A comunidade precisa de apoio, se calhar,

a realizá-las, mas precisa acima de tudo do capital financeiro. E depois há uma questão: o nosso projeto é dos 6 aos 24 anos, mas esta questão da empregabilidade, empreendedorismo e etc, nós não estamos a chegar a esses jovens, porque não há mesmo o mínimo interesse aí. E não acho que seja por falha da nossa parte. Acho é que quem nos procura mais são outras populações, entre os 30 e os 45 anos, e não há financiadores nem apoios para nós os apoiarmos na concretização dos projetos deles. Portanto, a nível da adesão, há duas razões: ou a estratégia montada por nós não é a melhor, ou realmente não vai ao encontro das necessidades da população, mas são impostas pelos financiadores e nós aí temos de arranjar forma de conseguir lá chegar.

Anexo III

Grelha de análise comparativa do conteúdo dos inquéritos realizados aos técnicos do projeto

(AF 1 - Educação Social, AF 2 - Animação Socio Cultural, AF 3 - Fotografia, AF 4 - Educação Básica)

Nº	PERGUNTA	AF1	AF2	AF3	AF4
1	Há quanto tempo desempenha funções do Catapulta?				
2	O que mais o/a motiva para o desempenho das suas funções?				
3	E o que mais o/a desmotiva?				
4	Considera a coordenadora do projeto um apoio importante para o seu trabalho? Porquê?				
5	Tendo em conta o volume/horário/tipo de trabalho que realiza, está satisfeito com a sua remuneração enquanto técnico do projeto?				
6	Como técnico do projeto, considera a constante redefinição de estratégias de intervenção com os jovens... 1) uma aprendizagem e um desafio 2) um fator de desmotivação 3) outro				
7	Como técnico do projeto, qual a sua opinião sobre a disponibilidade e flexibilidade horária que lhe é exigida pelo projeto e pelos compromissos com o Programa Escolhas?				
8	Considera que já é possível encontrar nos jovens reflexos da intervenção realizada no âmbito do projeto? Se sim, a que níveis?				
9	Que incentivos têm os jovens para participar no projeto?				
10	Considera que os participantes reconhecem mais-valias ao projeto?				
11	Considera que os participantes cooperam com a intervenção realizada ou mostram resistência à mudança? Se sim, a que níveis?				
12	Considera que mesmo para os participantes mais resistentes, o projeto potenciou algum tipo de mudanças? Se sim, quais?				

Anexo IV

Entrevistas aos jovens “residentes” do projeto

Jovem 1

Idade 16

Ano Escolaridade 8º

Zona de residência Lordelo do Ouro

Agregado familiar Pai, mãe, irmão e irmã

Situação profissional dos pais Pai empregado de mesa e mãe desempregada

Nacionalidade Marroquina

1. Participas no projeto desde... O que é que o projeto trouxe de novo para a tua vida?

2013. Trouxe-me amigos novos. O projeto para mim é uma família.

2. Se não existisse o projeto, como é que era a tua vida? Lembras-te do que fazias antes de estares aqui no teu tempo livre?

Passava em casa no computador ou playstation ou com os amigos.

3. Sentes que agora tens mais acompanhamento e orientação no teu percurso escolar?

Sim, eu tenho acompanhamento, só que eu... é como se não estivesse interessado.

O projeto dá-te acompanhamento, mas tu tens que pedir se estiveres interessado? E por que é que tu não estás interessado?

Não gosto de estudar. Gosto de ir para a escola, não gosto é de ir para as aulas.

Mas porquê? Achas que a escola não vai trazer nada de novo para o teu futuro?

Vai, só que...pronto...

Dá trabalho?

Sim. E os professores são chatos.

4. Completa esta ideia: projeto é um espaço que te pode ajudar a.....

Ter um bom futuro.

5. Sei que vocês, os “catapultos”, gostam muito de usar a expressão “catapultar”. Quer dizer que o projeto te dá oportunidades e depois tu escolhes ser ou não catapultado. O projeto ajuda-te a dar o salto para chegar a novos conhecimentos e experiências...

E eu às vezes desperdiço.

Sentes que desperdiças? Mas achas que se quisesses o projeto te podia “catapultar” e à tua vida? Por exemplo, em quê? Que oportunidades é que o projeto te dá?

A rádio. O teatro. Por exemplo, no teatro podemos vir a ser grandes actores, podemos chegar longe.

Podem descobrir uma coisa que gostam de fazer, por exemplo?

Sim. Eu descobri que gosto de fazer teatro e jogar futebol. Mais nada.

6. O que é que te imaginas a fazer daqui a 10 anos? Quando tiveres 26?

Eu gostava de ser piloto de avião. Mas se não for...actor...ou jogador de futebol.

E achas que foi o projeto que te influenciou?

Já queria antes, mas o teatro só comecei a pensar nisso quando já estava no Catapulta, porque comecei no teatro quando já estava no projeto e gostei imenso.

7. Imaginas-te a viver na mesma zona de residência no futuro?

Imagino-me a viver em França, o meu pai está lá. Acho que daqui a dois anos vou para lá também.

Trabalhar?

Estudar. Estudar com esta idade... (risos). Vou lá ver o que é que posso fazer...

8. Como é que a tua família vê a tua participação no projeto? Gosta que participes nas atividades?

Acham bem. Gostam.

Conhecem os técnicos e a coordenadora do projeto?

O meu pai conhece, a minha mãe não.

Já participaram contigo em alguma atividade?

Nunca participaram em nenhuma atividade.

9. Por fim, se tivesses de descrever o projeto numa palavra, qual seria?

Família.

10. Vocês aqui têm aqui atividades nos computadores, no espaço CID@Forma. Costumas participar?

Sim. Na hora de estudo, se alguém não tiver trabalhos de casa, tem de ir pelo menos uma hora para o computador, para a escola virtual e estudamos lá. Eu participo, mas gosto é da hora em que não temos estudo, que é para ir ao facebook e isso, não gosto de estar na escola virtual.

Tens internet em casa e no telemóvel? Quando é que tu vais à internet, só aqui no projeto?

Não, vou em casa e no telemóvel.

Jovem 2

Idade 14

Ano de escolaridade 7^o

Zona de residência Sé

Agregado familiar Mãe e irmãos.

Situação profissional da mãe Desempregada (faz limpezas quando aparecem)

Nacionalidade Portuguesa

1. Participas no projeto desde...

2013.

2. O que é que o projeto trouxe de novo para a tua vida?

Agora jogo futebol, faço as atividades, vou de férias, estudo aqui no projeto.

3. Sentes que agora tens mais acompanhamento e orientação no teu percurso escolar? Costumas vir aqui para ter ajuda no estudo?

Sim.

4. Completa esta ideia: o projeto é um espaço que te pode ajudar a...

Melhorar as notas, desenvolver o meu desempenho.

5. Sei que vocês, os “catapultos”, gostam muito de usar a expressão “catapultar”.

Sim.

Isto quer dizer que o projeto te dá oportunidades e depois tu escolhes ser ou não catapultado. O projeto ajuda-te a dar o salto para chegar a novos conhecimentos e experiências...

Acho. É interessante. Conheço coisas novas através do projeto. Por exemplo, o cantor Deau. Fui a Vila do Conde. Entrei em dois torneios de futebol. Fui ao teatro.

6. O que é que te imaginas a fazer daqui a 10 anos? Quando tiveres 24 anos?

Continuar a jogar à bola.

Gostavas de ser jogador de futebol? E achas que vais conseguir chegar lá?

Sim, vou conseguir.

E já querias ou foi no projeto que descobriste que querias?

Já queria.

7. Imaginas-te a viver na Sé no futuro? Ou pensas em mudar de freguesia ou cidade? Ou até sair do país?

Quero viver aqui.

8. Como é que a tua família vê a tua participação no projeto? Gosta que participes nas atividades?

Gostam.

Conhecem os monitores?

Sim.

Já participaram contigo em alguma atividade?

Sim, a minha irmã.

9. Por fim, se tivesses de descrever o projeto numa palavra, qual seria?

Catapultar. Um futuro melhor.

10. Costumas participar nas atividades dos computadores, no espaço CID@Forma?

Sim.

Tens acesso à internet fora do projeto?

Não. Só vou aqui e na escola.

Jovem 3

Idade 12

Ano de escolaridade 5º

Zona de residência Sé

Agregado familiar Avó

Situação profissional Desempregada

Nacionalidade Portuguesa

1. Participas no projeto desde ...

2013

O que é que o projeto trouxe de novo para a tua vida?

Nada, é igual.

2. Se não existisse o projeto, como é que era a tua vida? Lembras-te do que fazias antes de estar aqui?

Ia para casa. Para o computador.

3. Sentes que agora tens mais acompanhamento e orientação no teu percurso escolar?

Sim.

4. Completa esta ideia: o projeto é um espaço que te pode ajudar a...

Estudar. Fazer campos de férias.

5. Sei que vocês, os “catapultos”, costumam dizer que o projetos vos pode ajudar “catapultar”. Quer dizer que o projeto vos pode ajudar a dar salto para novas oportunidades. Concordas?

Sim.

Porquê?

Porque ajudou-me a mudar a vida.

Em quê?

Nos estudos.

Estás melhor na escola agora?

Estou. Jogo futebol no projeto também.

6. O que é que te imaginas a fazer daqui a 10 anos? Quando tiveres 22 anos?

Futebolista.

Achas que o projeto teve influência nisso ou já pensavas assim antes?

Já queria antes de vir.

7. Imaginas-te a viver na Sé no futuro?

Sim.

Ou gostavas de ir viver para outro sítio?

Não, quero viver aqui.

8. Como é que a tua família vê a tua participação no projeto? A tua avó gosta que participes nas atividades?

Sim.

Conhece a equipa do projeto toda?

Sim.

Já participou contigo em alguma atividade?

Não.

9. Por fim, se tivesses de descrever o projeto numa palavra, qual seria?

Futebol

10. Costumas participar nas atividades dos computadores?

Sim, na Escola Virtual, Duolíngua (uma atividade de inglês)...

E gostas?

Sim.

Jovem 4

Idade 12

Ano de escolaridade 7^o

Zona de residência Sé

Agregado familiar Pais e irmã

Situação profissional Pai é perito de carros e mãe tem um quiosque

Nacionalidade Portuguesa

1. Participas no projeto desde... O que é que o projeto trouxe de novo para a tua vida?

Agora faço atividades aqui dentro e fora.

2. Se não existisse o projeto, como é que era a tua vida? Lembras-te do que fazias antes de estar aqui?

Jogava à bola com os meus colegas na rua

3. Sentes que agora tens mais acompanhamento e orientação no teu percurso escolar? Porquê?

Sim, costumo vir aqui fazer os trabalhos de casa e estudar.

4. Completa esta ideia: projeto é um espaço que te pode ajudar a...

Trabalhar melhor.

5. Sei que vocês, os “catapultos”, gostam muito de usar a expressão “catapultar”. Quer dizer que vos pode dar oportunidades. Achas que o projeto te pode “catapultar” e à vida?

Sim, tenho aproveitado algumas oportunidades.

6. O que é que te imaginas a fazer daqui a 10 anos? Com 22 anos?

Não sei, gostava de ser como o meu pai...perito de carros.

7. Imaginas-te a viver na Sé no futuro? Ou pensas em mudar de freguesia? Ou até sair do país?

Gostava de viver aqui.

8. Como é que a tua família vê a tua participação no projeto? Gosta que participes nas atividades?

Sim.

Conhecem a equipa e o projeto?

Sim.

Já participaram contigo em alguma atividade? Sim, no ano passado na festa de Natal, participaram na sessão fotográfica de famílias.

9. Por fim, se tivesses de descrever o projeto numa palavra, qual seria?

Fixe.

10. Costumas usar os computadores do projeto?

Costumo. Vou ao facebook e jogo FIFA e outros jogos.

Tens internet em casa?

Sim.

Vais em casa e no projeto à internet?

Sim.

Jovem 5

Idade 12

Ano de escolaridade 7^o

Zona de residência Carmo

Agregado familiar Pais e irmã

Situação profissional Pai e mãe têm um bar

Nacionalidade Portuguesa

1) Participas no projeto desde...

2013.

O que é que o projeto trouxe de novo para a tua vida?

Ocupa mais o meu dia-a-dia. Fez-me fazer mais amigos. Aprendi mais coisas.

2. Se não existisse o projeto, como é que era a tua vida? Lembras-te do que fazias antes de estar aqui?

Estava no sofá a engordar. Agora em vez de ficar em casa, venho para aqui.

3. Sentes que agora tens mais acompanhamento e orientação no teu percurso escolar?

Sim. Quando me apetece...quando não me apetece, venho, mas não estou concentrada.

4. Completa esta ideia: projeto é um espaço que te pode ajudar a...

Ser mais social.

5. Sei que vocês, os “catapultos”, gostam muito de usar a expressão “catapultar”. Achas que o projeto te pode “catapultar” e à tua vida?

Sim.

Como?

Leva-me a mais coisas, como o teatro...adoro o teatro.

6. O que é que te imaginas a fazer daqui a 10 anos? Quando tiveres 22?

Na Universidade ainda, porque eu quero seguir cirurgia plástica.

Achas que o projeto teve influência nisso ou já pensavas assim antes?

Não, desde pequenina que quero.

Achas que o projeto te pode ajudar a chegar a esse objectivo? Sabes qual é a média para entrar em medicina? É alta.

Sei. Acho que me pode ajudar.

7. Imaginas-te a viver na mesma zona no futuro? Ou pensas em mudar de freguesia? Ou até sair do país?

Quero viver no Porto.

8. Como é que a tua família vê a tua participação no projeto? Gosta que participes nas atividades?

Sim.

Conhecem a equipa e o projeto? Já participaram contigo em alguma atividade?

Sim, naquela atividade das famílias e também vêm cá conversar e conviver.

9. Por fim, se tivesses de descrever o projeto numa palavra, qual seria?

Família

10. E quanto às atividades no computador, costumas participar?

Não.

Porquê, tens internet no telemóvel?

Sim. E não gosto das atividades no computador. O computador não me permite ser criativa.

Jovem 6

Idade 16

Ano de escolaridade 9º

Zona de residência Ribeira

Agregado familiar Pais

Situação profissional Mãe domiciliária, pai montador de andaimes

Nacionalidade Portuguesa

1. Participas no projeto desde ...

2013.

O que é que o projeto trouxe de novo para a tua vida?

Estou mais ocupada, com mais atividades.

2. Se não existisse o projeto, como é que era a tua vida? Lembras-te do que fazias antes de estar aqui?

Passava o dia em casa.

3. Sentes que agora tens mais acompanhamento e orientação no teu percurso escolar?

Sim, mas agora não tenho vindo porque estou num curso profissional. Mas quando preciso, peço.

4. Completa esta ideia: projeto é um espaço que te pode ajudar a...

Divertir-me.

5. Sei que vocês, os “catapultos”, gostam muito de usar a expressão “catapultar”. Achas que o projeto te pode “catapultar” e à vida? Tem-te dado oportunidades?

Sim, fomos a sítios que nunca tinha ido, como por exemplo no campo de férias, fomos a Amarante.

6. O que é que te imaginas a fazer daqui a 10 anos? Quando tiveres 26?

A trabalhar.

Em quê?

O meu curso é um curso profissional de animação, mas eu gostava de ser enfermeira.

Achas que o projeto teve influência nisso ou já pensavas assim antes? Como é que o projeto te poderia ajudar a ser enfermeira?

Podia ajudar-me a estudar. Quando acabar o curso de animação vou tentar ser enfermeira.

7. Imaginas-te a viver na Ribeira no futuro? Ou pensas em mudar de freguesia? Ou até sair do país?

Gostava de mudar de cidade, ir para Gaia. Ou para outro país.

8. Como é que a tua família vê a tua participação no projeto? Gosta que participes nas atividades?

Gostam.

Conhecem a equipa do projeto?

Sim.

Já participaram contigo em alguma atividade?

Não.

9. Por fim, se tivesses de descrever o projeto numa palavra, qual seria?

Fixe

10. E nas atividades nos computadores, costumavas participar?

Não.

Porquê?

Não gosto.

Tens internet no telemóvel?

Sim.

Jovem 7

Idade 19

Ano de escolaridade 12^o

Zona de residência Lordelo do Ouro

Agregado familiar Pais e irmão

Situação profissional Pai professor de um curso profissional de economia e mãe profissional de seguros

Nacionalidade Portuguesa

1. Participas no projeto desde ...

2013.

O que é que o projeto trouxe de novo para a tua vida?

Deu-me mais auto-confiança. Eu era muito introvertido e o meu director de curso dizia que eu precisava de me abrir mais, arranjou-me uma psicóloga que me encaminhou para o teatro aqui no projeto.

2. Se não existisse o projeto, como é que era a tua vida? Lembras-te do que fazias antes de estar aqui?

Era mais tímido. Agora que ando no teatro tenho mais texto para decorar, como tenho um papel principal tenho muito que decorar, mas gosto. Antes não tinha nada disto... via televisão... já gostava de ir ao teatro. Mas a rádio só comecei a gostar através do projeto, antes não gostava nada de rádio.

3. Sentes que agora tens mais acompanhamento e orientação no teu percurso escolar? Se precisares de algum apoio, podes pedir?

Não costumo vir para cá estudar, mas se precisasse mesmo vinha.

4. Completa esta ideia: projeto é um espaço que te pode ajudar a...

Desinibir na inter-relação com os outros, experiências como a rádio e o teatro são muito boas também.

5. Sei que vocês, os “catapultos”, gostam muito de usar a expressão “catapultar”. Sentes que o projeto está a fazer isso na tua vida, esta a catapultar-te para coisas novas, se tu aceitares as oportunidades que te dão? Que oportunidades não terias se não tivesses aqui?

Acho que me ajudou a ver um talento que eu tinha: falar na rádio. Eu não sabia, nem a rádio me dizia nada, mas todos dizem que tenho muito boa voz.

6. O que é que te imaginas a fazer daqui a 10 anos?

Não sei mesmo. Para já só quero acabar o curso e o futuro logo me dirá.

7. Imaginas-te a viver na mesma zona no futuro? Ou pensas em mudar de freguesia? Ou até sair do país?

Também não sei responder.

8. Como é que a tua família vê a tua participação no projeto? Gosta que participes nas atividades?

Gostam muito e dizem que foi uma coisa muito importante para mim.

Conhecem a equipa?

Sim.

Achas importante haver esse contacto?

Sim, os meus pais estão sempre disponíveis, já disseram isso ao projeto.

Já participaram contigo em alguma atividade?

Já vieram assistir ao teatro e à rádio.

9. Por fim, se tivesses de descrever o projeto numa palavra, qual seria?

Equipa.

10. E nas atividades no computador, participas?

Não, eu tenho internet e computador em casa, não preciso de vir aqui ao projeto. Quando venho para aqui é mesmo para falar na rádio ou fazer teatro.

Jovem 8

Idade 17

Ano de escolaridade 9º

Zona de residência Sé

Agregado familiar Mãe, irmãos e avó

Situação profissional Doméstica, desempregada

Nacionalidade Portuguesa

1. Participas no projeto desde...

2013

O que é que o projeto trouxe de novo para a tua vida?

Ajudou-me a melhorar as notas na escola. Agora consigo estudar mais. Não venho cá muitas vezes nas férias, mas fiz o campo de férias.

2. Se não existisse o projeto, como é que era a tua vida? Lembras-te do que fazias antes de estar aqui?

Quando saísse da escola ia para casa. Estudava mas não era tanto, não tinha tanta ajuda como tinha aqui no projeto, não tinha bons resultados.

3. Então sentes que agora tens mais acompanhamento e orientação no teu percurso escolar?

Sim.

4. Completa esta ideia: projeto é um espaço que te pode ajudar a...

Melhorar as notas.

5. Sei que vocês, os “catapultos”, gostam muito de usar a expressão “catapultar”. Consideras que o projeto está a dar-te oportunidades?

Participei num intercâmbio. Já tinha ouvido falar, na escola, da cidade de Toulouse, mas com a ida lá fiquei a conhecer melhor.

6. O que é que te imaginas a fazer daqui a 10 anos?

Penso ter um emprego. Gostava de ser educadora de infância ou se não conseguisse ir para comércio.

Já pensavas assim antes?

Sim, mas não tinha muita noção, tinha dúvidas. E com o projeto consegui ter a noção do que queria ser.

7. Imaginas-te a viver na Sé no futuro? Ou pensas em mudar de freguesia? Ou até sair do país?

Não, imagino-me a viver aqui na Sé.

8. Como é que a tua família vê a tua participação no projeto? Gosta que participes nas atividades? Conhecem os monitores e o projeto?

Sim.

Já participaram contigo em alguma atividade?

A minha mãe participou na sessão fotográfica de famílias.

9. Por fim, se tivesses de descrever o projeto numa palavra, qual seria?

Todos nós que andamos aqui com a palavra Catapulta quer dizer que vamos dar um salto para continuarmos em frente.

10. Costumas participar nas atividades nos computadores do projeto?

Quando é para estudar para os testes costumamos ir para a Escola Virtual. Às vezes temos desafios, o último foi sobre os direitos humanos.

Tens internet no telemóvel ou em casa?

Não. Venho à internet aqui no projeto.

Jovem 9

Idade 16

Ano de escolaridade 11º

Zona de residência Campanha (Cerco do Porto)

Agregado familiar Avó

Situação profissional Sem informação

Nacionalidade Portuguesa

1. Participas no projeto desde...

2014.

O que é que o projeto trouxe de novo para a tua vida?

O projeto trouxe-me mais vontade de aprender e ajudou-me a começar a representar. E a participação na radio levou me a fazer s minhas escolhas para a faculdade.

2. Se não existisse o projeto, como é que era a tua vida? Lembras-te do que fazias antes de estar aqui?

Ficava no computador a ver séries o dia todo.

3. Sentes que agora tens mais acompanhamento e orientação no teu percurso escolar?

Sim, porque qualquer dúvida que tenha os monitores ajudam.

4. Completa esta ideia: projeto é um espaço que te pode ajudar a...

Descontrair, perder a timidez e ser mais extrovertida.

5. Sei que vocês, os “catapultos”, gostam muito de usar a expressão “catapultar”. Consideras que o projeto está a dar-te oportunidades?

Sim, ajudando-nos a prosseguir os nossos sonhos.

6. O que é que te imaginas a fazer daqui a 10 anos?

Ser jornalista. Sem dúvida foi uma grande influência da parte do projeto

7. Como é que a tua família vê a tua participação no projeto? Gosta que participes nas atividades? Conhecem os monitores e o projeto?

A minha família sente que estou segura aqui. Gosta.

Já participaram contigo em alguma atividade?

Não.

8. Por fim, se tivesses de descrever o projeto numa palavra, qual seria?

Companheirismo.

Anexo V

Grelha de Análise Individual do conteúdo da entrevista aos jovens “residentes” do projeto

Entrevistado/a: _____

Nº	Pergunta	Transcrição da resposta	Resposta – síntese do conteúdo
1	Participas no projeto desde ... O que é que o projeto trouxe de novo para a tua vida?		
2	Se não existisse o projeto, como era a tua vida? Lembras-te do que fazias antes de estar aqui?		
3	Sentes que agora tens mais acompanhamento e orientação no teu percurso escolar? Porquê?		
4	Completa esta ideia: projeto é um espaço que te pode ajudar a ...		
5	Sei que vocês, os “catapultos”, gostam muito de usar a expressão “catapultar”. Achas que o projeto te pode “catapultar” e à tua vida? Se sim, como?		
6	O que é que te imaginas a fazer daqui a 10 anos? Achas que o projeto teve influência nisso ou já pensavas assim antes? Se influenciou, foi em quê? E se não te ajudou, achas que ainda poderia vir a ajudar? Como?		
7	Imaginas-te a viver na Sé no futuro? Ou pensas em mudar de freguesia? Ou até sair do país?		
8	Como é que a tua família vê a tua participação no projeto? Gosta que participes nas atividades? Achas importante a tua família falar com os monitores e conhecer o projeto? Já participaram contigo em alguma atividade?		
9	Por fim, se tivesses de descrever o projeto numa palavra, qual seria?		
10	Costumas participar nas atividades TIC/usar os computadores do projeto?		

Anexo VI


Projeto Catapulta Resultados a atingir 2013, 2014 e 2015

	2013	2014	2015
Objetivo Específico 1	50	75	100
Resultado 1	20	15	20
Resultado 2	40	70	90
Resultado 3	20	40	50
Objetivo Específico 2	50	75	100
Resultado 1	30	60	90
Resultado 2	20	30	50
Resultado 3	40	60	90
Objetivo Específico 3	30	50	90
Resultado 1	10	20	30
Resultado 2	10	20	30
Resultado 3	10	20	30

Anexo VII

Quadro síntese dos objetivos, resultados, indicadores, instrumentos de avaliação e atividades do projeto Catapulta

OBJETIVOS	RESULTADOS	INDICADORES	INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO	ATIVIDADES
<p style="text-align: center;">1</p> <p>Combater o insucesso e abandono escolar e promover a reintegração escolar e/ou profissional acompanhando 100 jovens, entre os 6 e os 24 anos, da freguesia da Sé durante 3 anos de vigência do projeto</p>	<p>Promover a diminuição do insucesso escolar em crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos, nos 3 anos de vigência do projeto, na zona histórica do Porto</p> <p>Promover a co-responsabilização dos pais no processo educativo</p> <p>Encaminhar para a escola, emprego ou formação profissional, crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos e membros da comunidade</p>	<p>Número de jovens que aumentaram o aproveitamento escolar</p> <p>Número de famílias que desenvolveram as suas competências</p> <p>Número de encaminhamentos e integrações na escola, na formação profissional e/ou emprego</p>	<p>Grelha de avaliação da diminuição do insucesso escolar</p> <p>Relatórios do atendimento a jovens e famílias de acompanhamento/Grelha de avaliação das competências parentais</p> <p>Registo de atendimento / encaminhamento Registo de prestação de informação / progresso / encaminhamento para programas de apoio à criação de emprego</p>	<p>Mediação Familiar Espaço Apoio-te Atividades Pedagógicas no CID</p> <p>Mediação Familiar Espaço Apoio-te</p> <p>Mediação Familiar Gabinete Orienta-te</p>
<p style="text-align: center;">2</p> <p>Promover a cidadania ativa através do desenvolvimento de competências pessoais, sociais e</p>	<p>Desenvolver competências pessoais e/ou sociais e/ou cognitivas e/ou morais em crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos</p>	<p>Número de jovens que aumentaram as competências pessoais e sociais</p>	<p>Grelha de avaliação do desenvolvimento das competências pessoais Registo de presença nas atividades</p>	<p>Apoio ao Desenvolvimento de Projetos de Grupos Informais de Jovens Workshop de Orientação para produção de projetos Associa-te Projeto Jovem</p>

profissionais de 100 jovens, entre os 6 e os 24 anos, da freguesia da Sé, durante os 3 anos de vigência do projeto				Workshop de Desenvolvimento de Competências para a Empregabilidade Histórias de Vida
	Desenvolver competências artísticas e/ou culturais e/ou desportivas em crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos0	Número de jovens que desenvolveram competências artísticas, culturais e desportivas	Grelha de avaliação do desenvolvimento das competências artísticas, culturais e desportivas Registos de presença dos jovens nas atividades	Companhia de Teatro Juvenil Espaço Música Workshop de Formação de Públicas para as Artes Ateliês Temáticos Rádio
	Desenvolver competências na área das TIC em crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos e membros da comunidade	Número de jovens com certificação na área das TIC Número de Jovens que desenvolveram competências na área da literacia das TIC	Grelha de avaliação das competências adquiridas na área das TIC Registo de presenças nas atividades	Uso autónomo do equipamento TIC Literacia Digital Certificação TIC
 Dinamizar o território da freguesia da Sé visando a construção de pontes entre 30 jovens e 60 membros da comunidade explorando a tradição e a contemporaneidade no espaço público, durante os 3 anos de vigência do projeto	Desenvolver competências de cidadania ativa e/ou participação cívica e crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos e membros da comunidade	Número de jovens que desenvolveram competências de cidadania e/ou participação cívica	Grelha de avaliação de desenvolvimento de competências de cidadania e de diminuição de estereótipos	Prestação de serviços de proximidade Participação nas organizações da comunidade “Um dia com...”
	Promover a diminuição de estereótipos relacionados com o território e/ou etnia e/ou género e/ou religião e/ou de ordem sexual em crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos e membros da comunidade	Número de jovens que diminuíram os estereótipos relacionados com o território e/ou etnia e/ou género e/ou religião e/ou de ordem sexual	Grelha de avaliação de desenvolvimento de competências de cidadania e de diminuição de estereótipos	Histórias de Vida Laboratório Audiovisual Passado e Presente Documentário “Mulheres da Sé”
	Promover a diminuição da desocupação em crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos	Número de jovens em situação de desocupação integrados nas atividades e estejam presentes em pelo menos 25% das sessões	Percentagem de presenças dos participantes	Espaço Apoio-te Dinâmicas e Jogos Cooperativos Ateliês Temáticos

Anexo VIII

Grelha de avaliação da diminuição do insucesso escolar

	Melhorou o comportamento em sala de aula	Demonstra interesse em melhorar as notas escolares	Encontra-se motivado para a frequência escolar	Melhorou as notas escolares	Participa ativamente nas atividades propostas pelo Projeto	Melhorou capacidade de raciocínio	Aprovação no ano letivo 2013/2014
Jovem 1							
Jovem 2							
Jovem 3							
Jovem 4							
Jovem 5							
...							

Anexo IX

Grelha de avaliação de competências parentais

	Mantém proximidade com a comunidade escolar	Interessa-se em saber e participar na evolução escolar da educanda	Desloca-se à escola quando é solicitada a sua presença	Demonstra interesse em se informar sobre a actividade “Espaço Apoio-te”	É capaz de cuidar e assegurar as necessidades básicas do menor	É capaz de assegurar a segurança e proteção do menor	Professor/Técnico demonstra interesse em apoiar o familiar
Jovem 1							
Jovem 2							
Jovem 3							
Jovem 4							
Jovem 5							
...							

Anexo X

Grelha de avaliação de competências pessoais

	Conhecimento de ferramentas de procura de emprego / formação	Participação ativa nas dinâmicas propostas	Tem boas capacidades de liderança	Transita entre diferentes atividades de forma apropriada	Participa ativamente em discussões e atividades de grupo	Compreende os problemas e necessidades dos outros	Tem iniciativa	Ajusta-se a diferentes expectativas/comportamentos em contextos diversos
Jovem 1								
Jovem 2								
Jovem 3								
Jovem 4								
Jovem 5								
...								

Anexo XI

Grelha de avaliação de competências artísticas e/ou culturais e/ou desportivas

	Desenvolvimento da criatividade	Desenvolvimento da capacidade de expressão / comunicação	Compreensão das artes no contexto	Aquisição de técnicas de expressão	Capacidade de interacção com o grupo	Iniciativa e auto proposta
Jovem 1						
Jovem 2						
Jovem 3						
Jovem 4						
Jovem 5						
...						

Anexo XII

Grelha de avaliação de competências na área das TIC

	Organiza e localiza ficheiros e pastas	Manipula os programas de Produtividade Office	Tem consciência das regras de segurança do computador	É capaz de imprimir documentos	Manipula ferramentas audiovisuais	Faz uma gestão adequada do correio electrónico	Interage correctamente e com consciência nas redes sociais	Coopera / Interessado / Motivado	Solicita ajuda quando necessário / É autónomo	Participa em tarefas da RadioActive
Jovem 1										
Jovem 2										
Jovem 3										
Jovem 4										
Jovem 5										
...										

Anexo XIII

Grelha de avaliação de competências de cidadania e de diminuição de estereótipos

	Coopera com os outros	Demonstra capacidade empática	É ativo/a na ajuda ao próximo	Sabe estar em comunidade	Preocupa-se com o ambiente	Tem demonstrado interesse em alterar o ambiente à sua volta
Jovem 1						
Jovem 2						
Jovem 3						
Jovem 4						
Jovem 5						
...						